



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 120

TERÇA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 168ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Requerimento nº 41/76, do Sr. Senador Leite Chaves, solicitando informações à Presidência da República com a finalidade de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 28/76, uma vez que se esgotou o prazo regimental sem que a autoridade competente se pronunciasse sobre a proposição.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Apelo a autoridades do Governo Federal em favor da preservação da cultura do coco no Nordeste.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Considerações sobre a recente declaração do Presidente da CELF, a respeito da negociação de ações daquela empresa na Bolsa de Valores.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 456/76, do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, em Tóquio, no dia 16 de setembro de 1976. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Requerimento nº 457, do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos

discursos proferidos pelo Imperador Hiroito e pelo Presidente da República Federativa do Brasil, General Ernesto Geisel, no dia 16 de setembro de 1976. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Requerimento nº 490/76, do Sr. Senador Gustavo Capanema, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 41, 61, 130 e 210, de 1976, que introduzem alterações no Decreto-Lei nº 382, de 26 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 201/75, do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre inclusão da disciplina "Princípios de Segurança do Trabalho", no currículo dos cursos de 2º Grau. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 247/75, do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura o amparo da Previdência Social aos segurados incapazes para o trabalho nos casos que indica. *Aprovado em segundo turno. À Câmara dos Deputados.*

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 157ª Sessão, realizada em 17-9-76.

— Ata da 160ª Sessão, realizada em 20-9-76.

3 — MESA DIRETORA

4 — ATAS DAS COMISSÕES

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 168ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OSSRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevair Leal — José Guimard — José Esteves — Henrique de La Rocque — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência comunica que, nos termos do inciso XI do art. 239 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Requerimento nº 41, de 1976, do Sr. Senador Leite Chaves, solicitando informações à Presidência da República com a finalidade de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1976, uma vez que se esgotou o prazo regimental, sem que a autoridade competente se pronunciasse sobre a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De mais de 200 mil frutos, em 1967, a produção de coco, em Sergipe, caiu para 72 mil, no ano passado e, este ano, deverá haver nova queda de produção, estimada em cerca de 30%.

Esses números revelam uma crise significativa no setor da economia agrícola de Sergipe, tanto mais inquietante quando se sabe existirem, no meu Estado, 5.416 propriedades que exploram essa cultura, cadastradas no INCRA. Essas propriedades dão emprego a mais de dois mil homens/ano, isto é, trabalho de um homem durante 250 dias no ano.

A cultura do coco tem inequívoco significado social. E é, também, de grande importância econômica, pois se trata de um fruto que permite notável aproveitamento industrial, dele tudo se aproveitando. São numerosas as indústrias que, no meu Estado, como no Nordeste, têm por base o aproveitamento do coco, que é uma cultura tradicional na região e, assume, assim, relevo ainda maior.

Essa queda de produção decorre do surgimento, já em 1974, de uma doença ainda não diagnosticada, e que passou a atacar os coqueirais, praticamente inutilizando-os. O Engenheiro-Agrônomo Emmanuel Franco, da Universidade Federal de Sergipe, uma das maiores autoridades na cultura do coco, com curso nos Estados Unidos, denominou essa doença de "fogo do coqueiro", pois se assemelha a uma fervura das folhas, como se fosse a escaldadura de cana-de-açúcar. O mal foi objeto de estudos, também, por parte do Superintendente da Agricultura e Produção de Sergipe, Engenheiro-Agrônomo Geraldo Soares Barreto, que constatou não ser uma praga, mas uma doença de agentes etiológicos muito poderosos. A doença já atingiu, entre outros, os coqueirais de Santa Luzia do Itanhê, Estância, Cristinápolis, Umbaúba, Salgado, Lagarto, Itaporanga d'Ajuda e São Cristóvão, numa propagação alarmante e que vem acarretando sérios prejuízos aos agricultores. Já é encontrada nos coqueirais de Aracaju, e tudo indica ter surgido da Bahia, pois os coqueirais de Conde e Esplanada apresentam o mesmo mal.

Sr. Presidente, procurado por lavradores, em 1974, o Agrônomo Emmanuel Franco, após averiguações, afirmou que "em 31 anos de

serviço nunca tinha visto coisa igual" — conforme declaração publicada com destaque pelo *O Globo* do Rio de Janeiro. Estudando o mal, o Dr. Emmanuel Franco descobriu vários fungos, observando que uma bactéria é o agente principal da doença.

A gravidade da situação fez com que o Ministério da Agricultura enviasse, em 1975, a Sergipe, o Professor Nadir Genu, que apresentou dois relatórios às autoridades. Por iniciativa da Superintendência de Agricultura e Produção e a EMBRAPA levaram ao meu Estado o Fitossanitarista Charles Robbs, da Universidade Rural do Rio de Janeiro, o Metamologista Rhavi Datt Sharma, da CEPLAC, o Fisiologista Ronald Alvim, também da CEPLAC, e Hermínio Maia, chefe da Divisão de Pesquisas Fitopatológicas da EMBRAPA, nesta Capital.

Essas autoridades realizaram estudos na região, bem como testes de laboratório, sem que, infelizmente, se chegasse a um trabalho de nível e na urgência necessários.

Sr. Presidente, a importância, quer econômica como social, da cultura do coco é considerável. Na verdade, deveria ela merecer cuidados especiais, visando seu desenvolvimento sempre maior, pois se trata de uma grande riqueza numa região pobre, como o Nordeste. Indispensável, assim, que o Governo Federal socorra os produtores, os que cultivam o coco, sem o que o mal alcançará proporções irreversíveis, com repercussão maléfica sobre a economia sergipana, exatamente em área sobremodo desamparada. Não sei se o assunto já foi levado detalhadamente ao conhecimento do ilustre Ministro da Agricultura, de maneira a que se inteirasse da importância do assunto para o Nordeste e, especialmente, o meu Estado. Poderá, no entanto, recorrer aos subsídios dos técnicos e cientistas que estiveram, mais de uma vez, no meu Estado, e, sobretudo, à EMBRAPA, inteirando-se da gravidade do problema.

Urge uma ação de envergadura, para não só complementar os estudos já efetuados mas, especialmente, para execução de um programa intensivo e urgente, que livre os coqueirais de Sergipe e da Bahia dessa doença. Este o apelo que formulo, desta Tribuna, ao Ministro da Agricultura Dr. Allysson Paulinelli e ao presidente da EMBRAPA, Dr. José Irineu Cabral, para que socorram a cultura do coco enquanto há tempo para isso, evitando prejuízos ainda maiores e quase irreparáveis! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O incorrigível Presidente da CELF, Sr. Carlos Pádua Amarante, além das bobagens imensas que tem feito, está enveredando, agora, pelo terreno da mentira, ilaqueando a boa fé do Governo do Estado e dos sacrificados consumidores da empresa madrastra dos fluminenses.

Recentemente, S. Sª, em uma publicação oriunda de press release, disse que a CELF, sob sua administração, tem ações negociadas na Bolsa de Valores, com uma imagem de empresa rentável, favorecendo a aplicação de capitais.

Ora, Sr. Presidente, isso já é sacar demais; é um abuso e um desrespeito à boa fé dos leitores e também dos investidores, que não são ingênuos nem ignorantes. As ações da CELF não têm negociação na Bolsa de Valores, porque não apresentam a mínima liquidez. Nem mesmo se tem conhecimento de que, algum dia, tenham sido negociados, em público, pregões daquela entidade, em operação normal de compra e venda. Negociação esporádica, se por acaso houve, de pessoa interessada em registro público da transação, não modifica a

imagem da empresa junto ao investidor. Evidentemente que esse não vai arriscar suas poupanças na compra de um papel que não paga dividendos nem oferece garantias, principalmente depois da desastrosa administração do Sr. Pádua Amarante e demais companheiros de Diretoria.

Cotados em Bolsa, isso sim, são os títulos da Companhia Brasileira de Energia Elétrica — CBEE —, inexplicavelmente também sob a presidência desse "elettricista" Carlos Pádua Amarante, ainda assim títulos negociados abaixo do par, a ponto de serem necessários cinco ações dessa empresa para se adquirir um maço de cigarros vagabundos.

Valho-me do ensejo para, mais uma vez, apelar ao meu grande amigo Antônio Carlos Magalhães, ilustre Presidente da ELETROBRÁS, no sentido de que mande estudar a propalada fusão da CELF com a CBEE, independentemente do Decreto-Lei nº 201, de 15 de julho de 1975, da lavra do Governador do Estado, onde, no art. 10, se fala na promoção de entendimentos entre o Ministério das Minas e Energia e a ELETROBRÁS, com vistas à possível união das duas empresas.

A CBEE, sendo uma sociedade de economia mista federal, somente poderá ser fundida quando a CELF tiver uma administração à altura, e não agora, quando os usuários se queixam, amargamente, das pesadas e injustificadas tarifas cobradas, sem a conseqüente retribuição de um serviço do mesmo nível.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito estimaria que o grande Presidente da ELETROBRÁS, meu particular amigo Antônio Carlos Magalhães, mandasse averiguar a aquisição de cinco luxuosas salas, apesar de a CELF possuir prédios em Niterói, bem como insistir na resposta às interpelações que fiz a esse "técnico", a respeito de contratações de funcionários em empresas locadoras de serviços e construções, sem concorrência.

Sr. Presidente, comprovando minhas alegações na primeira parte deste pronunciamento, solicito a V. Ex^a que determine a publicação, em apenso, de um quadro da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 20 de agosto do corrente, na ocasião mesma que o visionário presidente da CELF anunciava que as ações da sua empresa estavam sendo negociadas naquela entidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VASCONCELOS TORRES, EM SEU DISCURSO

Bolsa do Rio de Janeiro

TÍTULOS	COTACÕES (Cr)						% S/ Méd. Dia Ant.	Ind. de Cotac. em 75	
	Quant.	Abv.	Fch.	Máx.	Mín.	Med.			
Acetis - A. E. Itapira op ..	221.000	1,25	1,23	1,23	1,23	1,24	- 0,80	115,89	
AGGS - Ind. Gráficas op ..	23.000	0,33	0,33	0,33	0,33	0,32	- 2,94	45,21	
AGGS - Ind. Gráficas pp ..	28.000	0,37	0,38	0,38	0,37	0,38	2,70	60,12	
Aleu Norte pp ..	33.000	1,25	1,25	1,25	1,23	1,25	2,46	156,25	
Aleu op ..	24.000	1,45	1,50	1,53	1,45	1,45	Est.	293,62	
ASA - Alum. Est. Ind. pp ..	1.000	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38	8,57	155,00	
Bangu - Prop. Ind. pp ..	10.000	0,76	0,75	0,76	0,75	0,76	Est.	227,30	
Bangu op e/ ..	174.000	3,50	3,25	3,80	3,25	3,61	18,36	414,94	
Banco da Amazônia op ..	14.284	0,77	0,77	0,79	0,77	0,78	Est.	104,00	
Banco do Brasil op ..	448.38	4,80	4,70	4,80	4,64	4,84	Est.	171,22	
Banco do Brasil pp e/ ..	2.542.258	5,63	5,68	5,77	5,65	5,69	0,71	166,37	
Banco do Brasil pp e/ ..	937.241	5,60	5,62	5,70	5,60	5,65	0,89	168,16	
Banco do Est. de Bahia op ..	49.000	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	Est.	129,68	
Banco do Est. de Bahia pp ..	9.999	0,82	0,82	0,85	0,82	0,85	Est.	133,80	
Banco do Est. do Ceará op ..	4.250	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57	Est.	95,00	
Banco do Est. do Ceará pp e/ ..	10.000	0,72	0,72	0,70	0,70	0,70	Est.	94,60	
Bco. Est. de Guanabara op ..	3.035	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	- 8,54	144,23	
Belo-Mineiro op ..	569.000	2,79	2,75	2,80	2,75	2,79	- 0,36	125,68	
Banco Itaú op ..	253	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04	Est.	70,44	
Banco Itaú pp ..	69.800	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Est.	100,00	
Banco Nacional op ..	151.000	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Est.	109,89	
Banco do Nordeste op ..	40.000	1,35	1,34	1,38	1,34	1,37	- 1,44	124,31	
Banco do Nordeste pp e/ ..	42.000	1,75	1,75	1,75	1,74	1,75	2,35	127,01	
Bosano Sim. Com. Ind. op ..	3.600	0,67	0,68	0,68	0,67	0,67	- 6,35	167,50	
Bosano Sim. Com. Ind. pp ..	131.737	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58	Est.	136,51	
Brenma op ..	34.000	1,18	1,16	1,18	1,16	1,17	- 0,85	107,34	
Brenma pp ..	139.000	1,38	1,40	1,40	1,37	1,39	Est.	117,80	
Brio, Energia Elétrica op ..	10.000	0,76	0,76	0,76	0,76	0,76	1,33	115,5	
Casa de Banta Com. Ind. op ..	26.400	1,86	1,92	1,89	1,89	1,89	0,53	185,29	
CBV - Ind. Mecânica op ..	24.000	3,70	3,60	3,70	3,60	3,68	2,21	Est.	100,00
CBV - Ind. Mecânica pp ..	3.000	4,50	4,30	4,50	4,30	4,50	0,90	Est.	100,00
C. Minas (Energ. S. P. e/ ..	49.000	0,53	0,52	0,53	0,52	0,52	- 2,72	173,25	
C. Minas - C. E. M. G. pp ..	55.000	0,67	0,68	0,68	0,67	0,68	Est.	104,62	
Cia. Sid. Nacional pp e/ ..	40.000	0,74	0,72	0,74	0,72	0,73	- 3,33	93,99	
Cia. Sid. Nacional op ..	169.000	2,65	2,65	2,68	2,61	2,64	- 2,75	164,43	
Cia. Sid. Manaus pp ..	65.000	2,20	2,15	2,20	2,15	2,18	- 0,46	149,32	
Cimento Paraiso op ..	5.000	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	Est.	125,00	
D. Rafael Antares op ..	10.000	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	- 7,81	500,00	
Dixas de Santos op ..	419.000	1,15	1,17	1,15	1,15	1,15	Est.	115,48	
Duralex Ind. e Com. pp ..	24.000	1,35	1,30	1,35	1,30	1,34	- 0,81	Est.	100,00
Ecos - Eng. Com. e Ind. op ..	274.323	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62	3,33	Est.	100,00
Eletrobras Class. A op ..	3.000	0,65	0,65	0,65	0,65	0,65	Est.	135,35	
Editora de Guas (TB) op ..	50.000	0,50	0,49	0,50	0,49	0,50	- 4,38	52,63	

TÍTULOS	Quant.	Abv.	Fch.	Máx.	Mín.	Med.	% S/ Méd. Dia Ant.	Ind. de Cotac. em 75	
Ferbeta op...	4.000	0,83	0,82	0,83	0,82	0,83	Est.	153,70	
Ferro Brasileiro op...	4.000	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	Est.	273,84	
Ferro Brasileiro pp...	33.000	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	Est.	230,09	
Fertim - Fert. do Sul op...	3.000	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95	Est.	191,00	
Fertim - Fert. do Sul pp...	142.000	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	- 3,17	29,74	
F. L. Cal. Leopoldina op...	4.011	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	Est.	138,86	
F. L. Cal. Leopoldina pp...	15.000	0,74	0,75	0,75	0,74	0,75	0,22	Est.	100,00
Fab. Nac. de Vagões ma...	10.000	0,50	0,49	0,50	0,49	0,50	Est.	260,67	
Ford do Brasil op...	40.000	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	Est.	127,27	
Frigor. Tec. São José op...	40.000	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	Est.	127,27	
Kelson's Ind. e Com. op...	42.000	0,69	0,71	0,69	0,70	0,70	- 1,87	104,06	
Kelson's Ind. e Com. pp...	88.000	1,07	1,05	1,07	1,04	1,05	- 2,04	164,06	
Kibon - Ind. Aliment. op...	22.000	1,48	0,48	0,48	0,48	0,48	Est.	165,52	
Light op...	103.000	0,88	0,87	0,88	0,87	0,88	- 1,12	122,54	
Louva Americana op...	744.000	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	Est.	100,00	
Louva Americana pp...	3.500	1,66	0,65	0,65	0,65	0,65	Est.	84,00	
Louva Brasileira op...	1.365.000	1,34	1,30	1,33	1,34	1,33	- 0,74	226,98	
Mal. Abramo Este e/...	95.233	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	- 2,13	82,76	
Maltauriga Gerda op...	31.000	1,35	1,35	1,35	1,35	1,35	Est.	108,51	
Martins op...	12.500	0,51	0,51	0,51	0,51	0,51	Est.	108,51	
Metallurg op...	20.000	0,76	0,76	0,76	0,76	0,76	Est.	84,44	
Melbica op...	9.000	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	Est.	169,32	
Mestre op...	134.000	1,30	1,28	1,30	1,28	1,29	- 7,43	185,83	
Motomix Hum. Ind. Ger op...	22.000	1,68	1,68	1,68	1,68	1,68	Est.	120,00	
Motomix op...	4.000	0,34	0,34	0,34	0,34	0,34	Est.	91,99	
Motomix Sertão op...	5.000	1,20	1,20	1,20	1,20	1,20	Est.	120,00	
Nova America op...	315.000	0,69	0,70	0,70	0,67	0,70	- 1,41	152,17	
Parabris op...	466.232	2,33	2,35	2,35	2,31	2,34	Est.	104,36	
Parabris pp...	941.469	4,10	4,08	4,15	4,08	4,12	- 0,24	112,88	
Parabris pp e/...	1.549.000	3,06	3,03	3,10	3,04	3,08	- 0,33	114,07	
Parabris-Ford Luz op...	3.000	0,66	0,66	0,66	0,66	0,66	- 2,94	97,06	
Parabris op...	3.000	2,05	2,05	2,05	2,05	2,05	Est.	100,00	
Par. Ipiranga op...	3.441	0,65	0,65	0,65	0,65	0,65	- 1,32	120,44	
Par. Ipiranga pp...	3.000	0,76	0,76	0,76	0,76	0,76	Est.	100,00	
Par. Ipiranga pp...	3.151	0,66	0,66	0,66	0,66	0,66	Est.	100,00	
Par. Ipiranga pp...	11.000	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15	Est.	108,49	
Par. Ipiranga pp...	220.000	1,51	1,50	1,51	1,50	1,51	- 0,66	107,80	
Par. Ipiranga pp...	219.000	2,68	2,68	2,68	2,68	2,68	- 0,37	146,96	
Santa Cruz Com. Ind. op e/...	49.000	2,55	2,55	2,55	2,55	2,55	Est.	146,35	
Santa Cruz Com. Ind. op e/...	79.000	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03	Est.	85,47	
Sid. Para op...	191.000	3,25	3,25	3,25	3,22	3,24	- 0,62	142,11	
Sideral - M. de Trind. op...	20.000	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	Est.	145,63	
Sideral e Com. pp...	30.000	0,97	0,97	0,97	0,97	0,97	Est.	239,26	
Superfinais op e/...	18.000	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	Est.	83,33	
Sunderland pp...	89.000	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	Est.	80,00	
Telcel (CIB) op e/...	10.772	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	- 4,25	Est.	100,00
Telcel (CIB) op e/...	10.772	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	Est.	100,00	
Telcel (CIB) pp e/...	134.934	0,16	0,16	0,17	0,15	0,16	Est.	100,00	
Telcel (CIB) pp e/...	45.945	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	Est.	100,00	
Telcel (CIB) pp e/...	180.000	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	Est.	100,00	
Telcel (CIB) pp e/...	2.000	1,07	1,07	1,07	1,07	1,07	Est.	237,78	
Telcel (CIB) pp e/...	129.000	1,46	1,46	1,46	1,46	1,46	- 1,37	286,00	
Telcel (CIB) pp e/...	5.000	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	Est.	248,98	
Telcel (CIB) pp e/...	1.000	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	Est.	95,23	
Telcel (CIB) pp e/...	1.000	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	Est.	95,23	
União Unif. Bco. op...	4.000	0,73	0,73	0,73	0,73	0,73	Est.	192,11	
União Unif. Bco. pp...	4.000	0,73	0,73	0,73	0,73	0,73	Est.	192,11	
Unipar - U. I. Petró. op e/...	905.000	905,00	905,00	905,00	905,00	905,00	Est.	156,10	
Unipar - U. I. Petró. pp...	49.000	1,67	1,65	1,68	1,64	1,64	- 3,14	234,99	
Vale do Rio Doce op e/...	95.000	3,18	3,18	3,18	3,15	3,17	- 1,26	129,44	
Vale do Rio Doce pp e/...	322.328	3,00	3,00	3,04	2,90	3,00	Est.	100,44	
Whit Martin op...	99.000	2,35	2,35	2,35	2,35	2,35	- 2,35	161,37	

JORNAL DO BRASIL - 20 Agosto 1976

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não há mais oradores inscritos para o Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Presentes na Casa, 21 Srs. Senadores. Não há quorum para deliberação. Em conseqüência, as matérias constantes dos itens 1 a 4, da Ordem do Dia, terão a votação adiada para a próxima Sessão.

É a seguinte a matéria com votação adiada:

— 1 —

REQUERIMENTO Nº 456, DE 1976

Votação, em turno único, do Requerimento nº 456, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Arais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Exce^{nt}íssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, em Tóquio, no dia 16 de setembro de 1976.

— 2 —

REQUERIMENTO Nº 457, DE 1976

Votação, em turno único, do Requerimento nº 457, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Imperador Hiroito e pelo Presidente da República Federativa do Brasil, General Ernesto Geisel, no dia 16 de setembro de 1976.

— 3 —

REQUERIMENTO Nº 490, DE 1976

Votação, em turno único, do Requerimento nº 490, de 1976, do Senhor Senador Gustavo Capanema, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do

Senado nºs 41, 61, 130 e 210, de 1976, que introduzem alterações no Decreto-Lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 1975

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1975, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre inclusão da disciplina "Princípios de Segurança do Trabalho", no currículo dos cursos de 2º Grau, tendo

PARECERES, sob nºs 491 a 493, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Educação e Cultura, contrário; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senhores Senadores Benedito Ferreira, Henrique de La Rocque e Helvídio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 5:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 1975, do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura o amparo da Previdência Social aos Segurados Incapazes para o Trabalho nos casos que indica, tendo

PARECER, sob nº 647, de 1976, da Comissão:
— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, o projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315, do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

Redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 1975, que assegura o amparo da Previdência Social aos segurados incapazes para o trabalho nos casos que indica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Não será concedido auxílio-doença ou aposentadoria, por invalidez, ao segurado que, comprovadamente, ingressar na Previdência Social portador de moléstia ou lesão que venha, posteriormente, a ser invocada como causa de concessão do benefício, antes de 24 (vinte e quatro) meses do ingresso.

Parágrafo único. A comprovação a que se refere este artigo deverá ser precedida de inquérito que conclua pela convicção de que o segurado, ao ingressar na Previdência Social, já tinha ciência do mal ou lesão."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão, designando, para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 456, de 1976, do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Excelentíssimo

Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, em Tóquio, no dia 16 de setembro de 1976.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 457, de 1976, do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Imperador Hiroito e pelo Presidente da República Federativa do Brasil, General Ernesto Geisel, no dia 16 de setembro de 1976.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 490, de 1976, do Sr. Senador Gustavo Capanema, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 41, 61, 130 e 210, de 1976, que introduzem alterações no Decreto-Lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade.

— 4 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1975, do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre inclusão da disciplina "Princípios de Segurança do Trabalho", no currículo dos cursos de 2º Grau, tendo

PARECERES, sob nºs 491 a 493, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Educação e Cultura, contrário; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Srs. Senadores Benedito Ferreira, Henrique de La Rocque e Helvídio Nunes.

— 5 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1976, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a contribuição previdenciária devida pelos municípios ao Instituto Nacional de Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 519, de 1976, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Srs. Senadores Nelson Carneiro e Heitor Dias.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrada a Sessão.

(*Levanta-se a Sessão, às 14 horas e 40 minutos.*)

ATA DA 157ª SESSÃO, REALIZADA EM 17-9-76 (Publicada no DCN — Seção II — de 18-9-76)

RETIFICAÇÕES

No Parecer nº 729/76, da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 136/76, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Senado proposta do Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que a Prefeitura Municipal de Mococa (SP) possa elevar o montante de sua dívida consolidada:

Na página 5.900, 2ª coluna, na numeração do parecer,

Onde se lê:

PARECER nº 279, de 1976

Leia-se:

PARECER nº 729, de 1976

Na página 5.908, 2ª coluna,

Onde se lê:

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 457, DE 1976

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno requêro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos de saudação proferidos ontem no banquete oferecido pelo Imperador Hiroito, no Pa-

lácio Imperial do Japão, ao Presidente Ernesto Geisel, e o de agradecimento do Presidente da República Federativa do Brasil.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1976. — **Lourival Baptista.**

REQUERIMENTO Nº 456, DE 1976

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido em Tóquio, ontem, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, no almoço que lhe foi oferecido por empresários japoneses.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1976. — **Lourival Baptista.**

Leia-se:

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 456, DE 1976

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos de saudação proferidos ontem no banquete oferecido pelo Imperador Hiroito, no

Palácio Imperial do Japão, ao Presidente Ernesto Geisel, e o de agradecimento do Presidente da República Federativa do Brasil.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1976. — **Lourival Baptista.**

REQUERIMENTO Nº 457, DE 1976

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido em Tóquio, ontem, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, no almoço que lhe foi oferecido por empresários japoneses.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1976. — **Lourival Baptista.**

ATA DA 160ª SESSÃO, REALIZADA EM 20-9-76 (Publicada no DCN — Seção II — de 21-9-76)

RETIFICAÇÃO

No Parecer nº 760/76, da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28/76, que aprova o texto do Acordo Básico da Cooperação Científica e Técnica concluído entre a República Federativa do Brasil e a República de Honduras, em Brasília, a 11 de junho de 1976:

Na página 6.062, 2ª coluna,

Onde se lê:

PARECER Nº 760, DE 1976

Da Comissão de Constituição e Justiça

Leia-se:

PARECER Nº 760, DE 1976

Da Comissão de Educação e Cultura

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL 4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1976

Às nove horas do dia dez de junho do ano de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Ruy Barbosa", presentes os Srs. Senadores Heitor Dias — Presidente, Henrique de La Roque, Lázaro Barboza, Saldanha Derzi, Adalberto Sena e Helvídio Nunes, reúne-se a Comissão do Distrito Federal, com a participação, ainda, dos Srs. Senadores Paulo Guerra, Jarbas Passarinho, Cattete Pinheiro e Itamar Franco.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente propõe seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e, em seguida, convida o Dr. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a ocupar o lugar de honra à Mesa, cuja composição é completada pelo Sr. Senador Adalberto Sena.

Após evocar os motivos da presença do Dr. Paulo Argolo da Cruz Rios neste órgão técnico, o Sr. Presidente concede a palavra ao ilustre convidado, que procede a uma circunstanciada exposição sobre as atividades da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, ilustrando-a com a projeção de slides.

Encerrada a fase expositiva, iniciam-se os debates, deles participando os Srs. Senadores Cattete Pinheiro, Helvídio Nunes, Itamar Franco, Jarbas Passarinho, Lázaro Barboza, Henrique de La Roque, Adalberto Sena e Paulo Guerra.

Ao final, o Sr. Senador Heitor Dias, em nome da Comissão que preside, congratula-se com o Dr. Paulo Argolo da Cruz Rios pela magnífica exposição proferida e excelente contribuição dada aos debates, estendendo os seus agradecimentos aos demais participantes, e conclui determinando que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1976, DESTINADA A OUVIR A EXPOSIÇÃO DO DR. PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS, DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: SENADOR HEITOR DIAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ADALBERTO SENA

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Srs. Senadores, a Comissão do Distrito Federal se reúne mais uma vez, e desta para ouvir a palavra do Dr. Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar de Brasília. Devo dizer que S. Sª teve uma motivação especial para vir até aqui; ele mesmo prontificou-se a estar presente a esta Comissão, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Mas, S. Sª quis dar à sua presença um sentido mais alto, que é o que interessa, também, mais diretamente a todos nós, responsáveis por esta Comissão: é o de conhecer a situação hospitalar de nossa Capital. Alguns já sabem, e aqui aos que não sabem informo que estou preparando um simpósio, um seminário, para logo após o recesso do Congresso, com assuntos ligados diretamente à dinâmica de Brasília.

Já o meu ilustre antecessor na Presidência, Senador Cattete Pinheiro, realizou com grande êxito um seminário, a respeito do Plano de Brasília, interessado, como todos nós, em que esta Capital tenha a sua vida e seu crescimento dentro das normas criadas pelos gênios Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Um dos assuntos será, evidentemente, o da saúde, como será o de transportes de massa. Mas, hoje, aqui está o Dr. Paulo Rios, a quem vou passar a palavra para que S. S^a focalize, como lhe aprouver, o problema hospitalar de Brasília, o problema de saúde de Brasília, que sei está a requerer esforços e dedicação, de que S. S^a é plenamente capaz.

Com a palavra o Dr. Paulo Rios.

OSR. PAULO RIOS — Exmo. Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal do Senado, Senador Heitor Dias, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Adalberto Sena, Exmos. Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

Quando observei, Sr. Senador, que medidas administrativas em pauta na Fundação Hospitalar do Distrito Federal tinham despertado a preocupação desta Comissão, através de pronunciamento feito da tribuna do Senado pelo Exmo. Sr. Senador Itamar Franco, representante do povo das Minas Gerais, apressei-me em dirigir ofício a V. Ex^a, oferecendo-me para aqui comparecer, a fim de prestar os esclarecimentos que fossem necessários.

Em agosto do ano passado, tivemos a oportunidade de comparecer à egrégia Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados com a mesma finalidade. Desejava aquela Casa do Legislativo, através da sua Comissão específica, conhecer o que de fato se passava na área da saúde do Distrito Federal e, especificamente, aquela ligada à Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Assumimos esse honroso cargo de Presidente dessa instituição em março de 1975, convidado pelo Exmo. Sr. Governador, Engenheiro Elmo Serejo de Farias. E, logo após, procurávamos aquela autoridade para colocá-lo a par do que de fato se passava. Encontramos uma estrutura organizacional implantada há dez anos: um quadro de pessoal aprovado ainda em 1971, o que nos privava, de início, de tomar aquelas medidas que são exigidas por todos — diga-se de passagem — justamente exigidas, exigidas com justiça. Mostramos a S. Ex^a que, no nosso modo de entender e daquela equipe que convocamos para colaborar conosco, fazia-se necessário e com a maior urgência um planejamento abrangendo a todas as atividades da entidade.

De fato, Sr. Presidente e Srs. Senadores, partimos para um levantamento minucioso de tudo aquilo que a entidade realiza e deve realizar. E, com base nesse levantamento, calcados nesse levantamento, realizamos um planejamento que foi aprovado pelo nosso Conselho Deliberativo, no mês de janeiro do ano passado, juntamente com um quadro de pessoal que implantava, na área de recursos humanos, uma nova política. Todavia, por motivos que fogem a nossa competência e — porque não dizer — por motivos de ordem financeira, esse plano só agora, neste mês de junho, é que vai poder começar a ser implantado, porque só agora, a partir do dia primeiro passado, é que conseguimos a aprovação desse trabalho que realizamos na área de recursos humanos e que se resume no quadro de pessoal da Fundação Hospitalar.

Paralelamente a esse trabalho, Sr. Presidente, levantamos todas as atividades da área médica e cada especialidade de pesquisa como também levantamos as necessidades físicas dos nossos hospitais. E, como disse, paralelamente a esse plano elaboramos um outro que já seria, por assim dizer, um plano de ação imediata. Partimos, então, para a recuperação das nossas unidades de saúde: quer postos de saúde, quer hospitais. Um levantamento de todo nosso parque de equipamentos médico-hospitalares, muitos dos quais obsoletos pelo tempo de uso e pela péssima conservação.

Equacionados esses problemas, iniciamos diversas obras, tendo em mira um plano, que enquanto não conseguirmos, realmente, colocar os nossos hospitais, as nossas unidades de saúde das cidades-satélites em condição de funcionamento, de modo que o cidadão que ali habita possa, no seu local, equacionar os seus problemas de saúde, não conseguiremos livrar o Plano-Piloto desse congestionamento insuportável. Não podemos, inclusive, preservar os nossos hospitais do Plano-Piloto, opções inclusive para casos de saúde nas pessoas das altas autoridades do País, não podemos preservar esses

hospitais para suas reais finalidades. Com base nisso, está sendo elaborado pela equipe do Professor Jarbas Carma, em São Paulo, um plano para a recuperação total e ampliação do hospital do Gama, inaugurado em 1967 quando aquela cidade-satélite possuía apenas quarenta e cinco mil habitantes e o hospital tinha capacidade para sessenta mil. Sabe perfeitamente disso S. Ex^a o Sr. Senador Cattete Pinheiro que, à época, muito nos honrava na Fundação Hospitalar, como de seus conselheiros. Hoje, Sr. Presidente, tem o Gama uma população de cento e vinte mil habitantes, e o mesmo hospital, e o mesmo quadro clínico e o mesmo quadro de enfermagem.

Em Taguatinga houve, de fato, uma mudança radical da situação, com a construção do Hospital Distrital de Taguatinga, sem dúvida alguma um dos melhores hospitais deste País. Entretanto, encontramos o hospital desaparecido, e ainda assim temos pela frente a difícil tarefa de acionarmos 100 leitos daquele hospital, que ainda se encontram fechados por deficiência de pessoal, e mais, sem um equipamento que é primordial para o diagnóstico complementar, o Raio-X. Esse equipamento entrou em funcionamento em outubro do ano passado.

Paralelamente à construção deste hospital ocorreu uma situação, no Distrito Federal, que não era esperada: foi justamente a transposição da célebre invasão do IAPI para a Ceilândia. Então, o Hospital de Taguatinga, que se esperava pudesse operar com uma folga bastante grande, hoje, também, esse hospital já tem problemas sérios, uma vez que ao seu encargo ficou o atendimento de cerca de duzentas mil pessoas de baixa condição sócio-econômica, que habitam na Ceilândia.

Paralelamente — e já agora na nossa gestão — procuramos prover aquela área de um novo nosocômio, motivo de sérias campanhas que sofremos de parte da imprensa, foi o Hospital de Pronto-Atendimento Psiquiátrico. Se considerarmos que até então — e essa foi a situação que nós encontramos — o nosso paciente psiquiátrico, agitado, era recebido em nossos hospitais, sedado, e simplesmente era colocado atrás de uma ambulância e encaminhado para o Sanatório Espírita de Anápolis, há de convir V. Ex^a que alguma medida tinha que ser tomada para que se desse uma assistência ao nosso paciente mental, no Distrito Federal, compatível com a dignidade da pessoa humana.

Inauguramos este hospital com a presença de S. Ex^a o Sr. Senador Adalberto Sena. E conseguimos, sobretudo, que esse hospital ficasse localizado justamente na área onde ocorre 70% das demandas dos casos de doenças mentais no Distrito Federal, a área da Ceilândia.

Ao lado disso, projetos estão para serem licitados, objetivando a reforma completa do Posto de Saúde da Avenida W/3, objetivando a ampliação do Posto de Saúde do Núcleo Bandeirante, objetivando colocar em funcionamento os hospitais de Planaltina e de Brasília, dados como concluídos e que na atual gestão foram gastos dois milhões de cruzeiros para que pudessem, de fato, entrar em funcionamento, sendo que este funcionamento está, apenas, na dependência de conseguirmos colocar em vigor a tabela que se encontra no nosso Conselho, em vias de aprovação. Falta de pessoal é o que faz com que esses hospitais ainda permaneçam parados. Os hospitais eram dados como prontos, mas neles gastamos dois milhões de cruzeiros porque nem sequer possuíam esgoto.

Ainda nesse setor de obras, elaboramos um planejamento para construirmos o parque de armazenamento, manutenção e transportes da Fundação Hospitalar. Sabe o Senador Cattete Pinheiro que precisamos dar atenção àquilo, Sr. Presidente, que fica justamente por detrás do hospital e que ninguém sabe que existe, porque todo mundo só enxerga o binômio médico-paciente, mas ninguém sabe o respaldo que é necessário para que esse binômio possa funcionar a contento. E aquelas mesmas instalações, inauguradas em 1965, ao lado do cemitério, por trás do galpão, onde as Pioneiras Sociais têm o seu serviço funerário, essas instalações são as mesmas, Srs. Senadores, que permanecem até os dias atuais. Quando se construiu aquilo tínhamos, praticamente, apenas o 1º HDB.

Esse planejamento está pronto e deveremos construir quase que uma cidade, em terreno da Fundação Hospitalar, no Setor de Indústria e Abastecimento, onde estão construídos a nossa farmácia central e o nosso almoxarifado central. Com isso, esperamos dar à instituição uma relativa auto-suficiência na manutenção de seus próprios equipamentos médico-hospitalares.

Em licitação se encontram as obras de infra-estrutura do Hospital Distrital L-2 Sul. Esse hospital, inaugurado em novembro de 1966, com 110 leitos, este número foi triplicado para 330 leitos, sem que se atentasse para o problema de infra-estrutura do hospital. Dessa maneira, continua a mesma cozinha, o mesmo refeitório, a mesma lavanderia, o mesmo almoxarifado e, ao lado disso, ainda se constrói um pavilhão destinado à Pediatria, com capacidade para 60 leitos. Com o agravamento desta situação, motivado por um aumento indiscriminado de leitos, viu-se a atual administração forçada a mantê-los fechados para evitar o colapso do hospital, e partir então para estas obras de infra-estrutura, que estão sendo licitadas, cuja abertura de licitação deverá ocorrer no próximo dia 20, para que se possa colocar o hospital em pleno funcionamento.

Quanto ao 1º-HDB, tive a oportunidade de dizer ao Exmo. Sr. Governador que podíamos presenciar aqui em Brasília um caso *sui generis*: um hospital queimando, com os pacientes lá dentro e nós do lado de fora assistindo a uma cena desta natureza. Era caótica a situação física desse hospital. Para melhor dizer, não conseguimos fazer uma licitação no sentido de colocarmos as coisas nos seus devidos lugares, porque nem planta tínhamos; não tínhamos elementos para elaborar um edital de licitação e colocarmos o 1º-HDB na situação em que ele deveria estar. Estamos com uma firma trabalhando por administração, dentro do 1º-HDB, firma esta que venceu uma licitação. Toda a rede de esgoto do hospital está danificada, assim como a rede elétrica. O aparelho de ar-condicionado — um equipamento que ocupa espaço superior ao deste auditório — nunca funcionou. O pronto-socorro congestionado, isto é fato do dia a dia, é um dos pratos preferidos pela imprensa. O outro pronto-socorro prestes a inaugurar está com uma série de equipamentos, sendo alguns importados, está nos trazendo a maior dificuldade, justamente porque quando nos coube essa tarefa surgiram medidas do Governo, no campo econômico-financeiro, criando sérias dificuldades ao problema da importação de artigos estrangeiros, com vistas a equilibrar a balança de pagamentos do País.

Estamos em grandes obras no Hospital Distrital, e paralelamente a tudo isto, no que se refere ao parque de equipamentos médico-hospitalares, há uma verdadeira miscelânea, Sr. Presidente, criando dificuldades de toda a natureza. E diria — permitam-me a expressão — que isso está causando uma situação difícil para a entidade, difícil de se coordenar; são firmas e mais firmas com contratos feitos com a Fundação, cada uma querendo cobrar mais caro pela manutenção do seu equipamento. Resolvemos, então partir, pelo menos, para a padronização do equipamento pesado. E nesse particular estamos com um projeto quase pronto, que a esta altura já deveria ter sido encaminhado ao Sr. Governador, para tentar financiamento junto ao Sr. Ministro da Saúde, através de fundos existentes no Ministério da Saúde para esse fim, no sentido de equiparmos a rede com material radiológico. Só temos, atualmente, dois hospitais em condições de, realmente, proceder a exames radiológicos: é o 1º Hospital Distrital e o outro, é o Hospital de Taguatinga, cujo equipamento nós inauguramos em outubro do ano passado. Ao lado disso, estamos instalando, agora, por esses dias quatro rins artificiais. Para quem é médico — é entre V. Exs há médicos — sabe o valor de um equipamento deste, num sem-número de casos, num sem-número de patologias. Há seis anos, Sr. Senador, a Fundação Hospitalar não tinha um rim artificial; adquirimos quatro, dois para o 1º Hospital Distrital, um para o Hospital de Taguatinga e outro para o Hospital do Gama.

Na parte de terapia intensiva, possuímos apenas um centro de terapia intensiva, com equipamento praticamente obsoleto. Ainda outro dia, para salvar uma criança, filha de um colega nosso, — e

diga-se de passagem, filha do próprio Diretor do Centro de Terapia Intensiva do Hospital — tivemos que recorrer ao Hospital do EMFA.

Estudamos o equipamento para terapia intensiva e vamos, inclusive, não apenas instalar 18 canais de terapia intensiva no 1º Hospital Distrital, que no momento possui apenas 12, como também, instalar 6 em cada um dos outros hospitais, porque não dá para se compreender hospitais, realizando cirurgia, processos clínicos e cirúrgicos de várias naturezas, sem um centro de terapia intensiva. Então, o que vinha ocorrendo na rede é que um paciente operado num hospital que não fosse o 1º HDB, se, por ventura, viesse a entrar em choque e não se conseguisse retirar o paciente daquele estado, ele teria que ser, nessas condições, removido de ambulância para tentar ser salvo no 1º HDB, por falta de recursos nos outros hospitais, por falta de um centro de terapia intensiva que, convenhamos, não é coisa das mais caras.

Na parte de diagnóstico complementar, encontramos, também, uma situação bastante difícil: era comum o paciente da Fundação Hospitalar, ao receber o pedido de exames complementares de seu médico assistente, dirigir-se ao laboratório e ter desprazer de receber, naquele pedido, um carinho de excesso, e ele que fosse procurar que instituição ou quem pudesse lhe atender para realizar aquele exame. Resultado: Estamos automatizando dois laboratórios. Parece, inclusive — não afirmo — mas há quem diga que foi o maior contrato que já se fez hoje, para locação de equipamentos estrangeiros, com finalidade de automatizar laboratórios de análises clínicas. O do 1º Hospital Distrital já está em funcionamento, realizando 24 parâmetros de exames nas áreas de hematologia e de bioquímica, em tempo recorde, e já entregando ao médico esses resultados impressos e corrigidos.

Estamos partindo, portanto, de uma época ultrapassada para uma mais atual onde o equipamento pode, realmente, face à moderna tecnologia, atender com mais segurança e com mais precisão à demanda cada vez mais crescente.

No que se refere à administração central, encontramos a Fundação Hospitalar com uma renda própria que não atingia a casa do sete milhões de cruzeiros e já fechamos o balanço do ano passado com algumas medidas adotadas junto aos nossos órgãos competentes, com renda já superior a sete milhões de cruzeiros mensais. Todavia, ainda continua sendo a nossa grande fonte de renda o Governo do Distrito Federal, que contribui com dois terços das despesas da instituição.

Na área de recursos humanos, considerando a complexidade da administração hospitalar, considerando a multiplicidade de fatores, de ingerências, de problemas de uma administração complexa, repito, como a administração hospitalar, optou a Instituição, optou a nossa administração, pelo aceleramento da formação de recursos humanos. A antiga Escola de Auxiliares de Enfermagem, hoje, Escola Técnica de Enfermagem de Brasília, pelo novo Regimento da Entidade passará a se constituir no Centro Interescolar de Saúde de Brasília, com a finalidade não apenas de formar Auxiliares de Enfermagem, que é, realmente, o que ela forma no momento, mas para formar todo o pessoal da área paramédica, problema que a cada dia se agrava mais no País e não sabemos que solução dar, porque até o próprio Ministério da Educação, a quem consultamos sobre o assunto, está preocupado e envidando esforços no sentido de resolver o problema.

Não se pode, de maneira nenhuma, continuar improvisando pessoal de enfermagem, de laboratório, de radiologia, de medicina nuclear, não se pode mais continuar improvisando esse pessoal, ele tem que estar preparado, tem que estar conscientizado da tarefa a executar. E com a criação do Centro Interescolar de Saúde, cujo projeto já está desenvolvido e prestes a ser licitado, para que a construção seja iniciada em terreno próprio da Fundação Hospitalar, situado na Asa Norte, acreditamos que possamos, a curto e médio prazo, resolver um problema angustiante não apenas para a nossa instituição, mas para as instituições congêneres do

Distrito Federal e de outros Estados, que se interessem pelo ensino que for dado pela Fundação Hospitalar, através do seu Centro Inter-scolar de Saúde.

Ainda nessa área, pela primeira vez se elaborou uma tabela de pessoal com salários competitivos. A Fundação estava num ponto de formar pessoal e entregá-lo aos demais hospitais, porque não tinha salário para competir, e com níveis promocionais, que também não existiam; quem entrasse hoje na entidade teria as mesmas vantagens daqueles que já lá se encontravam, por qualquer tempo que fosse.

Com uma nomenclatura mais racional e, sobretudo, escoimado de categorias profissionais — aí vamos entrar naquele ponto que preocupou V. Ex^{ts} — que não se constituem, realmente, nas atividades-sim e nas atividades de apoio da instituição.

Preocupados, como de fato estamos, em dar, num prazo relativamente curto, as soluções que todos esperam, numa área de saúde difícil, com a responsabilidade de atender a 800 mil habitantes do Distrito Federal, e mais, com uma região geoeconômica, cujo limite ninguém conhece mais, não podemos nos deter em pequenos problemas, e devemos enfrentar aqueles problemas mais graves, justamente na área médica, com decisão, coragem e vontade, realmente, de resolver.

Então, o que fez a Fundação Hospitalar? Com base na própria legislação vigente, com base no planejamento elaborado, entendeu a empresa que determinadas atividades auxiliares seriam melhor administradas pela empresa privada.

A teoria não é nossa; exaustivos estudos, durante anos foram realizados, se não me engano, pelo próprio Departamento Administrativo do Serviço Público, com a finalidade de aconselhar isso ao próprio Governo.

O próprio Decreto-Lei nº 200, no seu Capítulo III — Da Descentralização, art. 10:

“Art. 10. A execução das atividades da administração federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais...”

Vou ler apenas o plano c:

“Da administração Federal para a órbita privada mediante contratos ou concessões;

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquinas administrativas, a administração procurará desobrigar da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista na área iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.”

Com base naquele planejamento a que me referi no princípio, entendeu a administração que seria muito mais viável alocar empresas para a execução dessas atividades auxiliares do que arcar com o ônus dessa execução, quando na realidade a nossa principal tarefa é prestar assistência à saúde. Não imaginam os Srs. o trabalho que essa área traz à administração hospitalar, nas atividades de limpeza, nutrição e vigilância, que foram justamente as atividades abrangidas pela administração.

Passarei, agora, a mostrar uns quadros que trouxe comigo e que ajudarão minha exposição. (Exibe slides.)

Este foi um levantamento dos custos, que fizemos na área de nutrição, tomando como base os nossos gastos no Hospital Distrital de Taguatinga, no mês de março passado. A situação de locação de serviços de terceiros, na área de nutrição da Fundação Hospitalar não é nossa, nós já a encontramos; encontramos serviços de terceiros no Primeiro Hospital Distrital, no Hospital Distrital L-2 Sul e no Hospital Distrital do Gma. Procurando, apenas, expandir esses serviços pelos demais hospitais e regularizar situações que, para a administração, não nos pareciam ser ideais. Então, o que ocorria era

o seguinte: o nosso servidor era colocado à disposição da empresa, com a Fundação arcando com todos os ônus. Na hora em que se procedia um encontro de contas entre a empresa e a administração, então, nessa oportunidade, a administração era ressarcida dos gastos que havia realizado com esse servidor em matéria de salário e encargos sociais. Quer dizer, era uma situação inversa.

Por outro lado, se por qualquer motivo não interessava à empresa permanecer com um desses servidores, ela pura e simplesmente o devolvia à Fundação Hospitalar, razão da confusão que se estabeleceu; realmente, uma das razões por que se estabeleceu a confusão no nosso quadro de pessoal foi com o problema do deslocamento de funções, com questões na Justiça do Trabalho.

Então, o que fez a administração? Chamou a empresa e informou: doravante, o vínculo empregatício é com você. Nós vamos indenizar o pessoal, vamos dar o aviso prévio e você que os admita. A situação será inversa.

Não tocante a custos, temos, aqui: custos com a mão-de-obra, gêneros alimentícios, material de limpeza, etc. Neste ponto, podemos informar aos Senhores o seguinte: enquanto a diária, pela administração direta está saindo ao preço de Cr\$ 46,50, pela administração direta está saindo ao preço de Cr\$ 44,70.

Mas, todos os custos da administração direta não estão levantados. Ao lado desses há aquilo que chamamos de salário indireto. Então, para uma refeição, almoço, que nos custa Cr\$ 14,43, e jantar, Cr\$ 14,48, esse servidor paga apenas Cr\$ 3,00. A Fundação Hospitalar, conseqüentemente, suplementava com Cr\$ 11,48, o que não está computado nesse levantamento de custos, como também não estão computados, aí, outros custos como: licitação para aquisição de material, armazenamento desse material, conservação desse material, distribuição, controle de consumo. E informo aos Senhores que é uma coisa muito séria o desvio desse tipo de material numa organização como a Fundação Hospitalar. É muito sério esse desvio e de difícil apuração. São célebres processos de apuração com 10 centímetros de altura, muito papel, servidores deslocados para constituir essas comissões e, no fim, aquela conclusão que se espera é sempre a mesma: ninguém viu, ninguém sabe. Não há, enfim, uma definição. Quer dizer, gastou-se o tempo de servidores e não se tem uma definição.

Não sei se esse quadro serviu para dar alguma noção aos Srs. Senadores, pois o quadro está muito mal projetado. Apenas o que quero frisar é que o nosso preço de 46,50 e o da empresa de 44,70, no nosso preço, não estão incluídos esses gastos. Inclusive, esses salários indiretos, essa complementação que nós damos, para o almoço e o jantar desse pessoal, num valor de cerca de Cr\$ 11,00, não está computado aí.

(Mudança de slide.)

Limpeza. Quando elaboramos o planejamento do Hospital de Pronto-Atendimento Psiquiátrico, e nós preparamos para inaugurá-lo, resolvemos fazer uma experiência-piloto, com todos os serviços de vigilância, limpeza e nutrição por conta da empresa privada. E foram justamente os resultados dessa licitação que fizemos, para limpeza, que nos animou a estender a medida por toda a rede hospitalar. E, já no mês de maio, fizemos uma concorrência pública que teve de ser anulada, em virtude dos dois concorrentes não terem conseguido a qualificação, um por falta de apresentação de um documento, o outro por outro motivo qualquer; então, eles não conseguiram a classificação. Desse modo, permanecemos com os nossos serviços de limpeza, exceto o do Hospital de Pronto-Atendimento Psiquiátrico. Quanto a essa quantidade de pessoal de limpeza do Hospital de Pronto-Atendimento Psiquiátrico, 40 servidores; total mensal de salários: Cr\$ 30.720,00; total mensal de encargos sociais: 21,58%, Cr\$ 6.604,80; total mensal de salários mais encargos: Cr\$ 37.321,80; total anual de salários: Cr\$ 399.380,00; total anual de encargos: Cr\$ 85.852,40; total anual de salários mais encargos: Cr\$ 485.222,40; - gasto mensal com material de consumo: Cr\$ 20.575,00. Aliás, quero informar a V. Ex^{ts} que a Fundação

Hospitalar gasta, por mês, Cr\$ 500.000,00 com material de consumo para limpeza. Esse material é adquirido, em empresa de governo, na SAB, são Cr\$ 500.000,00 mensais.

E, agora que entrei em acordo com a Diretoria da SAB, consegui fazer uma compra global, depois de haver padronizado o material, inclusive as embalagens que nos interessavam; conseguimos fazer uma compra para seis meses, por cerca de Cr\$ 12.000.000,00 em virtude de um abatimento que conseguimos no global, mas a média, até então, era essa e continua sendo quase a mesma.

Então, para esse hospital o gasto mensal seria de Cr\$ 20.575,00 em material de limpeza; gasto anual com material de consumo, Cr\$ 246.900,00; resumo anual: mão-de-obra, Cr\$ 485.222,00; material, Cr\$ 246.900,00, num total de Cr\$ 732.122,40 que era aquilo que a Fundação Hospitalar deveria gastar em um ano para a limpeza do Hospital Pronto-Atendimento Psiquiátrico.

Não foi incluída, no custo, a diferença do preço da refeição, aquilo que informei aos Senhores, que esse pessoal faz as refeições no Hospital — o almoço e o jantar — pagando apenas Cr\$ 3,00, enquanto a Fundação paga à empresa cerca de Cr\$ 14,00.

Não estão incluídos, aqui: manutenção e depreciação de equipamentos, equipamentos mecanizados, que possuímos esse tipo de trabalho, como também não está incluído, aqui, uniforme constituído de botas, macacão e luvas, e mais 20% de insalubridade, que todos eles requerem e nós concedemos.

Os Senhores viram quanto a instituição gastaria, se administrasse, diretamente, a limpeza desse hospital.

Agora, vamos ver o preço que a empresa cobrou mediante licitação. Limpeza hospitalar, custo de mão-de-obra e material: Cr\$ 41.856,91, mensalmente, e Cr\$ 502.282,92, anualmente.

A empresa fornece todo o material de limpeza, equipamento, pessoal uniformizado por conta dela, e foi justamente esse resultado que nos animou, além do amparo legal que tínhamos, além de todo um planejamento que foi baseado objetivando voltar a Administração para essa atividade-fim, foi esse resultado que nos animou a realizar a concorrência que nós anulamos e estamos com outra concorrência, no mesmo sentido, mas aguardávamos, e sou honesto em dizê-lo ao Senado, para não parecer, inclusive, que estava havendo, de nossa parte, uma atitude acintosa em tomarmos uma providência desse tipo de comparecermos a esta egrégia Comissão.

(Mudança de slide.)

Finalmente, este quadro diz respeito às demissões. Na parte de vigilância tínhamos 71 servidores, sendo que 10 nós aproveitamos, permanecendo no quadro 16, pois evitamos demitir determinados servidores que já estavam, há vários anos, na instituição; então demitimos 45, na parte de vigilância.

Na parte de nutrição, tínhamos 204 servidores; redistribuímos e reclassificamos 10, permanecem no quadro 93, porque todos os postos de saúde continuam com coqueiros e garçons da Fundação Hospitalar, porque o posto de saúde não tem motivo de entregar, a uma empresa privada, essa parte do posto de saúde, que funciona durante o dia; é o célebre cafezinho e água gelada, porque não tem outra coisa; e demitimos 101, dos quais 39 foram readmitidos pelas empresas. E vou ler a carta das empresas, para que V. Ex^{as} tomem conhecimento.

Na parte da limpeza continuamos no mesmo: temos 678 serventes e permanecemos com o mesmo número, porque anulamos a concorrência e surgiu todo esse problema, em torno do assunto, e estamos na mesma situação, ainda não realizamos outra concorrência.

Relativamente às cartas, tenho aqui — e não mandei tirar cópia para passar a V. Ex^a — uma carta da SANOLE, a empresa que ganhou a concorrência para fornecimento de alimentação à Fundação Hospitalar. Essa concorrência não foi realizada em nossa administração, essa situação nós já a encontramos, apenas estamos regulando-a e expandindo-a, porque não nos interessa de maneira nenhuma administrar diretamente a alimentação de determinados hos-

pitais e entregar a empresa privada a outros. Ou administramos diretamente tudo ou entregamos à empresa privada essas atividades auxiliares.

Então, a SANOLE, no dia 27 de maio, mandou-nos uma carta, que diz o seguinte:

“Pela presente apresentamos a V. S^a uma relação nominal dos funcionários desta Fundação, que nos procuraram para serem admitidos em nossa empresa.”

Essa relação nominal é de 39 pessoas; então das 101, na realidade, se daí para cá outras não procuraram a empresa, fora só estão 62.

“Esclarecemos a V. S^a que todos os funcionários do Serviço de Nutrição, que estão de aviso prévio até 30 próximo, ou seja, até 30 de maio, por esta Fundação, foram convidados para trabalhar em nossa empresa. Porém, somente os acima discriminados aceitaram o nosso convite.”

Estes serão admitidos no dia 31 deste mês.

“Nesta oportunidade reiteramos, então, nossa estima e distinta consideração.”

Isto na parte de nutrição.

A Confederal, que ganhou a concorrência do Hospital de Pronto-Atendimento Psiquiátrico, onde nós não tínhamos serventes — e até agora não admitimos nenhum servente, era um hospital que estava fechado, recuperamos e inauguramos um Hospital de Pronto-Atendimento Psiquiátrico — escreveu a seguinte carta:

“Permitimo-r os voltar à presença de V. S^a — essa carta é datada de 28 de maio — a fim de comunicar que em atendimento à recomendação que nos foi feita em 14 de março pretérito, por ocasião da assinatura do contrato firmado entre essa empresa e nossa empresa, com vigência a partir de 1^o do corrente mês — ou seja, 1^o de maio — vínhamos admitindo todos os ex-funcionários que aí prestavam seus serviços, no setor de vigilância, desde que atendam as exigências legais impostas para o exercício dessa função.

Cabe ainda ressaltar que o aproveitamento consequente de tais servidores lhes permitirão, de imediato, sensível melhoria salarial, além do benefício de adquirirem conhecimento teórico e prático para o desempenho de suas tarefas, assegurando-lhes sem dúvida alguma, melhores perspectivas pecuniárias a curto prazo dentro de nossa firma.

Assim, na segurança de estarmos atendendo o objetivo expresso dessa instituição, no que concerne, também, ao melhor desempenho dos serviços por nós recentemente iniciados, aproveitamos a oportunidade...”

Ao lado de tudo isso, e V. Ex^{as} não de convir que realmente uma série de custos poderiam ter sido lançados sobre isso que apresentamos, para dar, citemos assim, mais ênfase à medida, pois ao lado de tudo isso há a vantagem de passarmos a trabalhar sobre custos diretos ao invés de custos indiretos, numa empresa que apesar do seu volumoso orçamento, de seus recursos, tem problemas muito sérios, inclusive de incapacidade de gastar esses recursos em virtude das suas deficiências de recursos humanos, que é o que estamos procurando corrigir, com o planejamento que elaboramos e com o quadro do pessoal que deverá entrar em vigor a partir do dia 1^o deste mês.

Não escrevi nada para trazer para os Srs., vim apenas para expor aquilo que me pareceu razoável. Evidentemente, uma reunião desse porte, que não é secreta e onde, inclusive, não se pode entrar em determinados detalhes, mas estou à disposição dos senhores para toda e qualquer pergunta e respeito da Fundação Hospitalar, ou poderei, inclusive, continuar a minha explanação em algum ponto que, porventura, V. Ex^{as} achem importante uma explicação.

Não sei se o Sr. Presidente está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — De acordo com a praxe, o expositor faz o relato e os Parlamentares, sejam da Câmara ou do Senado, arguem sobre assuntos da exposição ou mesmo assuntos não ventilados mas ligados ao problema em tela.

O SR. SALDANHA DERZI — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Com a palavra o nobre Senador Saldanha Derzi.

O SR. SALDANHA DERZI — No caso de haver necessidade de uma reunião secreta, para assuntos que V. S^a assim julgar necessário, no final desta reunião poderíamos transformá-la em secreta.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — De acordo, Senador. Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro, de acordo com a ordem de inscrição.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Presidente, conheço a capacidade e a dignidade profissional do Dr. Paulo Rios; não surpreendeu-me, portanto, a clareza da exposição de S. S^a, com relação aos problemas da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Mas, vai permitir-me o eminente colega discordar no que concerne aos motivos alegados para que se volte, neste País, a uma fonte de escândalos que ocorreu na administração Juscelino Kubitschek, com a falada alimentação preparada para os hospitais mantidos pelo Ministério da Saúde.

Ouvi, com certa amargura, o Dr. Paulo Rios, com toda a sua franqueza, apresentar motivos para que se voltasse a cogitar entregar, à chamada empresa particular, a alimentação nos hospitais. Disse S. S^a: problemas de licitação, problemas de armazenamento, problema de distribuição, controle de consumo, desonestidade nesse controle, desvio de material, inquéritos feitos redundando em nada, porque não se ouve, de quem quer que seja, quem viu, quem foi ou quem não foi. Tudo isso parece-me que significa, tão-somente, falta da administração pública no cumprimento das obrigações referidas.

De outro lado, o que tenho podido ver, nas chamadas empresas de prestação de serviços, é um alto custo que não justifica essa transferência de encargos pela administração pública.

Por outro lado, disse ainda S. S^a: na administração direta custa Cr\$ 46,50 a alimentação, na administração indireta Cr\$ 44,77. Alega, mais, que o funcionário que recebia alimentação no Hospital pagava Cr\$ 3,00 e o excedente era pago pela Fundação Hospitalar.

Tudo isso, entendo, não são razões dentro dos critérios, pelo menos, que posso avaliar aceitáveis, para que se volte — repito — a uma fonte de escândalo que, na administração Juscelino Kubitschek, deu motivo a comissões de inquérito no Ministério da Saúde, e que, na minha rápida passagem por aquela Pasta, no Governo do Presidente Jânio Quadros, tive a amargura de completar, vendo demonstrado que a empresa, naquela altura tendo contrato semelhante, estava explorando Governo e doente, fornecendo alimentação de má qualidade por custos muito maiores do que aqueles que o Ministério, depois que cancelamos o contrato, voltou a assegurar nos seus hospitais.

Respeito a decisão da Fundação Hospitalar, em voltar a esse sistema. Quero, no entanto, por um dever de consciência, deixar este comentário para dizer que a exposição de S. S^a, quanto a esses aspectos, não me convenceu, e não me convenceu, principalmente, porque vivi, como Ministro da Saúde, experiência semelhante, e tudo que o inquérito, naquela altura feito, demonstrou foi somente desvantagens muito sérias com relação ao sistema.

Perguntaria ao Dr. Paulo Rios: O pessoal que trabalha, nos diversos setores do Hospital, e que está de plantão, como é alimentado? Recebe ou não alimentação?

Segundo: Quem paga o combustível usado para o preparo desses alimentos, se é que eles são feitos nas cozinhas dos próprios hospitais? Quem adquire utensílios e outros elementos necessários para esse trabalho?

Ainda mais, S. S^a mencionou servidores colocados à disposição das empresas contratantes, e depois mostrou que alguns tinham sido definitivamente transferidos para a responsabilidade das empresas, outros tinham sido demitidos e outros tinham sido remanejados para outras posições. Esse aspecto, a meu ver, não é o principal, o essencial é saber se a alimentação fornecida aos doentes nos hospitais do Distrito Federal continuará a corresponder às exigências e de ordem médica, se as dietas prescritas poderão ser realmente atendidas. A alimentação, no meu entender — e neste ponto me parece que não compreendi bem a exposição de S. S^a — é fundamental, é também terapêutica, não sendo portanto um acessório, porque um doente mal alimentado não recebe os cuidados que deve ter. S. S^a sabe que elevado percentual de doentes da área psiquiátrica, que vão para os hospitais, oriundos da Ceilândia, se formos pesquisar chegaremos à conclusão de que muitas das crises apresentadas decorrem, principalmente, de fome.

Então, meu eminente e prezado colega, Dr. Paulo Rios, com todo o respeito e admiração que tenho, por V. S^a, julguei não dever silenciar neste momento, principalmente como uma advertência a S. S^a no seu idealismo e na sua luta que me merece todo o respeito.

O SR. PAULO RIOS — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cattete Pinheiro.

Eu, realmente, não conheço como V. Ex^a — que esteve à frente do Ministério da Saúde, e a quem tive a honra de servir anonimamente, porque sou funcionário do Ministério da Saúde — não conheço o que se passou no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek com respeito à contratação de empresas para fornecimento de alimentação aos hospitais. Disse, na minha explanação, que foi uma situação encontrada na Fundação Hospitalar e, também, se não tivesse sido encontrada eu, provavelmente, optaria por ela.

O pessoal de plantão recebe alimentação da empresa. A empresa prepara a alimentação utilizando-se das cozinhas dos nossos hospitais, dos utensílios, do combustível e do vapor, razão por que, nos gastos da administração direta, não incluímos isto, porque nós gastávamos isso e continuamos gastando.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Aumentando o lucro da empresa, portanto.

O SR. PAULO RIOS — Se as dietas prescritas continuam a ser cumpridas eu respondo afirmativamente. E informo a V. Ex^a que a mecânica, nesse particular, vem sendo desenvolvida da seguinte forma: há um corpo de auxiliares de nutrição que levam todas as dietas prescritas, prontuário por prontuário, em cada posto de enfermagem. Feito o mapa com o nome do paciente, o seu número de registro e a dieta prescrita, esse mapa é encaminhado à nutricionista da Fundação Hospitalar, que é, digamos assim, a nossa principal fiscal junto à empresa. Essa nutricionista, depois de fazer o resumo desse mapa, entrega-o à empresa até às 10 horas e 30 minutos. Quando a empresa, através dos caminhos que levam à alimentação, começa a distribuí-lo pelas enfermarias, essa auxiliar de enfermagem é obrigada a estar presente e conferir as dietas que foram, realmente, solicitadas para aqueles pacientes de suas áreas.

É dessa maneira que vem sendo executado o trabalho.

Não sei se satisfiz a pergunta do Senador.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Sr. Presidente, permite-me nova intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Pois não.

O SR. CATTETE PINHEIRO — É a penas para desejar ao Dr. Paulo Rios pleno êxito, e que as suas afirmativas se tornem realidade nos hospitais de Brasília. Isto comprovado, começarei a reexaminar o ponto de vista aqui expresso.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Tem a palavra o nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Paulo Rios:

Não vou fazer uma interpelação, mas apenas uma pergunta. Às vezes, gosto de detalhes, sobretudo quando os julgo importantes. V. S^a deixou muita coisa implícita na sua exposição. V. S^a afirmou que o principal Hospital do Distrito Federal não tinha sequer planta. V. S^a fez, também, referência especial às exigências relativas à terapia, que não eram prestadas convenientemente. V. S^a fez, também, uma referência especial à insuficiência do tratamento radiológico. V. S^a afirmou a baixa renda do sistema hospitalar. V. S^a afirmou precárias e insuficientes as instalações físicas. Por outro lado, todos sabemos que a meta do Governo é o homem. Mas, ao lado dessa meta, precisamos também levar em consideração a falibilidade humana, e, nas várias experiências que já tive na administração, acho que o importante não é o homem, mas os homens, porque os interesses da coletividade devem, necessariamente, prevalecer sobre os interesses particulares e individuais.

Então, a minha pergunta, depois de procurar sintetizar, ou de repetir algumas afirmações feitas por V. S^a, é a seguinte: ao assumir as atuais responsabilidades que V. S^a desempenha, a situação médico-hospitalar do Distrito Federal era de verdadeiro caos?

O SR. PAULO RIOS — Não digo a V. Ex^a que era uma situação de verdadeiro caos, porque não sei, mas o significado desta palavra caos é muito sério.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Eu pediria a V. S^a que a transformasse numa palavra mais amena, calamidade.

O SR. PAULO RIOS — Entre caos e calamidade, Senador, fico sem saber por qual delas eu optaria. Posso dizer a V. Ex^a que a situação era bastante difícil. Pela primeira vez, vejo-me na contingência de comparecer a Comissões de Legislativo, representadas por homens que chegam aqui, através de um voto direto, porque ninguém vota em quem não merece ser votado. Então, acho que ninguém pode cometer a ingenuidade de chegar numa Comissão dessa ou na Comissão de Saúde da Câmara, onde tive a honra de estar, pensando que encontrará uma brincadeira; é coisa muito séria uma Comissão dessa. Realmente, as perguntas são também muito sérias, como essa que V. Ex^a termina de fazer. Mas, repito que nem me pego na palavra caos, nem na palavra calamidade. Mas, reitero o que disse que era realmente uma situação difícil. É uma situação que eu não apenas digo aqui nesta egrégia Comissão, mas tenho a honra de convidar a Comissão para, quando ela assim desejar, percorrermos os nossos hospitais, os nossos postos de saúde, almoçarmos, jantar-mos no hospital, irmos à noite, quando, à hora e de que forma a Comissão assim desejar. Seja a Comissão completa, seja o Exm^o Sr. Presidente, seja o Senador que assim o desejar, isto será uma honra para nós, porque nem sempre as palavras, por mais medidas e pesadas que elas sejam, nem sempre se tem condição de espelhar a realidade dos fatos. Mas, é uma situação séria e vexatória, se considerarmos que estamos trabalhando na Capital do País, onde se reúne o que há de principal na elite brasileira, através dos três poderes, o poder que V. Ex^s representam, que é o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. E tive oportunidade, também, no transcurso da minha palestra, de citar que o nosso primeiro Hospital Distrital é primeira opção para casos de urgência na figura dos homens importantes do nosso País, da nossa República, entre os quais estão incluídos V. Ex^s. Isso nos dá ainda mais responsabilidade pela tarefa que temos pela frente, pelo trabalho que temos de enfrentar. Pode V. Ex^a ter a certeza — e eu estou pronto para lhe dar *in loco* — de que é uma situação, realmente, difícil. Mas, está sendo controlada e as soluções já estão devidamente equacionadas, e se muita coisa, ainda, não podemos mostrar, para atender às naturais e justas reivindicações da população, a que somos obrigados a servir, é porque, conforme, também, disse aqui na minha explanação, motivos alheios a nossa vontade não nos permitiram.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Senador Helvídio Nunes, alguma pergunta a mais?

O SR. HELVÍDIO NUNES — Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Tem a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, Senador Heitor Dias, Dr. Paulo Rios, V. Ex^a na sua explanação se referiu a um problema pequeno que obrigasse, praticamente, um Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar a estar aqui falando ao Senado Federal.

Veja V. S^a que após a sua explanação eu perdi a ordenação lógica que teria para inquiri-lo, respeitosamente, para que quase solicitar, neste instante, face ao quadro que V. S^a pintou da incapacidade hospitalar do Distrito Federal atender à demanda constante assistencial da nossa Capital de quase, sugerir — e é possível que sugira no final da minha fala ao Presidente da Comissão do Distrito Federal, que esta Comissão proceda a uma rigorosa inspeção e a uma rigorosa análise daquilo que se passa no setor de saúde pública do Distrito Federal. A experiência e a sensibilidade do Senador Cattete Pinheiro, quando S. Ex^a disse que, com certa amargura, ouviu a fala de V. S^a, eu que não sou médico, que cheguei aqui há apenas cerca de um ano e meio, por decorrência de um mandato do meu Estado de Minas Gerais, tenho, neste instante Dr. Paulo Rios, uma tristeza imensa em ver aqui, na Capital Federal, aos olhos dos mais altos escalões do Governo da República, faça-se aquilo o que o Senador Cattete Pinheiro falou ainda agora, "a falência da administração pública do Distrito Federal".

O SR. CATTETE PINHEIRO — Peço a V. Ex^a permissão para uma retificação. Não falei em falência da administração pública do Distrito Federal, falei que quando é confessado que inquéritos conduzem a nada, isso representaria falência da administração pública, não disse do Distrito Federal, porque, neste momento, faço questão de fazer justiça ao Governo Elmo Farias, um Governo respeitável que está conduzindo, realmente, a administração do Distrito Federal por caminhos, pelo menos, os mais louváveis, se não os mais perfeitos. Permita-me Senador Itamar Franco esta retificação, porque ela é de justiça. E o sentido que dei a minha expressão foi esta, quando o Dr. Paulo Rios afirmou que os inquéritos da Fundação conduziam a nada. Neste caso há falência da administração pública.

O SR. ITAMAR FRANCO — Falência da administração pública no setor por mim abordado, neste instante, que se refere, especificamente, à Fundação Hospitalar.

O SR. CATTETE PINHEIRO — V. Ex^a afirmou no Distrito Federal, e não é assim.

O SR. ITAMAR FRANCO — A Fundação Hospitalar pertence ao Distrito Federal. Mas, de qualquer forma, em atenção a V. Ex^a e com o respeito que lhe tenho, digo a falência da Fundação Hospitalar.

Mas, Dr. Paulo Rios, vou então, no final, pedir ao Sr. Presidente da Comissão que faça a conscientização do problema levantado pelo Dr. Paulo Rios. E V. Ex^a, Sr. Presidente, proceda, através desta Comissão, a uma análise profunda do que se passa, realmente, no setor de saúde pública do Distrito Federal.

Agora, vou iniciar, se V. S^a me permite, algumas perguntas, algumas das quais, por certo V. S^a já se referiu na sua explanação, mas eu gostaria de voltar ao assunto, porque foram rapidamente expostas.

Quais os serviços que a Fundação pretende entregar à exploração de terceiros?

O SR. PAULO RIOS — Nutrição, que já encontramos entregue a serviços de terceiros, em parte, apenas estendemos a alguns hospitais em que faltavam esses serviços, eles estavam ainda em administração direta. Limpeza e vigilância, este último já entregue a serviços de terceiros.

O SR. ITAMAR FRANCO — Houve concorrência pública?

O SR. PAULO RIOS — Sim Ex^a, na parte de vigilância, na parte de limpeza e na parte de nutrição, sendo que na parte de nutrição

já encontramos a concorrência pronta, já encontramos a firma agindo na Fundação Hospitalar. Esta expansão, este aditivo ao contrato então existente, no valor de 25% do seu valor global, foi levado ao Conselho Deliberativo da entidade, com uma exposição de motivos, que o atendeu e o aprovou, homologou a nossa proposição. No tocante à limpeza, foi realizada uma concorrência, que anulamos, depois, em virtude, dos concorrentes terem faltado com alguma exigência do edital.

O SR. ITAMAR FRANCO — O Sr. Secretário de Saúde é Presidente do Conselho Deliberativo?

O SR. PAULO RIOS — Exato.

O SR. ITAMAR FRANCO — O Sr. Secretário de Saúde foi ouvido sobre os problemas dessas demissões?

O SR. PAULO RIOS — Não, não foi ouvido.

O SR. ITAMAR FRANCO — O problema foi levado ao Conselho Deliberativo da Fundação?

O SR. PAULO RIOS — Sim, no que toca à nutrição.

O SR. ITAMAR FRANCO — Apenas no caso da nutrição?

O SR. PAULO RIOS — Sim, porque no caso da limpeza a concorrência foi anulada. Então, se foi anulada não havia por quê.

O SR. ITAMAR FRANCO — No caso da nutrição sim?

O SR. PAULO RIOS — No caso da nutrição, sim. E, quanto ao nosso plano, de entregar essas atividades auxiliares a serviço de terceiros, o Conselho tinha conhecimento, conhecimento da intenção, o assunto não foi levado ao Conselho — digamos assim — com pormenores, com minúcias, apenas o Conselho tomou conhecimento, através do nosso plano de trabalho, que essas atividades nós desejávamos entregar a serviços de terceiros, sendo que a nutrição já estava entregue, nós apenas expandimos. E a vigilância, nós, realmente, entregamos a serviço de terceiros. E a limpeza, conforme já informei a V. Exª, a concorrência foi anulada.

O SR. ITAMAR FRANCO — Entre as competências do Conselho Deliberativo, não consta aquela de aprovar normas e prestação de serviços?

O SR. PAULO RIOS — Exatamente.

O SR. ITAMAR FRANCO — O Conselho Deliberativo ainda não é presidido pelo Secretário de Saúde.

O SR. PAULO RIOS — Pelo Secretário de Saúde.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, S. Sª tomou conhecimento, pelo menos no setor de nutrição.

O SR. PAULO RIOS — Sim, exatamente, tomou conhecimento, inclusive ele já encontrou esta situação no setor de nutrição. E na administração dele a primeira concorrência nesse sentido foi realizada em 1973, na gestão do Secretário Álvaro José de Pinho Simões, e uma segunda concorrência, que já expandia esses serviços, foi realizado na gestão do atual Secretário. Foi dessa concorrência que nos aproveitamos para levar o assunto ao Conselho, solicitando a expansão para os outros hospitais, que ainda não estavam atingidos pela medida.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Sª disse que os hospitais de Brazlândia e de Planaltina ainda não estão funcionando por falta de pessoal, e se eu não entendi diferente, V. Sª alegava que isso estava dependendo de uma aprovação do Conselho Deliberativo.

O SR. PAULO RIOS — Informei, a respeito dos hospitais de Planaltina e Brazlândia, o seguinte: que esses hospitais, que nós encontramos como hospitais já concluídos, nos levaram a investimentos na ordem de 2 milhões de cruzeiros, porque inclusive nem sequer possuem esgotos. Tivemos que investir nesses hospitais 2 milhões de cruzeiros e depois de prepará-los, fisicamente, nos vimos às

voltas com o novo quadro de pessoal da Fundação Hospitalar, aprovado pelo Governo, mais precisamente pela Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, da Secretaria de Administração, no dia 26 de janeiro deste ano, mas que, infelizmente, não pôde entrar em execução juntamente com todo o planejamento que havíamos elaborado — uma coisa estava na dependência da outra — em virtude da falta de recursos para essa área de pessoal. Então, só agora, a partir de 1º de junho, é que esse quadro vai entrar em vigor, e esperamos, conseqüentemente, dentro de 30, 40 ou 60 dias colocarmos esses hospitais em funcionamento, tendo em vista ser necessário que se proceda ao recrutamento de pessoal para poder preencher os quadros desses hospitais.

Para V. Exª ter uma idéia da nossa deficiência nessa área de recursos humanos, a Fundação Hospitalar, com essa tabela dimensionada, de acordo com suas necessidades, está a necessitar de mais 300 médicos, de mais cerca de 700 auxiliares de enfermagem. Isso para citar apenas pessoal da área médica. V. Exª não é capaz de avaliar o número de servidores que estamos perdendo, nesses últimos meses, em virtude de não podermos pagar salários que nos permitam competir no próprio mercado do Governo. Temos perdido esses servidores para órgãos do próprio Governo. Ainda no ano passado, só no Departamento Econômico-Financeiro perdemos, de vez, 16 técnicos de Contabilidade, que fizeram um concurso — se não me falha a memória — para o DASP e saíram da Fundação Hospitalar, onde percebiam — se não me falha a memória, também — Cr\$ 1.400,00 para ganhar Cr\$ 2.500,00. Quer dizer, era essa a nossa situação. Nós vínhamos assinando, por dia, nobre Senador, cerca de 10 rescisões de contrato, a pedido. Em todas as áreas, com exceção, evidentemente, do médico que, na Fundação Hospitalar, ainda, conseguia ter uma remuneração razoável.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quanto gasta o Governo do Distrito Federal no seu setor de Saúde?

O SR. PAULO RIOS — Para o corrente exercício cerca de 400 milhões de cruzeiros porque ele é um responsável direto, em virtude da empresa não ter condições, realmente, de se manter, é responsável, repito, por todo o pagamento do pessoal e dos encargos sociais advindos da rede hospitalar.

Então, com a aprovação dessa tabela, essa despesa vai atingir cerca de 400 milhões de cruzeiros, sendo 276 milhões para pagamento de salários e cerca de 90 a 100 milhões de cruzeiros de encargos sociais. Isso dará um total de 370 ou 375 milhões de cruzeiros para uma instituição, cujo orçamento está previsto, neste ano de 1976, em cerca de 600 milhões, porque temos uma receita própria auferida dos convênios que mantemos com a Previdência Social.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Sª se referiu a que, praticamente, 2/3 da receita são provenientes do Governo!

O SR. PAULO RIOS — Exatamente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Isso corresponderia, então, a mais de 17% do orçamento do Distrito Federal!

O SR. PAULO RIOS — Exatamente. O grande peso no orçamento do Distrito Federal é a Saúde e a Educação.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Sª se referiu, também, ao novo pronto-socorro, se assim podemos denominá-lo. Tive oportunidade, há alguns meses atrás, em companhia do nobre Senador, Lázaro Barboza, de visitar o Hospital Distrital, e lá se passou um caso que vou permitir ao Senador Lázaro Barboza relatar a V. Sª. Mas, com relação ao novo pronto-socorro perguntaria o seguinte: se o prédio já está pronto, caso contrário, quando ficará concluído. São as duas primeiras perguntas neste setor.

O SR. PAULO RIOS — Se já está pronto ou quando vai ficar pronto?

O SR. ITAMAR FRANCO — Ou quando fica pronto?

O SR. PAULO RIOS — Quando nós assumimos a Presidência da Fundação Hospitalar encontramos um plano...

O SR. ITAMAR FRANCO — V. S^a poderia me dar a data, por favor, de quando assumiu?

O SR. PAULO RIOS — Foi em março de 1975, há um ano e três meses.

Como dizia, encontramos um plano que previa esse pronto socorro como um hospital independente. Esse plano, depois de exaustivos estudos que mantivemos com nossa equipe, resolvemos alterá-lo, porque, inclusive, a nós parecia que isto feria as normas mais comezinhas em matéria de administração de Saúde. Entendemos que esse pronto-socorro nada mais é do que um serviço de emergência do 1º Hospital Distrital de Brasília. Ao invés de criarmos duas administrações optamos, apenas, por uma, única; optamos por Atividades de Apoio únicas, uma lavanderia, um Serviço de Nutrição, um Serviço de Limpeza, uma Direção, com economia, evidentemente, para a Administração. Inclusive — o Senador Cattete Pinheiro poderá confirmar ou não — há recomendação da Organização Mundial de Saúde no sentido de que se evite, tanto quanto possível, a multiplicação de órgãos dessa natureza, cada um com vida própria, quando o que se preconiza mais, atualmente, são os hospitais gerais.

O SR. ITAMAR FRANCO — Esse prédio já estava concluído há quanto tempo, por favor?

O SR. PAULO RIOS — Esse prédio estava concluído há cerca de um ano.

O SR. ITAMAR FRANCO — Antes de V. S^a assumir a Fundação?

O SR. PAULO RIOS — Não. Quando assumi ainda encontrei o prédio em obras finais. Tivemos que promover a aquisição de grande parte dos equipamentos — alguns inclusive sendo importados — porque o que encontramos em matéria de equipamentos foi apenas mobiliário, grande parte do mobiliário e de utensílios, eletrodomésticos, reformulamos o plano e estamos com o hospital aguardando mais alguns materiais da maior importância para ser inaugurado. O que não é fácil, em inauguração de um hospital, e isto fizemos ver ao Sr. Governador; é muito fácil construir, e se quiser vamos inaugurar, mas daí a funcionar bem a diferença é grande. De modo que não posso, assim, dizer a V. Ex^a, de pronto, quando esse prédio será, de fato, inaugurado, porque, inclusive, ainda estamos fazendo licitações para a aquisição de materiais e estamos aguardando material que está sendo importado, ainda com alguns processos pendentes na CACEX.

O SR. ITAMAR FRANCO — Antes de outras perguntas, evidentemente, quero deixar bem claro que eu tenho o maior respeito por sua pessoa, não lhe conheço, estou conhecendo-o agora. A pergunta, naturalmente, não lhe dirá muito respeito, mas V. S^a só fala em muito planejamento, velocidade, desburocratização. Pelo menos, em algumas reportagens, tive oportunidade de ver expressões de V. S^a e, evidentemente, na administração pública devemos concordar em que elas sejam dadas.

Então, eu perguntaria a V. S^a, como médico, conhecedor profundo dos problemas do Distrito Federal, não lhe pareceria que um prédio, praticamente pronto, quando V. S^a assumiu, com a demanda terrível que há aqui, confessado por V. S^a, não tenha faltado planejamento anterior e agora, também, uma aceleração para que esse prédio pudesse, realmente, servir ao Distrito Federal? Não acha V. S^a que há aí uma falha muito grande nesse setor?

O SR. PAULO RIOS — Acho, e isso é, realmente, um ponto que muito nos angustia; mas, terminei de me referir há pouco sobre problemas que já deviam estar solucionados há seis meses, e volto a referir o problema dos recursos humanos, que são de capital importância na área da saúde; além do mais, a despeito de todo

progresso tecnológico, o homem é imprescindível na área da saúde, com a tabela que possuímos que não nos permitia fazer funcionar bem os hospitais existentes, acreditamos nós que seria um lance — permita-me a expressão — de loucura inaugurar um hospital desse porte fadado a fracassar logo após a solenidade de inauguração. E não será também esse hospital que vai resolver o nosso problema.

No correr da minha palestra informei que se não dermos aos hospitais das cidades-satélites condições para receber sua demanda, para que o habitante dessa cidade-satélite possa ali — expressão minha — equacionar o seu problema de saúde, não será esse pronto-socorro que irá resolver, pois o congestionamento continuará o mesmo. Dentro de algum tempo ele será um pronto-socorro nos moldes daquele existente no 1º HDB.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. S^a tem toda razão. Mas, aí volto àquela sua expressão — coisas pequenas. Então, uma administração como a de V. S^a, preocupada em resolver o caso de 45 vigilantes, de 101 pessoas que servem à nutrição, não teria sido muito mais lógico que a sua inteligência, a sua capacidade de trabalho e a de sua equipe fossem ordenadas mais neste setor, por exemplo, do que se preocupar, dentro daquela filosofia do Senador Cattete Pinheiro, com vigilantes, com esses pobres funcionários, no momento?

O SR. PAULO RIOS — Estou de acordo com V. Ex^a, Sr. Senador. Mas, essas medidas não nos ocuparam, elas foram consequência de um plano de trabalho previamente elaborado. Elas surgiram, em primeiro lugar, porque realmente são muito mais fáceis do que se colocar em funcionamento o pronto-socorro.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. S^a tem inteira razão. É muito mais fácil demitir funcionários do que...

O SR. PAULO RIOS — Não! Isso foi uma consequência, como já disse, de um planejamento de trabalho, onde as medidas mais fáceis vão tomando o lugar das medidas mais difíceis, como a inauguração desse prédio. Gostaria que V. Ex^a, numa oportunidade que bem lhe aprouver, pudesse ter um contacto conosco, com a nossa equipe, para sentir mais de perto o que representa a inauguração de um hospital desse tipo.

Quero também esclarecer a V. Ex^a que um elenco de medidas, inclusive até o fluxo de funcionamento de pacientes nesse hospital, tudo isso, já está pré-determinado. Então, logo acabemos de colocar em execução a nossa tabela de pessoal, tão logo consigamos admitir esses médicos, essas auxiliares de enfermagem, enfermeiros e servidores de todas as categorias que, realmente, necessitamos e não pudíamos admitir porque não tínhamos tabela para isso, e tão logo acabemos de receber equipamentos importados e outros que ainda estão em licitação, V. Ex^a pode estar seguro de que o prédio será inaugurado, mas será inaugurado para funcionar em boas condições de funcionamento, porque caso contrário não vejo qual seria a vantagem de inaugurá-lo de outra forma.

O SR. ITAMAR FRANCO — É claro que temos uma certa sensibilidade, Dr. Paulo Rios, como V. S^a, quanto ao problema humano. Costumo dizer, e defendo uma tese até, às vezes, dentro da amizade que tenho com o Senador Cattete Pinheiro, ele me diz que estou errado. Eu, por exemplo, defendo a idéia de que não deveria caber ao Senado Federal...

O SR. CATTETE PINHEIRO — Permita-me, nobre Senador Itamar Franco. Esta reunião está demonstrando que o Senado tem todas as condições para ser a Casa Legislativa do Distrito Federal e cuidar dos seus problemas com a altitude com que estamos fazendo agora. Basta que para isso a Comissão do Distrito Federal exerça a sua função e convoque os homens responsáveis pela administração para virem aqui, como veio o Dr. Paulo Rios, para falar a verdade.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, nós iríamos desvirtuar o problema se fôssemos discutir o pensamento que tenho de que o povo do Distrito Federal possa ter os seus representantes e não nós outros, que viemos de outros Estados. Por maior sensibili-

dade, costume dizer, que tenhamos pelos problemas do Distrito Federal, dificilmente nós Senadores temos o tempo suficiente para acompanhar de perto, como estamos fazendo neste instante, com o problema de saúde, das coisas do Distrito Federal.

O SR. PAULO RIOS — Basta um dia por semana.

O SR. ITAMAR FRANCO — Ou bastaria, apenas, que voássemos menos para os nossos Estados.

Mas, Dr. Paulo Rios, perguntaria a V. S^a o seguinte: ninguém é contra — e deixei há pouco a prefeitura de uma cidade média do meu Estado — ninguém é contra que se queira dar uma velocidade à administração pública. Entendemos que administrar é prever, é organizar e, sobretudo, comandar. Mas, não se pode esquecer — e já foi lembrado aqui, e é o próprio Governo Federal que a todo instante lembra isso — do aspecto humano, sobretudo do aspecto do servidor. Eu já não discutiria nem o problema de ordem técnica, levantada aqui pelo Senador Cattete Pinheiro, com a sua experiência no setor de alimentação, é organizado por firmas particulares. Entretanto, gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta: se V. S^a pretende e quer, realmente, dar uma desburocratização ou um melhor rendimento à administração pública sob a sua guarda? E vou pedir, mais tarde, a V. S^a que me envie, por favor, os custos dessas firmas, pois gostaria de examiná-los com a maior profundidade, porque não sei se realmente esses custos que essas firmas estão apresentando à Fundação serão mais baixos que aqueles realizados por uma administração direta, consciente e firme. Gostaria de analisar os números, não os conheço, não posso compará-los, no momento. E complementaria minha pergunta com o seguinte: V. S^a quer contratar firmas e entender, dentro do seu conceito de administrador, que assim deva proceder. Nós não vamos discutir o sentimento de administração seu, meu ou de qualquer Senador

O SR. PAULO RIOS — Correto!

O SR. ITAMAR FRANCO — V. S^a é que está à frente da Fundação, foi escolhido, merece a confiança do Governo e aí está. Mas, por que, por exemplo, não apenas o remanejamento, a que V. S^a se referiu, de que cento e tantas pessoas do setor de nutrição, 39 espontaneamente tenham procurado a firma? E por que foram procurar? Porque se viram de uma hora para outra sem emprego, às vezes, numa faixa de idade maior do que a de V. S^a, maior do que a minha. Homens e mulheres que talvez não tenham, realmente, face à idade, face à desnutrição, face à vida difícil que está hoje de se conseguir emprego, por que, pergunto a V. S^a, não se permitiu mesmo a contratação dessas firmas. Mas se se mantinha esses funcionários, esses trabalhadores vinculados à Fundação Hospitalar e até colocados pela Fundação à disposição dessa firma, mas nunca quebrando esse vínculo de pessoas, talvez, idosas, que vão a essas firmas particulares, mas que, evidentemente, depois de um certo tempo, não hão de ver homens de 50 a 55 anos ou mulheres de 50 ou de 30 anos doentes, com o mesmo carinho que, às vezes, a administração pública deva ter. Não que a administração pública seja obrigada a manter aqueles homens independentes, mas ela deve ter sobretudo o sentido humano. Não é apenas o lucro da administração pública que interessa. E aí está o exemplo da própria Rede Ferroviária Federal S/A; que todos sabemos que o Governo não tem lucro com a Rede Ferroviária Federal, no transporte suburbano, por exemplo, no Rio de Janeiro, mas ele sabe que é um serviço de utilidade pública, ele sabe que não pode cobrar mais, porque o trabalhador que é quem usa o transporte suburbano não teria condições para pagar isso. Então, o Governo vê antes de tudo o quê? O sentido humano que precisa ter. Então, sinceramente, não entendi, continuo não entendendo que essa descaracterização — e digo mais uma vez, respeitosamente, da sua administração — tenha sido dado, dispensando servidores. E recebi algumas dessas pessoas. Lamento, realmente, essa falta, talvez, de sensibilidade do administrador para o problema humano, porque acho que seria muito fácil compatibilizar o seu desejo com a permanência desses poucos funcionários demitidos.

O SR. PAULO RIOS — Excelência, tenho a impressão de que a nossa tarefa, na administração de um órgão de saúde, é sobretudo

uma tarefa humana. Então, não seríamos nós que iríamos faltar, de princípio, com esse dever de humanidade, justamente com aqueles que prestam serviços e estão inseridos nesse mesmo ponto de vista, neste mesmo trabalho, nesta mesma luta.

Esses funcionários — eu mostrei através daqueles quadros que temos aqui e poderíamos passar às mãos de V. Ex^a — ...

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu gostaria de examiná-los mais detidamente.

O SR. PAULO RIOS — Esse pessoal não recebeu pura e simplesmente um aviso prévio. Esses avisos foram entregues com explicação. Vários funcionários desses foram aproveitados, de acordo com as suas aptidões. Isso está nos próprios quadros. Foi respeitado o pessoal licenciado; foram respeitadas determinadas situações de pessoas idosas, como V. Ex^a bem frisou. Mas, o que nós não podemos, diante das providências que foram tomadas neste sentido, inclusive com diretores de hospitais reunidos, para eles próprios entregarem os avisos, para explicarem o que estava se passando, o que nós não podemos é evitar a irritação de determinados servidores em não quererem passar para uma empresa privada em quererem agitar o problema, em quererem trazer o problema ao Senado da República, à Imprensa...

O SR. ITAMAR FRANCO — Não vamos dizer agitar o problema.

O SR. PAULO RIOS — Mas, posso informar a V. Ex^a que todos esses cuidados foram tomados no devido tempo, na devida oportunidade, todas as indenizações foram efetuadas, enfim, tudo aquilo que a lei nos permitia, no sentido de obrigar a fazer, foi realmente cumprido. Não foi uma medida tomada intempestivamente não. A medida, ela realmente foi tomada com todas as cautelas que uma medida administrativa desse tipo comporta.

O SR. ITAMAR FRANCO — Preocupa-me exatamente isso: que ela foi tomada não intempestivamente, mas poderia ter havido essa compatibilização. Se alguém é despedido, mesmo não tendo sido empurrado pela porta afora, ou mesmo delicadamente, o efeito é o mesmo.

Assim, Dr. Paulo Rios, continuo apresentando a minha discordância sobre o ato de V. S^a e no exame que vou proceder sobre os custos operacionais dessas firmas, junto à sua Fundação, o farei com bastante profundidade, os custos diretos e os dessas empresas, verificarei as concorrências, os seus termos, para realmente, se for o caso, voltar ao Presidente da minha Comissão para debater o assunto, já que os números me foram apresentados só agora. Peço desculpas, Sr. Presidente, por estar me alongando, mas realmente tenho mais algumas perguntas a fazer a V. S^a: qual o número de leitos por mil habitantes no Distrito Federal, aproximadamente?

O SR. PAULO RIOS — Parece que nós estamos com 3,6 leitos por mil habitantes no Distrito Federal. O ideal seria que pelo menos tivéssemos 5, num País como o Brasil, sobretudo no Distrito Federal, com a responsabilidade que nós temos de uma população de 800 mil habitantes — e nós como me referi no decorrer de minha palestra — a assistência a uma zona geoeconômica, cujos limites, hoje, já extrapolaram daquilo que inicialmente era previsto. De modo que, a taxa atual, se não me falha a memória, está em 3,6 leitos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu, como disse, não tenho uma ordenação lógica, às vezes faço uma pergunta e volto ao assunto, para fazer outra pergunta, como agora: V. S^a poderia rever, tentar uma compatibilização com o pessoal demitido, com as firmas? Isto é, manter o vínculo empregatício da Fundação com esses homens e mulheres demitidos ou é uma decisão já definitiva?

O SR. PAULO RIOS — A decisão é definitiva.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, já é definitiva. Certo. Agora, volto àquela pergunta inicial que fiz. Essa decisão foi comunicada ao Conselho Deliberativo ou não precisaria ter sido comunicada?

O SR. PAULO RIOS — Não, não precisaria. Essa decisão é da órbita da Administração, o Conselho Deliberativo teve apenas conhecimento que, de acordo com todo o planejamento que nós havíamos desenvolvido, realizado, o que pretevíamos era realmente alocar serviços de terceiros nessas três áreas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quer dizer que V. Sa. insiste em que bastaria apenas levar ao conhecimento do Conselho Deliberativo, ou deveria ele opinar?

O SR. PAULO RIOS — Não, não. Digo até que não tínhamos obrigação nem de fazer comunicação. Na área de pessoal, o Conselho Deliberativo, pelo novo Estatuto, decide apenas...

O SR. ITAMAR FRANCO — Um momento, V. Sa. fala em novo Estatuto, o novo Estatuto já está aprovado?

O SR. PAULO RIOS — Já, desde fevereiro do ano passado. Eu não sei qual é o Estatuto a que V. Sa. está-se referindo, e que tem em mãos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Este aqui. Já foi aprovado o novo?

O SR. PAULO RIOS — Já, é decreto do Governo — se não me engano — dia 24 de fevereiro do ano passado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Seria possível V. Sa. dizer quais as competências do Conselho Deliberativos?

O SR. PAULO RIOS — Posso: aprovar a proposta orçamentária, aprovar o plano de trabalho, aprovar o balanço e os balancetes — o Conselho Fiscal examina e encaminha ao Conselho Deliberativo — autorizar o Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar a firmar contratos e convênios, etc. (Risos)

O SR. ITAMAR FRANCO — Acho que — se o Sr. Presidente da Comissão me permite — tenho o direito de pedir algumas informações nesse setor, porque pode pairar sobre o meu espírito alguma dúvida quanto às atribuições do Conselho Deliberativo!

O SR. PAULO RIOS — Poderei encaminhar a V. Ex^a um Estatuto. Realmente não me lembrei de trazê-lo.

O SR. ITAMAR FRANCO — A tabela de emprego permanente, a tabela de emprego em comissão já foi aprovada?

O SR. PAULO RIOS — Está no Conselho Deliberativo sendo relatada e nós estamos aguardando...

O SR. ITAMAR FRANCO — Veja V. Sa. o porquê da minha pergunta, sobre o Conselho Deliberativo, pois talvez o Sr. Presidente não desconheça o que estou perguntando.

O SR. PAULO RIOS — Exatamente. Estas tabelas foram aprovadas pela Secretaria do Governo, porque, realmente todos os recursos orçamentários para este fim partem de lá, foram aprovadas pela Secretaria de Administração, através da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, e foram levadas ao Conselho Deliberativo na nossa última reunião, realizada na terça-feira, às 18 horas, e estamos esperando que o Conselho Deliberativo relate o trabalho apresentado na próxima reunião, que deverá ocorrer hoje ou, talvez, amanhã, em caráter extraordinário, mas já se encontram em poder do Conselho Deliberativo. Se V. Ex^a permitir vou ler uma Ata de uma Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo, de 5 de abril de 1976, pedindo as devidas explicações. Eu não sei se aplicou o 477 para os funcionários da Fundação. Isto eu não sei dizer. (Risos.)

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não seria o caso pois não são eles subversivos.

O SR. PAULO RIOS — Quer dizer que o 477 é aplicado só para os subversivos?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Exclusivamente.

O SR. PAULO RIOS — Então está bem. Mas, em 5 de abril de 1976, dizia o Conselheiro Mesquita Malta, Relator do Processo

nº 02206/76 da Fundação Hospitalar — Balancete Geral de dezembro de 1976. E peço sinceramente a atenção dos Srs. Senadores para o que eu vou ler, agora:

“Procede o Conselheiro à leitura de seu substancial relatório, chamando a atenção para o fato de ter a Fundação deixado de investir, no exercício de 1975, cerca de Cr\$ 41.862.199,98 sendo Cr\$ 23.072.895,20 em obras públicas, Cr\$ 11.121.105,45 em “equipamentos e instalações”. Esses Cr\$ 7.668.199,38 de material permanente, isto sem levar em conta a disponibilidade orçamentária referente aos saldos das dotações correntes, que poderiam ter sido utilizadas como fonte de financiamento para a suplementação dos recursos destinados a investimentos, e sem considerar, igualmente, a importância referente a Cr\$ 50.000.000,00 destinados à Fundação, oriundos da União, cedidos pelo Governo do Distrito Federal a outros órgãos. Acrescenta que se esses 50 milhões fossem adicionados ao Orçamento da Fundação esta poderia, através de alterações orçamentárias, aumentar o valor destinado a investimentos, podendo até ter chegado à casa dos 100 milhões de cruzeiros. “Assim, não entendia o referido Conselheiro o porquê de se estar contraindo empréstimos para investimentos, onerando a entidade com juros e correção monetária, quando possuía ela dotações expressivas próprias para tal fim.”

O SR. ITAMAR FRANCO — Isto, Dr. Paulo Rios, trouxe-me uma preocupação crescente, depois da fala de V. S^a, que pintou um quadro terrível da organização hospitalar do Distrito Federal. E mais ainda, agora, a fala desse Conselheiro.

O SR. PAULO RIOS — Ainda, reportando-me ao que eu tive oportunidade de dizer aqui na minha palestra, eu informei que em virtude das nossas dificuldades em recursos humanos, não tínhamos capacidade de executar o orçamento da Fundação Hospitalar. Acho que deixei isto aqui bem claro, e informei, inclusive pessoalmente a S. Ex^a o Sr. Governador, que se o nosso plano de trabalho não fosse aprovado dentro daquele prazo que nós, realmente, desejávamos, não adiantava alocar recursos, porque não tínhamos condições para gastar. Agora, dessa cifra de 45 milhões, a que V. Ex^a se referiu, devo esclarecer que 25 milhões dessa dotação foram colocados à disposição da Fundação Hospitalar, eu não me lembro bem se em fins de novembro ou princípio de dezembro.

O SR. ITAMAR FRANCO — Esses 25 milhões não seriam aqueles que o Presidente da República colocou para aquisição do Raio X?

O SR. PAULO RIOS — Do Raio X, não, para aquisição de equipamentos para o pronto-socorro.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a está muito bem informado, bastante bem informado. Quero apenas dizer, ainda, e sempre respeitosamente, que um homem da sua capacidade não me convence que não se pudesse alocar recursos numa área carente de recursos como essa. E vou ler, apenas, para determinar, o que respondeu V. S^a a esse Conselheiro e ao próprio Conselho Deliberativo, depois, sobretudo, dessas recomendações finais, quando ele dizia que não entendia se estar contraindo empréstimos — é onde vou solicitar, Sr. Presidente, uma análise profunda da Comissão do Distrito Federal — “aonde não se entend a estar contraindo empréstimos para investimentos, onerando a entidade com juros e correção monetária, quando possuía ela dotações expressivas próprias para tal fim.” E a resposta do Dr. Paulo Rios foi a seguinte: Esclarece, então, ao Conselheiro, Paulo da Cruz Rios, “não ter tido capacidade administrativa de aplicar no exercício findo os recursos totais do orçamento”.

O SR. PAULO RIOS — Foi o que terminei de confessar, aqui, a V. Ex^a com absoluta honestidade.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, vou agradecer ao Dr. Paulo Rios, pedindo desculpas pelas perguntas, mas creia V. S^a

que tenho procurado, tanto quanto possível, cuidar e analisar as coisas do Distrito Federal. E não o faço — talvez não precisasse esclarecer a V. S^a — com o espírito de elemento da Oposição, mas o faço com aquele sentido de entender que, conjugando os nossos esforços, independente da ARENA ou MDB, o que nós queremos é sempre o benefício do povo.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Senador Itamar Franco, antes de V. Ex^a terminar permitiria uma intervenção?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Estamos vendo, mais uma vez, que o Senado, podendo ser a Casa Legislativa do Distrito Federal, oferece aos que aqui vieram uma demonstração de que a Democracia brasileira funciona e funciona tão bem no Parlamento que a Oposição tem acesso, até, a documentos de instituições, como a Fundação Hospitalar, para que possa fazer valer o seu direito de fiscalização e de crítica. Entendo que o Dr. Paulo Rios revelou, realmente, consciência administrativa. Porque uma coisa é gastar, por gastar, superfluamente, e outra é aplicar bem os recursos do erário público. Realmente, há carência, e o Dr. Paulo Rios aqui mostrou, com clareza absoluta, como estava e como ainda está a Saúde Pública no Distrito Federal. Mas, quero, neste momento, que me permita V. Ex^a, ressaltar a necessidade de que, em matéria de saúde pública, tenhamos a consciência de aplicar bem e não agir da maneira revelada na construção do Hospital do Pronto-Socorro, para o qual não houve, ao menos, audiência da Fundação Hospitalar e da Secretaria de Saúde; onde se gastou dinheiro da maneira mais absurda, sob certos aspectos, criando os problemas que a Fundação enfrenta até hoje. Realmente não se pode pôr a funcionar uma unidade de saúde qualquer sem o essencial, que é o material humano. E acaba S. S^a de mostrar o elevado número de médicos e de auxiliares de enfermagem necessários para que a rede hospitalar do Distrito Federal possa funcionar apenas de maneira regular, porque não será realmente boa. Não disse ele quantas enfermeiras se precisa para esse funcionamento. Já nem se fala mais em enfermeiras, neste País, e ainda há poucos dias, no Plenário desta Casa eu clamava, como médico de saúde pública, no sentido de que evitássemos essa improvisação de pessoal de saúde, que está acontecendo no Distrito Federal e neste País. E aqui acaba de ser mais uma vez manifestada a preocupação crescente com a formação de material humano. De maneira que, Senador Itamar Franco, uma vez que comungamos de ideais muito semelhantes, muito embora estejamos em partidos diferentes — isto para que a democracia brasileira tenha certamente mais vitalidade — permita esta interferência, para fazermos justiça à capacidade de trabalho do Dr. Paulo Rios, quando ele, com idealismo — posso, também, afirmar — pôde com honestidade dizer o que afirmou ao Conselho da Fundação Hospitalar: "Não gastei, porque não tive capacidade administrativa para gastar." Isto só merece louvores.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a há de me permitir. Quando diz assim: "A Oposição tem acesso". Pelo amor de Deus, se a Oposição não puder ter acesso a um documento de uma ata ...

O SR. CATTETE PINHEIRO — Eu disse com satisfação, porque, Senador Itamar Franco, vou dizer com palavras absolutamente claras, eu sou um homem de oposição a tudo aquilo que contrarie os interesses do povo brasileiro e do País.

O SR. ITAMAR FRANCO — Meus parabéns! O MDB está aberto a V. Ex^a (Risos.)

O SR. CATTETE PINHEIRO — Não preciso, para isso, ir para o MDB. Assim posso agir dentro da ARENA, com a dignidade que todo o parlamentar deve ter na hora em que deva criticar. Isso é que considero oposição.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a honraria muito as hostes do Movimento Democrático Brasileiro. V. Ex^a e a ARENA, também.

Senador Cattete Pinheiro, em absoluto, não levantei nenhum problema e V. Ex^a me conhece bem, é problema de ordem administrativa. Eu me reporte, e gostaria mesmo de entrar em detalhes, não agora, por causa do tempo, é quando o Conselheiro não disse que gastou no Pronto-Socorro ou se gastou na compra de um imóvel, ele diz o seguinte: que ele, conselheiro, não sou eu que digo não, é o conselheiro quem disse.

O SR. CATTETE PINHEIRO — É preciso que se veja com que intenção esse conselheiro fez tal afirmativa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não sei quem é o conselheiro, não o conheço, estou lendo a ata. Ele disse o seguinte: que ele não entendia por que se estava contraindo empréstimos para investimentos — note bem V. Ex^a — contraindo empréstimos para investimentos, onerando a entidade — olha o deslocamento do eixo do problema — contraindo empréstimos para investimentos, onerando a entidade com juros e correção monetária, quando possuía ela dotações expressivas próprias para tal fins.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, Senador.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não pertencendo à Comissão...

O SR. ITAMAR FRANCO — Aliás, V. Ex^a é como eu, pois também não pertencem à Comissão.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não pertencendo à Comissão e eu ia dizer, eu como V. Ex^a, daqui a pouco nós vamos ter de perguntar ao Presidente onde estão os pertencentes, porque se nós somos a maioria de não pertencentes ...

O SR. PAULO GUERRA — Porque, lamentavelmente, o Senado é a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu não diria lamentavelmente, eu diria que é um privilégio. Ainda há dias o Senado foi à Câmara de Jundiá, agora do Distrito Federal, é um pouco mais alto até.

O SR. PAULO GUERRA — Nós estamos melhorando...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas, a minha pergunta, já que V. Ex^a está realmente bem informado sobre o assunto, e é evidente que não interceptou nenhuma correspondência sigilosa, apenas V. Ex^a faz, parece-me...

O SR. ITAMAR FRANCO — Senão o Deputado José Bonifácio vai querer...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sei que o Deputado José Bonifácio deve estar na sua preocupação permanente, porque ambos são de Minas Gerais e ele faz campanha em Barbacena e V. Ex^a em Juiz de Fora.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não, ao contrário.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aí fiz uma homenagem ao Senador Itamar Franco, porque S. Ex^a é majoritário.

O SR. ITAMAR FRANCO — O Deputado José Bonifácio foi paraninfo da minha turma de Engenharia, por incrível que pareça, quando tive oportunidade de ser o orador da turma. Quer dizer que estamos ligados desde aqueles tempos da democracia do Doutor José Bonifácio de então. Por incrível que pareça.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Fico mais feliz em saber que no currículo brilhante de V. Ex^a existe isso, de ter sido paraninfo pelo Deputado José Bonifácio; eu não tive essa honra.

O SR. ITAMAR FRANCO — Na época, Senador Jarbas Passarinho — apenas abrindo um parêntesis — o Deputado José Bonifácio teve uma atitude simpática para conosco, estudantes.

quando tivemos o nosso Diretório bloqueado, alguns estudantes transferidos, compulsoriamente, eu havia sido Presidente do DA, no ano anterior, e a atitude do Deputado José Bonifácio, junto ao Ministro Balbino, na época, foi a de um perfeito democrata e defensor dos estudantes, razão pela qual a minha turma de engenheiros o escolheu como paraninfo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aliás, todos nós da ARENA sabemos que as origens de V. Ex^a se aproximam muito das nossas.

Mas, gostaria de fazer uma pergunta objetiva a V. Ex^a, que estudou o problema e eu, evidentemente, não o estudei. A parte final da observação do Conselho é que me fez pedir este aparte, que V. Ex^a generosamente está concedendo. Não conhecendo o assunto entro nele, evidentemente, com grande desvantagem e, em grande parte — se me permite V. Ex^a — em homenagem ao seu esforço. V. Ex^a também se esforça por não citar o nome desse Conselho. Desde que cheguei tenho ouvido só o conselho, o conselho, mas não se diz quem é.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não é o Conselho Acácio, não.

O SR. PAULO RIOS — Vou citar, porque também não conheço. É o Conselho Urandir de Mesquita Motta. V. Ex^a quer que eu leia?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, acho que nessa parte já estou informado e teria apenas algumas observações a fazer. Uma que acho que o Dr. Paulo Rios respondeu com uma grande honestidade ao Conselho Urandir, e talvez sem a malícia que, aos poucos nós políticos vamos compreendendo, e que faz parte da vida pública, seja ou não em posto eletivo. Se S. S^a tivesse a malícia naturalmente não teria dito que era uma incapacidade administrativa, mas diria que era uma inviabilidade administrativa. Essa que está provada pelo argumento do nobre Senador Cattete Pinheiro, e o ex-Ministro da Saúde. Se S. S^a tivesse feito aplicações de meios pelo simples aplicar — como muitas vezes nós conhecemos e V. Ex^a foi prefeito numa grande cidade brasileira e sabe que, muitas vezes, aplicam-se os meios para que não caiam em exercício findo e são aplicações duvidosas — ele, no pouco que ouvi, desde que ele respondia a V. Ex^a, ele teria cometido um ato pior do que não aplicar; porque para aplicar sem ter recursos humanos capazes de fazer funcionar aquilo para o que se propõe a dotação é, no meu entender, muito pior do que deixar de aplicar, porque com isso a Nação não perdeu. A minha única dúvida se reporta, exatamente, ao final dessa palavra do Conselho — que até aqui, para mim, estava incógnito — ele disse: "havendo para o mesmo fim". A minha pergunta a V. Ex^a é a seguinte: deixou o Dr. Paulo Rios de aplicar, o dinheiro que tinha, na dotação específica para um orçamento-programa — como trabalhamos hoje — e foi buscar lá fora dinheiro emprestado e mais caro para o mesmo fim? Gostaria que V. Ex^a perguntasse ao Dr. Paulo Rios se é este o caso? Porque somente neste caso encontraria uma explicação para a atitude do Conselho Urandir de Mesquita Motta.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a chegou um pouco atrasado, e não fazendo parte da Comissão, evidentemente, não teria a obrigação de estar aqui; mas vamos dar o esclarecimento a V. Ex^a.

O Dr. Paulo Rios pintou, aqui, um quadro muito sério no setor de saúde pública do Distrito Federal, um quadro sério, por exemplo, no setor de alimentação, no contrato de uma firma, e houve aí uma expressão do Senador Cattete Pinheiro de certa amargura. E no geral, para mim, que não sou médico, que estou no Distrito Federal há um ano e pouco, é um quadro muito triste, já que pude observar que a rede hospitalar do Distrito Federal não comporta a demanda assistencial que ela está a exigir.

Então, quando levantei a questão o fiz nos dois aspectos: primeiro: se há um pronto-socorro mal ou bem construído e aí está sem funcionar, em que S. S^a alegava falta de equipamento — V. Ex^a

talvez brincou porque, às vezes, recebe-se assessoria, então, vou permitir que a assessoria do Senador Cattete...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, V. Ex^a não precisa estar dando esses correcimentos, porque morando há mais tempo do que V. Ex^a em Brasília, e não sendo um frequentador assíduo do pronto-socorro porque, graças a Deus, não me acidento muito, eu perguntava a ele qual era esse hospital, esse pronto-socorro, e ele me dizia que era exatamente o anexo do hospital.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, Senador Jarbas Passarinho, duas coisas perturbaram-me: primeiro se esse hospital está pronto se essa demanda é muito forte, e nós sentimos que é forte, não é culpa do Dr. Paulo Rios, nem do Governador, mas ela existe, está aí presente. E se há recursos — pergunto eu, em função desse relatório — já havia verba, se essa velocidade de planejamento, essa velocidade conjuntural que a própria administração pública hoje exige, se esses recursos não poderiam ter sido aplicados dentro de um planejamento, ou é para que esses recursos sejam aplicados de qualquer jeito? Mas, fiz a seguinte pergunta a ele: o Dr. Paulo Rios já havia assumido em março de 1975, e esse hospital já estava praticamente pronto, quando ele assumiu. Então, havia recursos, porque as dotações foram devolvidas, e o que mais estranhei foi a preocupação de V. Ex^a, e eu também não sei responder, porque não consta aqui do relatório e não há maiores explicações, nem o Conselho Deliberativo pediu. Foi exatamente isso: que se devolvia essa verba, que somada dava quase 100 milhões de cruzeiros, e se está — eu não sei se está ou não foi feita — contraindo empréstimo...

O SR. PAULO GUERRA — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com prazer. Só queria complementar...

O SR. PAULO GUERRA — É apenas para esclarecer a pergunta do eminente Senador Jarbas Passarinho. Parece que essas verbas tinham destinação específica, e tendo destinação específica o Presidente da Fundação não poderia aplicá-las em outros serviços, do contrário ele seria chamado de irresponsável, no caso. Tenho a impressão de que o problema está aí. E V. Ex^a, com a boa fé com que está apreciando o fato, deve esclarecer se essas verbas recolhidas e poupadas tinham destinação específica, ou se poderiam ser aplicadas em qualquer serviço da Fundação.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou esclarecer a V. Ex^a, evidentemente, porque poderia parecer que, de minha parte, ...

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Vou conceder mais dez minutos a V. Ex^a para que conclua, porque ainda há outros Srs. Senadores inscritos.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a viu que já ia concluir quando fui interpelado pelos nobres colegas. É só para dizer a V. Ex^a o seguinte: V. Ex^a faz pergunta; se as verbas eram específicas? Eu tive o cuidado de ler o seguinte: se ele está importando equipamento, ele devolveu 11 milhões, então era específica para equipamento.

(Apartes paralelos fora do microfone.)

O SR. ITAMAR FRANCO — Fiz questão de esclarecer quais foram as verbas envolvidas nos Setores de equipamento, de pessoal, de Obras Públicas, etc. Então ele está importante equipamento, e devolve verba, pagando juros, é o problema que o Conselho perguntou e ninguém respondeu no Conselho Deliberativo, e eu tive o cuidado de dizer que ia ler e pedir explicações.

O SR. PAULO RIOS — Quero informar a V. Ex^a o seguinte: falei aqui que, desse montante, nós havíamos recebido 25 milhões de cruzeiros, em fins de novembro ou princípios de dezembro. Agora estou aqui com a data exata, foi no dia 29 de dezembro do ano passado, ou seja, de 1975.

Quero também informar a V. Ex^a que encontramos alocados no Orçamento, em 1975, recursos que já vinham desde 1973, os quais,

inclusive, o Tribunal de Contas nos inquiriu, perguntando para saber porque, até o momento, aqueles recursos não tinham sido gastos, porque *vinham no Orçamento desde 1973. E cito a V. Ex^a, por exemplo, que cerca de 2 milhões de cruzeiros que estavam alocados para a construção de uma Unidade de Saúde, no Guará II, Unidade que ainda deverá ser inaugurada no segundo semestre deste ano.*

Vários recursos foram de fato gastos. Encontramos uma Divisão de Obras, a quem cabe planejar todo o nosso Programa de Obras, sem um desenhista, Sr. Senador, e com apenas um arquiteto e um engenheiro. Hoje essa Divisão de Obras conta com 2 arquitetos, 4 engenheiros civis, 5 desenhistas, fora o pessoal de escritório que lá alocamos.

Por outro lado, V. Ex^a há de compreender que a aquisição de material, no serviço público, não é um processo tão rápido. E no caso de equipamento médico-hospitalar, uma gama muito grande desse equipamento ainda é importada. Fomos, inclusive, surpreendidos com a deliberação do Governo, que exigia um depósito prévio para que se conseguisse fazer a importação desse material. E, nesta oportunidade, declaro a V. Ex^a de que, no momento, a Fundação Hospitalar deve ter depositado na CACEX cerca de 5 milhões de cruzeiros, como depósito, para recebê-los daqui a um ano, sem juros ou correção monetária.

Toda essa verba que o Conselheiro Urandir da Mesquita Motta — que por sinal é quem analisa, é quem recebe para relatar os nossos processo da área econômico-financeira — fez essas referências, ele talvez não tenha dito que todo esse saldo orçamentário estava reprogramado. Todavia, parte dessa reprogramação foi anulada, porque o Governo do Distrito Federal se viu na contingência de solicitar recursos à Fundação Hospitalar para cobrir determinados **deficits** em outras áreas do Governo, mais carentes, naquela oportunidade, do que a própria Fundação. Então nós tivemos, Sr. Senador, empenhos anulados.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas V. S^a não esclareceu, na reunião, esses aspectos ao Conselheiro.

O SR. PAULO RIOS — Não sei. Numa reunião, assim, tem...

O SR. ITAMAR FRANCO — Para concluir, eu só perguntaria a V. S^a...

O SR. PAULO RIOS — Realmente, o que me ocorreu na ocasião da reunião — e veja V. Ex^a a honestidade da minha declaração — é isto que eu já havia dito aqui. Está compreendendo?

O SR. ITAMAR FRANCO — Não tenho dúvida quanto a isso.

O SR. PAULO RIOS — Quer dizer, o que eu disse numa reunião ocorrida em dezembro ou janeiro eu repeti hoje, aqui, a mesma coisa: não tínhamos, não estávamos articulados, isto é, não tínhamos organização para, realmente, empregar os recursos da forma como eles deveriam ser empregados.

Mas, para V. Ex^a ter uma idéia, nesse período de 1 ano e 3 meses, nós aprontamos dois hospitais para inaugurar, o de Planaltina e o de Brazlândia que, conforme eu disse, eram dados como hospitais prontos mas não tinham nem esgotos, elaboramos um projeto que está pronto para ser licitado — estamos alocando recursos para isso — para construirmos o parque de armazenamento, transportes e manutenção, da Fundação Hospitalar, e citei, inclusive, ao Senador Cattete Pinheiro, que é aquele mesmo serviço que S. Ex^a viu ser inaugurado em 1965, que permanece o mesmo. Equipamos a Fundação — só nessa parte de manutenção — com cerca de 3 milhões de cruzeiros de equipamentos dos mais modernos, para que o pessoal tivesse melhor condição de trabalho, estamos duplicando o Posto de Saúde da Ceilândia, bem como elaborando um projeto de reforma e ampliação do Hospital do Gama, aos cuidados do Professor Jarbas Carman, que é uma figura internacional, da equipe de São Paulo, e cujo projeto implica praticamente, na construção de um novo hospital — o Senador Cattete Pinheiro conhece bem, o Hospital do Gama — e estamos com obras, no 1º Hospital Distrital, num montante atual de 10 milhões de cruzeiros, com reforma de rede elétrica, de

rede hidráulica, de rede de vapor, de rede de esgoto. Agora, mesmo, acabamos de automatizar o laboratório do 1º HDB e tivemos o desprazer de paralisar toda aquela maquinaria altamente sofisticada e custosa — conforme eu disse, aqui, que talvez tenha sido o maior contrato que se tenha feito com empresas estrangeiras para automação de laboratórios — tivemos que suspender, porque quando observamos o paviflex do piso estava soltando porque não havia mais esgoto em baixo, o esgoto tinha se acabado. Então, estava se infiltrando pela laje. Quer dizer, essa é a situação do hospital.

Estamos importando material no valor de cerca de 10 milhões de cruzeiros, porque só cerca de 5 milhões estão empenhados na CACEX. Já recebemos parte desse material e outra parte estamos recebendo, ampliamos o Posto de Saúde do Guará I, estamos com todo o projeto do Posto de Saúde da W-3 pronto para ser executado, e não entramos nas obras do Hospital da Asa Norte porque, justamente, são obras que dependem desse empréstimo, esse empréstimo veio como reforço dessas dotações para que pudéssemos concluir o nosso plano de obras.

Esse empréstimo de 200 milhões de cruzeiros do qual a Fundação Hospitalar tem à sua disposição, até o momento, 70 milhões, e que não lançou mão, nem estamos pagando juros e correção monetária, porque ainda não lançamos mão do empréstimo, e não lançamos — repito — porque ainda não tínhamos capacidade de fazê-lo, estamos esperando que os projetos do Gama sejam concluídos, e que deverão orçar, justamente, nesta quantia de 70 milhões de cruzeiros, para então, podermos, realmente, gastar os recursos que foram alocados.

E mais, Sr. Senador, nem sequer nos foi possível preencher o quadro de pessoal existente — não este novo que está no Conselho, o existente — porque os nossos salários não nos permitiam. Até os nossos cargos de chefia estavam-se vagando por falta de condição para manter esses servidores, em virtude dos baixos salários existentes, cargos de chefia. Tive oportunidade de dizer, qui, que estávamos assinando, diariamente, cerca de 10 rescisões de contratos, a pedido, porque não era mais possível ao pessoal que nos servia suportar os baixos salários que nós oferecíamos.

Estou aqui com o meu Diretor do Departamento Econômico-Financeiro, a quem fiz um sinal para que viesse aqui, para me trazer uns dados referentes à reprogramação de toda essa verba, sendo que dessa reprogramação alguns empenhos que foram anulados para cobrir determinados **deficits** de outras áreas do Governo, e se nós pertencemos ao Governo temos que atendê-lo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, para responder ao Senador Paulo Guerra, realmente foram contraídos empréstimos para investimentos. Certo?

O SR. PAULO RIOS — Exatamente, 70 milhões de cruzeiros. Mas, não estamos pagando nem juros nem correção monetária, estamos aguardando o momento oportuno para solicitar à Caixa Econômica, que foi quem fez o empréstimo através do FAIS, para solicitarmos essa quantia. Isto deverá ocorrer até o mês de agosto, quando já deveremos ter licitado todo esse projeto que está sendo desenvolvido, para a ampliação e reformulação total do Hospital do Gama.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, a fala do Sr. Conselheiro, aqui, realmente é verdadeira.

Mas, Sr. Presidente, vou encerrar, pedindo desculpas, mais uma vez. E, face à explanação do Dr. Paulo Rios, face a mais um documento que tenho aqui, em mãos, do Governador do Distrito Federal, que fez uma Conferência em 8-6-76, para os estagiários da Escola Superior de Guerra, solicito a V. Ex^a, e numa expressão, Sr. Presidente, só para encerrar, pois é o próprio Governador que começa, dizendo o seguinte:

“No campo da Saúde, os problemas decorrem, principalmente, da capacidade da rede hospitalar de atender aos crescentes aumentos da demanda aos serviços assistenciais.”

Peço pois a V. Ex^a verificar da possibilidade de se constituir um estudo, através da própria Comissão do Distrito Federal, com o

objetivo de pesquisarmos e analisarmos, com profundidade, aquilo que se passa, realmente, no Setor de Saúde Pública do nosso Distrito Federal — com o único objetivo de verificar qual a contribuição que nós, Senadores, possamos dar ao Distrito Federal nesse campo. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Com a palavra o nobre Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, inicialmente quero, aqui, dar uma explicação, fora do tema em debate. Quando o nobre Senador Jarbas Passarinho, com a sua verve, chegava aqui, em plenário, e arguiu ao Senador Itamar Franco se o documento que lhe mostrava era o 477, nós fizemos, aqui, uma brincadeira, dizendo que não, que não se tratava da "Lei Jarbas Passarinho". E S. Ex^a assustou-se e disse: Mas já se chama "Lei Jarbas Passarinho"?! Quero aqui dizer a S. Ex^a que é óbvio que não passaria pela minha mente o intuito de, nem de leve, ferir S. Ex^a ou lhe atribuir a autoria daquela lei. Mas, o nome do eminente Senador paraense está sempre ligado ao 477, porque S. Ex^a sempre debate o problema, pelo País inteiro, e a sua atuação, à frente ao Ministério de Educação e Cultura, foi marcada por episódios interessantes com relação a esse diploma legal. Eu próprio já tive ocasião de, no Senado, depor em favor de S. Ex^a, do seu equilíbrio e do seu senso de honradez, quando teve oportunidade de dirimir um grave problema na Universidade Federal do meu Estado, e que S. Ex^a, o Senador Jarbas Passarinho, então Ministro de Estado da Pasta de Educação, não permitiu que fosse aplicado o famoso Decreto 477, absurdamente, a um grupo de alunos, que deveria colar grau naquele ano. E, só colaram grau, graças à interferência do então Ministro e hoje honrado Senador do Pará, Jarbas Passarinho, de quem nos orgulhamos de ser par.

O SR. PAULO GUERRA — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA — Com todo o prazer.

O SR. PAULO GUERRA — Quando V. Ex^a admite que defendeu o Senador Jarbas Passarinho ele era réu.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Não. S. Ex^a não era réu. S. Ex^a estava na tribuna travando conosco acirrados debates acerca do Decreto 477 e outros instrumentos excepcionais, presentes na vida jurídica brasileira; o eminente Senador pediu o meu testemunho a respeito da sua atuação em Goiás e eu o fiz, embora eu seja radicalmente contrário ao Decreto 477. Depus em favor do ex-Ministro, do Senador que, realmente, no caso invocado...

O SR. PAULO GUERRA — V. Ex^a não depôs, deu um testemunho.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Dei o testemunho, o que é depor.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Permite V. Ex^a uma ligeira observação?

O SR. LÁZARO BARBOZA — Pois não.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Estou certo, também, de que o subconsciente de V. Ex^a fez com que lembrado fosse o nome do Ministro Jarbas Passarinho, com relação ao Decreto 477, exatamente porque ele o aplicou tão raras vezes.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^a me permitirá, já que fui o autor citado, que tenha uma oportunidade de dizer algo?

O SR. LÁZARO BARBOZA — Pois não. Só espero encerrar logo com esse problema do 477, porque quero entrar, evidentemente, no seio das discussões que é objeto da nossa reunião.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas é difícil encerrar logo. O próprio 477, que é considerado um instrumento de exceção, como V. Ex^a disse, garante o direito de defesa àqueles que são acusados, ao contrário de outros instrumentos, contra os quais V. Ex^a também se bate. No meu caso, não estou nem pedindo o direito de defesa, eu compreendi que V. Ex^a estava brincando.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Claro. E esta declaração aqui eu presto não porque V. Ex^a pudesse interpretar erroneamente, mas porque estamos diante de várias pessoas que poderiam, naturalmente, fazer um juízo apressado a respeito do assunto.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E nem de longe, para que também não se pense que V. Ex^a é apenas um Senador brincalhão. Não se trata disso.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Exato.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Realmente, V. Ex^a tem liberdade comigo, com seu colega que lhe aprecia muito, e pretendendo, naquela ocasião, corresponder ao tom jocoso com que normalmente, eu me dirijo ao nobre Senador Itamar Franco, que sabe, também, que merece o ríspido afeto, V. Ex^a me espantou, porque foi a primeira vez em que ouvi falar que isso era "Lei Passarinho". (Risos.) Mas como se tem usado o meu nome Passarinho à vontade, para uma porção de casos que, de fato, não têm razão de ser, eu queria dizer a V. Ex^a que isso não me preocupa. Realmente o Decreto 477, hoje, é um dos meus objetos prediletos para **show** de televisão, **show** de rádio e, se for o caso, até de debates. Ainda há dias, veja V. Ex^a...

O SR. LÁZARO BARBOZA — **Show** de televisão até o dia 29.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, televisão a qualquer momento, e o Partido de V. Ex^a tem acesso a isso, só não tem quando não aceita o debate. Eu, por exemplo, fui convidado e já aceitei publicamente para debater, na televisão paulista, com o nobre Senador Marcos Freire. Não sei se S. Ex^a já aceitou. Veja, então, V. Ex^a que a televisão está aberta para as discussões programáticas, para as pessoas que queiram, em nome do Partido de V. Ex^a e do meu debater problemas, até mesmo do custo de vida, em que V. Ex^as se especializam tanto, nós estamos prontos para debater. O que talvez seja prejudicado, no futuro, é um pouco do maneirismo pessoal. Se V. Ex^a me permite, por exemplo, eu sei que um caso, revelado pelo Governador do Rio Grande do Sul, de que entrou um jovem economista que pretendeu, ingenuamente, ser político, e foi fazer um programa de televisão todo ele com alto respeito pelos telespectadores, mostrando os problemas econômicos brasileiros, quais seriam as perspectivas que teríamos que tomar este ou aquele modelo, e o fez com a maior honestidade, com essa mesma honestidade com que o Dr. Paulo Rios, falou, equivocadamente, em incapacidade administrativa, que não era incapacidade dele, era geral, portanto eu preferiria chamar de inviabilidade. Quando acabou de falar no programa de televisão, este a todos aberto, entrou um colega nosso que hoje está no Congresso e que é do partido de V. Ex^a, e disse apenas o seguinte: nós acabamos de ouvir um candidato que falou sobre Economia. Trata-se de um homem muito inteligente e que falou de maneira muito brilhante, muitos números. Mas o problema é que as donas-de-casa sabem quanto custa o quilo do feijão, etc. E começou a demolir todo um raciocínio científico e honesto, colocado diante do telespectador e disse: Eu não entendo nada de economia, só vou contar uma história do meu compadre. Meu compadre mora em Pelotas e vive de salário mínimo. Então, um determinado dia, que era 12 de um mês, ele conseguiu pescar 4 peixinhos e os trouxe para casa e disse à mulher: Hoje nós vamos tirar a barriga da miséria; você prepara esses peixinhos fritos no azeite. Ela respondeu: Não posso. — Por que não pode? Porque o azeite acabou desde o dia 8, pois a quantidade de azeite que posso comprar com o salário mínimo não dá para os 30 dias do mês. Ele não se deu por achado e disse: — Então não frite no azeite, faça-o em água e sal. Ela disse: — Também não posso porque você não teve mais dinheiro para pagar o gás. Ele ficou batido por essas impossibilidades, pegou os 5 peixinhos e jogou-os num tanque. Nessa hora, um dos peixinhos saltou e gritou: Viva a Revolução de Março de 1964. Veja V. Ex^a que com um tipo de propaganda dessas, quanto nos falta — e V. Ex^a, Senador Itamar Franco, como também o nobre Senador por Goiás, que querem um País politizado, veja quanto nos falta para chegar lá.

Então, eu estava falando em *show* de televisão precisamente por isto, porque tantas vezes se fala no 477 que eu ando com ele no bolso. Desse modo, a qualquer momento que apareça o assunto eu puxo o 477 e começo a ler. Então, o meu colega por Goiás me permitirá apenas este minuto. Também vou ficar, como disse ele, contrário violentamente ao 477 — aliás ele era estudante no meu tempo de Ministro e nunca foi aplicado o 477 nele.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Mas foi ameaçado, Ex^a, recebi ameaças.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Alguns guardas de esquina já me têm ameaçado e eu não pedi a dissolução da Guarda Civil, enfrentei o guarda. (Risos.) Ai é que está a diferença. Aqui está o decreto, permita V. Ex^a

O SR. LÁZARO BARBOZA — V. Ex^a tem o tempo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Então eu disse: vamos fazer o Decreto 744, que é um anti 477 e começo a ler assim: "O Senhor Presidente da República, usando das suas atribuições conferidas pelo § 1º do art. 2º do Ato Adicional nº 5..." V. Ex^a verifica que é filho do Ato Institucional nº 5. "... de 13 de dezembro de 1968, decreta..."

Então, eu disse onde comete ou não comete a infração. Portanto, onde está proibido passa a ser autorizado. Vamos ler o Decreto para atender, também, ao nobre Senador Lázaro Barboza, que é contra. Vamos fazer um a favor. O decreto ficaria a favor da seguinte maneira, Senador Lázaro Barboza:

"Ficam autorizados, professores, alunos, funcionários e empregados do estabelecimento do ensino público ou particular a: atentar contra pessoas ou bens em prédios ou instalação de qualquer natureza, dentro dos estabelecimentos de ensino como fora dele; praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos; conduzir ou realizar ou confeccionar ou imprimir ou ter em depósito para distribuir material subversivo; seqüestrar ou manter em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, reitor, funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, agente da autoridade ou aluno. Enfim, usar a dependência escolar para fins de subversão ou para a prática de libidinagem."

Parece que V. Ex^a está a favor de tudo isso. Já que estamos contra o 477, estamos a favor de tudo isso. Esse é o 477, eu lhe peço que não mudemos a destinação dos fatos. Mas quero, no momento em que V. Ex^a vai entrar nesse problema e, possivelmente, não poderei me honrar ficando aqui até o final, dizer que quando o Ministro da Previdência, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, quem era então o Presidente da Fundação Hospitalar também me procurou, e já os problemas eram graves àquela época, já a Fundação solicitava, por exemplo, que o IPASE, sobretudo, fizesse um determinado tipo de pagamentos à Fundação, quando os funcionários públicos fossem pela Fundação atendidos. Porque é o que se faz, como em Goiás, Pará, Estados que representamos, é o hospital público, ele atende a toda pessoa que chega, presta o serviço, porque é considerado um direito de um pagador de imposto comum. Mas, ocorre que, hoje, muitas dessas pessoas que procuram o hospital público ela são seguradas no seguro dos pobres, que é a Previdência Social, ou INPS, ou no FUNRURAL ou no IPASE. Talvez, aí já esteja o embrião das dificuldades da Fundação Hospitalar e do sistema todo de saúde do Distrito Federal, porque crescendo esta cidade muito mais do que os seus planejadores imaginaram — e V. Ex^a sabe disso — sabe que a população de hoje seria compatível, segundo os planos, para depois do ano 2000 e crescendo essa população em grande parte com pessoas que vêm do meu Norte, do Nordeste, de Goiás de V. Ex^a, do Brasil inteiro mas, de modo geral, também, de baixa renda, é evidente que essas pessoas vão ingurgitar o sistema hospitalar, aumentando desmesuradamente a demanda em função de uma necessidade de atendimento. Então, é um problema bem mais grave do que, talvez, se possa supor, com a impressão de que ele pode ser solucionado, apenas, pela maior ou

menor habilidade de um diretor da Fundação Hospitalar. Eu que conheço o Sr. Paulo Rios, exatamente, que é um dos homens mais qualificados para o exercício da sua profissão e para o exercício da administração na área em que ele atua. Mas estará ao nível dele a condição da solução?

O SR. LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, eu vou agora entrar objetivamente no assunto, mesmo porque não creio que o eminente Senador Jarbas Passarinho, ao ler o Decreto nº 477 às avessas...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu li o 744.

O SR. LÁZARO BARBOZA — ... o 744, pretendesse com isso deixar a entender, pelo menos, que o Senador de Goiás, em algum dia de sua vida, tivesse se colocado ao lado da subversão, ao lado daqueles que ao invés de estudar pretendem fazer baderna, etc.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Permita-me apenas um aparte, que dou com a máxima seriedade.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Pois não.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E V. Ex^a terá, agora, em contrapartida, o meu depoimento, se me permite o nobre Senador Paulo Guerra. Eu deporia, em qualquer momento, a respeito de V. Ex^a, jamais o confundiria com minorias ressentidas; acho que V. Ex^a é minoria e a Oposição ainda é minoria, e espero que esse "ainda" dure muito tempo. Mas V. Ex^a, evidentemente, jamais se confundiu com minoria ressentida.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Muito obrigado. Sei que V. Ex^a faz justiça ao seu colega.

Mas, Sr. Presidente, o Dr. Paulo Rios me impressionou sobretudo por uma qualidade, rara nos homens públicos de hoje; a dizer a verdade, com todas as tintas que estejam no quadro. Eu sabia, Sr. Presidente, e todos nós aqui sabíamos, que a situação da saúde do Distrito Federal não era boa. No ano passado, em companhia dos Senadores Itamar Franco e Agenor Maria, tive oportunidade de ir ao 1º Hospital Distrital fazer uma visita. Lá chegando, encontramos um cidadão que gritava em cima de uma maca, semidespido, com uma bala na barriga, e os circunstantes ali estavam revoltados pois se disse que aquele cidadão lá estava há 5 horas à espera de uma radiografia. Nós procuramos saber por que essa radiografia não era tirada, praticamente invadimos a sala de radiografia, e lá encontramos o cidadão encarregado de tirá-la brincando com uma senhorita. Ele ainda nos recriminou porque nós entráramos na sala sem bater na porta. Dissemos, então, que éramos Senadores e que estávamos apavorados com o quadro que víamos. E o cidadão foi atendido.

Mas, Dr. Paulo Rios, V. S^a, aqui, foi de uma clareza meridiana; não escondeu os fatos, não escondeu as dificuldades. V. S^a chegou até a nos deixar convencidos de que, em matéria de saúde pública o rei está nu, aqui em Brasília. E acho que o primeiro passo para se dar solução a problemas graves é reconhecer que eles são graves. Daí porque devo dizer, com toda a tranquilidade de consciência, que o seu depoimento aqui me impressionou. E não vou bombardear-lhe com muitas perguntas. Aliás, poderia até não fazer nenhuma, pois os problemas são tantos e V. S^a procura equacioná-los na medida do possível, que entendo até não ser correto formular aqui uma quantidade infinta de perguntas, tomando o tempo de V. S^a e de outros Srs. Senadores que aqui se encontram.

Mas, Dr. Paulo Rios, eu entraria apenas numa filigrana: é sabido que um dos problemas mais sérios dos hospitais, nos dias de hoje — e não me refiro a Brasília, ao Brasil inteiro, ao mundo inteiro, e no ano passado eu tive oportunidade de ler em Nova Iorque quando lá estive, integrando a Delegação Brasileira na ONU, que esse problema, também, existe nos Estados Unidos — é que os hospitais constituem quase sempre fonte permanente de contágios, que o problema de limpeza e de assepsia, nos hospitais, sempre deixam muito a desejar. E aqui em Brasília, Dr. Paulo Rios, as reclamações neste setor são constantes. Eu perguntaria apenas a V. S^a, o que se tem feito no sentido de melhorar o nível de assepsia dos hospitais da Rede Hospitalar do Distrito Federal.

O SR. PAULO RIOS — Em primeiro lugar, elaboramos um plano de treinamento de todo o nosso pessoal que serve essa área. De março do ano passado até o presente já devemos ter realizado cerca de 20 cursos, abrangendo justamente essas categorias funcionais inferiores. Foi recomendação expressa da nossa administração que se começasse a aprimorar justamente a nossa mão-de-obra não qualificada, procurando conscientizá-la do tipo de trabalho que ela deveria realizar. A nossa previsão de serventes — especificando bem o caso de limpeza na rede hospitalar — é de 1.200; contamos apenas com 678, desses 678, Senador, cerca de 30% deve acumular empregos nessas empresas prestadoras de serviços desse tipo.

V. Ex.^a não imagina o que é a disputa de horário dos serventes nos hospitais, uns preferindo trabalhar de dia, outros preferindo trabalhar à noite, em virtude justamente dessa acumulação a que me referi. Dos 1.200 que deveríamos ter possuímos apenas 678. E por que possuímos apenas 678? Porque a despeito desse pessoal ser admitido apenas pela apresentação dos documentos que normalmente se exige, e de uma seleção, que é quase uma entrevista para saber se o indivíduo lê alguma coisa, escreve, assina o nome, enfim, se não é analfabeto, até porque a lei é muito rigorosa com a admissão de analfabeto no serviço público, não conseguimos completar esse quadro. O número de rescisões é imenso. É uma mão-de-obra que entra na Fundação Hospitalar e que, amanhã, por alguns cruzeiros a mais, ela se transfere imediatamente para outra empresa, pedindo rescisão de contrato, com dispensa de aviso prévio, e sempre concedemos porque não adianta tentar manter o elemento na empresa.

Com isso se cria, realmente, uma grande dificuldade, mas, felizmente, o problema de infecção hospitalar é controlado. Evidentemente, com o movimento que tem nossos hospitais, atendendo principalmente a uma população de baixa condição sócio-econômica, vez por outra temos que interditar, principalmente, áreas cirúrgicas e área de berçário. Mas, são interdições que não passam a 48 horas, enquanto se procede a uma desinfecção mais rigorosa, porque normalmente são áreas desinfetadas. Mas, quando ocorre uma situação desse tipo, realmente, a área tem que ser evacuada, fechada, para um trabalho mais rigoroso. E quando essa interdição ocorre por mais tempo é porque são necessárias obras físicas de maior monta.

De modo que, nós não temos tido, realmente, grandes problemas no sentido de infecção hospitalar, mas temos, sim, na área de limpeza. Além disso, convém ressaltar, também, que o percentual de licenças — já me referi a rescisões — nessa área, de faltas injustificadas é também bastante volumoso. Daí a razão de pensarmos em alocar serviços de terceiros para a área, porque é a tal estória: se contratarmos, com uma tal empresa, um determinado número de serventes para executar essas atividades a nós não interessa saber se o servente da empresa faltou ou não, ela tem que executar o serviço. Já no nosso caso, se de um número de 100 serventes houver 10% ou 20% de falta o serviço deixa de ser feito. Além da fiscalização constante que esse pessoal exige da administração hospitalar, tornando esta administração muito mais preocupada com essas atividades auxiliares do que com a sua atividade-fim de prestação de serviços médicos.

Não sei se consegui satisfazer a curiosidade de V. Ex.^a

O SR. LÁZARO BARBOZA — Plenamente. Nenhuma outra pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Tem a palavra o nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Sr. Presidente e Srs. Senadores, de início gostaria de afirmar que a função pública obriga a explicitação das atitudes do seu titular, desde que contestadas ou quando postas na área da dúvida.

V. S.^a Dr. Paulo Rios, pensa, ao que observa, como nós outros, visitando-nos para prestar esclarecimentos. A sua atitude se contrapõe com a de muitos, que na suposição de donos da verdade se esquecem de que como tantos, em funções efêmeras, arrogam-se ao direito

de nada informar nem esclarecer. Simbolizo-os como soberanos dos reinos intocáveis. Estamos presenciando hoje, como também — resolve-se — em outras oportunidades, por outros, uma explanação do que V. S.^a vem executando no seu árduo trabalho.

V. S.^a fez afirmações, por nós outros anotadas, que merecem destaque. Dizia que a organicidade do Hospital Distrital data, exatamente, de dez anos, que o seu quadro de pessoal estava atrasado, na sua expressão, na sua atividade, no exercício da sua destinação, desde o ano de 1971, e assinalava mais que o quadro humano da Fundação Hospitalar, que V. S.^a dirige, só agora conseguiu atualizá-la porque encontrou-a totalmente superada. E dizia mais, para conhecimento daqueles que se interessam pelo assunto da saúde na Capital da República, que as cidades-satélites não têm, nem dispõem de autonomia total para a execução de um plano de saúde. Tanto é assim que visando o descongelamento do cenário central nos observava, que Gama, atendendo a 120 mil habitantes, está aquém das necessidades daqueles que precisam de assistência médica. Observava mais que o hospital — e o considera o expositante modelar, que é o Hospital de Taguatinga — não está ainda adequado ao seu funcionamento, a irmando — o que realmente é grave — que nem o Raio X possuía, e que seus leitos ainda não estão equipados para a sua destinação específica.

Então, mostrava o nobre Diretor, observando, também, as dificuldades do funcionamento, que é atinente a 200 mil pessoas dos vários postos de saúde, entre os quais destacou o da W-3, mostrava V. S.^a estar Senhor da panorâmica do setor que dirige, dando-nos a segurança de que as ponderações feitas às críticas dirigidas ao seu setor as tomou a sério, vindo à Comissão do Distrito Federal prestar esclarecimentos que considero satisfatórios, e nos trazendo observações e ponderações que confesso de total desconhecimento meu.

De modo que louvo a sua presença, justamente, porque há contraste com a de alguns, que nós gostaríamos de vê-los aqui e que, devido à sua imponência, não se dignaram, até o presente momento, a nossa Comissão chegar para, nos afastando de algumas dificuldades, no setor de observações em determinados entornos, possivelmente, estamos equivocados. E o Dr. Paulo Rios nos trouxe — para mim — que me preocupou muito com a situação do meu semelhante, porque represento um Estado em que o mercado de trabalho é altamente precário, o Estado do Maranhão, lendo como li as críticas que se lhes fizeram da dispersa em massa de funcionários da Fundação, trouxe-nos uma explicação que me pareceu razoável, muito aquém dos números anunciados, que realmente alarmavam aqueles que sabem que o mercado de trabalho, mesmo em Brasília, hoje, em certas circunstâncias, chegam a ser até miragem. Desse modo, felicito V. S.^a e peço a Deus que lhe dê forças para que, conseguindo atingir o seu desiderato, conseguindo atingir as metas a que se propõe, aqueles que aqui vivem — e nesse setor, como parlamentar, me incluo — poderão considerar-se perfeitamente acobertados no setor Saúde, que é tão importante para aqueles que, por obrigação, habitam a Capital da República.

Eram as considerações que desejava fazer a respeito daquilo que ouvi proferido pelo Sr. Diretor Paulo Rios. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA — Dr. Paulo Rios, serei breve, porque é do meu feitio ser objetivo sempre que faço indagações nas Comissões de que faço parte, quando a elas comparecem pessoas para prestar esclarecimentos ou para trazer a debate os grandes problemas do País ou da nossa cidade. Naturalmente, eu teria outras perguntas a fazer, mas creio que elas já foram respondidas a outros Colegas que o interpelaram. Mas, desejava ter uma informação, inicialmente, a respeito desse Centro Interescolar para aperfeiçoamento da formação de enfermeiras.

O problema da deficiência de enfermeiros no Brasil e, portanto, também no Distrito Federal, é muito importante e já tem sido discutido no Senado. Estamos muito preocupados com ele.

V. Exª poderia me informar qual a capacidade desse Centro, se a procura tem sido proporcional a essa capacidade e quais os níveis de estudos dos vários cursos que lá funcionam?

O SR. PAULO RIOS — O Centro Interescolar de Saúde é uma proposição nossa que faz parte da reforma administrativa da Fundação Hospitalar, já aprovada pelo Conselho Deliberativo, mas, conforme já disse, ainda não entrou em execução em virtude dos óbices que encontramos para a aprovação de uma tabela de pessoal, que deve entrar em vigor a partir de 1º de junho.

Há alguns anos atrás — e isto antecede a 1964, data em que cheguei a Brasília — já encontrei a antiga Escola de Auxiliares de Enfermagem preparando auxiliares de enfermagem e atendentes para a rede hospitalar, porque o enfermeiro é um profissional de nível universitário...

O SR. ADALBERTO SENA — Aliás, acompanhei a formação dessa Escola.

O SR. PAULO RIOS — ...e, evidentemente, a sua formação é da competência das Universidades. Posteriormente, em 1971 ou 1972, o nome dessa Escola de Auxiliares de Enfermagem foi mudado para Escola Técnica de Enfermagem de Brasília, com a mesma finalidade de formar auxiliares de enfermagem e de preparar atendentes.

Quando assumimos a Presidência da Fundação Hospitalar e verificamos que o principal obstáculo da instituição residia em recursos humanos convocamos a nossa administração, na qual se inclui a diretora da Escola, e fizemos ver que era necessário se elaborasse um plano no sentido de dinamizar a formação desse pessoal da área paramédica. Por quê? Porque nos faltava, técnicos de Raios X, de laboratório, de anatomia patológica, técnicos em medicina nuclear e não tínhamos como formar esse pessoal, nem ninguém nos informava o que fazer.

Consultamos o Ministério da Educação e Cultura, que nos disse com absoluta honestidade que estava preocupado com o assunto e buscando, também, uma fórmula para resolvê-lo. Então, todo esse pessoal da área paramédica vinha sendo formado por entidades, algumas, inclusive, privadas, que necessitavam do seu concurso, através de cursos teórico-práticos. Inúmeros processos passavam pela minha mesa com os nossos radiologistas, radioterapeutas, hematologistas, solicitando reformulações contratuais de cidadãos — inclusive até serventes — que, lotados ali no laboratório passaram a lavar vidraria, passaram a olhar alguma coisa e ali foram ficando e não executando o trabalho de servente passaram a dar uma ajuda no laboratório, começaram a aprender a fazer coletas de sangue, daí a pouco começaram a fazer os exames mais simplórios de urina, fezes, etc., e um belo dia passava pela minha mesa um processo em que aquele chefe de laboratório se dirigia ao seu diretor de Hospital solicitando uma reformulação de contrato daquele cidadão para técnico de laboratório. Então, esse processo chegava à minha mesa e eu nada podia fazer, porque não estava na minha competência fazer um técnico de laboratório por um simples "autorizo", ou por uma simples determinação.

Desse modo, com essa preocupação, elaboramos um projeto para a criação do Centro Interescolar de Saúde de Brasília. Esse projeto foi ao Conselho de Educação local, que o aprovou, elaboramos uma planta física para a construção desse Centro, que será construído na Asa Norte, junto ao Centro de Orientação Médico-Psíquico Pedagógico, de atendimento a excepcionais, que também pertence à Fundação Hospitalar. Esperamos iniciar essa construção ainda este ano — o projeto está pronto para ser licitado, tão logo tenhamos recursos, pretendemos iniciar essa construção — e neste Centro, Sr. Senador, pretendemos, justamente, formar todo o pessoal paramédico, não só necessário à Fundação Hospitalar como a toda a área médica do Distrito Federal e de outros Estados que porventura se interessem. E digo assim porque, inclusive, Goiás, Minas Gerais e outros Estados do Nordeste têm sido bastante beneficiados com a nossa Escola de Auxiliares de Enfermagem, talvez até mais do que nós, porque com o *deficit* de setecentas auxiliares de enfermagem, vemos hospitais como o Hospital das Forças Armadas

e o Hospital do IPASE, com seus quadros completos, porque enquanto nós pagamos Cr\$ 1.800,00 a essas auxiliares de enfermagem esses hospitais pagam, de saída, Cr\$ 2.700,00, com níveis promocionais que levam essa categoria profissional até Cr\$ 4.000,00 por mês. De modo que estamos funcionando mais para servir aos outros do que a nós próprios, daí esse *deficit*, que citei aqui, de cerca de setecentas auxiliares de enfermagem.

Encontramos nessa área mais outra dificuldade: é que a própria auxiliar de enfermagem, que nós formávamos para ingressar na Fundação Hospitalar, teria que ser submetida a concurso público. Como é que se vai exigir um concurso público de um cidadão que a própria Instituição preparou? Admitiu, mediante uma prova de seleção, e preparou. Então passamos a admiti-las diretamente. Com isso conseguimos agüentar a rede hospitalar em funcionamento, nessa área, principalmente de enfermagem.

O SR. ADALBERTO SENA — Fiz uma pergunta e, pela resposta de V. Sª, vejo que se trata de uma escola polivalente, não apenas de formar enfermeiros, mas todo o pessoal paramédico, auxiliares de Raios X, etc.

O DR. PAULO RIOS — Exatamente.

O SR. ADALBERTO SENA — E quanto aos cursos de enfermagem, propriamente ditos, são feitos para enfermeiras com uma qualificação um tanto mais elevada do que a de auxiliar?

O SR. PAULO RIOS — A formação de enfermeiras, Senador, é a cargo da Universidade.

O SR. ADALBERTO SENA — Sim, mas eu diria que essas auxiliares serão formadas em nível médio? Então, para esses que a Escola está formando tem havido muita procura?

O SR. PAULO RIOS — Nós estamos formando, por ano, cerca de 100 a 120 auxiliares de enfermagem, que estão sendo muito requisitadas.

O SR. ADALBERTO SENA — Uma pergunta diferente, agora: estamos aqui nas proximidades do Orçamento do Distrito Federal, que é competência desta Comissão. Pergunto, então, a V. Sª se, na proposta orçamentária, que já deve estar sendo elaborada, senão, pronta, V. Sª procurou atender a todas essas dificuldades enumeradas na sua exposição.

O SR. PAULO RIOS — Exatamente. Preparamos o orçamento, abrangendo todas as necessidades da Fundação Hospitalar, apresentando os respectivos projetos e esse orçamento já foi encaminhado ao órgão competente para julgá-lo, na área do Governo do Distrito Federal, que é a Secretaria do Governo.

O SR. ADALBERTO SENA — Permita-me, agora, uma última pergunta, muito relacionada com parte da indagação do Senador Itamar Franco. É que eu me deixei impressionar, como muitos dos Senadores, aqui, pelo aspecto social dessa dispensa de funcionários. Mas, como existe também o aspecto técnico, eu perguntaria a V. Sª se esses funcionários estavam servindo em suas tarefas, ou se alguns ou muitos estavam marginalizados por incapacidade de adaptação ao trabalho ou por outro motivo qualquer.

O SR. PAULO RIOS — Alguns, realmente, encontram-se em licença, e no quadro que tive oportunidade de expor que, lamentavelmente, não deu para ser bem visto, eu informei que no setor de vigilância dezesseis desses funcionários permaneceram no quadro, e 10 foram até reclassificados; portanto, dos setenta e um, vinte e seis permaneceram na Fundação Hospitalar. Na área de nutrição, dos duzentos e quatro servidores, cento e três permaneceram na Fundação Hospitalar; cento e um foram demitidos e trinta e nove foram aproveitados pela empresa, porque foram os únicos que até à data de 27 de maio, haviam procurado a empresa; quanto aos serventes, nós continuamos na mesma situação, com seiscentos e setenta e oito serventes.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Com a palavra o nobre Senador Paulo Guerra.

O SR. PAULO GUERRA — Sr. Presidente, aqui cheguei, lamentavelmente, depois que o Dr. Paulo Rios já havia feito a sua brilhante exposição. Sei que depois de S. S^a ter assumido a Presidência da Fundação, realmente, houve uma melhora nos trabalhos de saúde do Distrito Federal. Apenas, gostaria de fazer uma pergunta — e sei talvez não dependa de S. S^a — é se o hospital da Asa Norte, que está em construção, não está muito mal localizado?

O SR. PAULO RIOS — Eu diria a V. Ex^a, Senador Paulo Guerra, que a rigor não haveria necessidade de se construir um hospital daquele na Asa Norte. Uma vez equacionado o problema de saúde, uma vez o habitante da cidade-satélite podendo equacionar o seu problema *in loco*, conseqüentemente, descongestionando-se o Plano Piloto, a Asa Norte poderia comportar, provavelmente, um posto de saúde e não um hospital daquele porte. E, inclusive, quando elaboramos o plano para conseguirmos um empréstimo do FAES, um plano volumoso, constituído de dois grande volumes que mereceu, modestia à parte, referências elogiosas do Ministério da Saúde e do próprio FAES, as autoridades do Ministério da Saúde nos procuraram tentando, não digo assim nos demover, mas mostrando a inadequação da construção de um estabelecimento hospitalar daquele tipo da Asa Norte. Ao que eu respondi, que depois de iniciada a construção, que está paralisada por falta de recursos próprios, seria muito difícil, para a atual administração, transformar aquilo em qualquer outra coisa, sem que isso gerasse uma justa reclamação, sobretudo por parte da população da Asa Norte, hoje em dia uma população bem diferenciada, porque, se não me engano, lá é onde estão morando os Srs. Deputados, os Srs. Militares de alta patente. Então, isso iria dar margem a uma polêmica muito grande e não seria fácil de explicar. Desse modo, o que nos foi possível foi remodelar o plano que encontramos naquilo que não gerasse, de imediato, problemas na área do Governo à qual estamos servindo, e isto é, digamos assim, um dever quase que político, da nossa parte, evitar um problema dessa natureza. A rigor, para responder a sua pergunta, tecnicamente, aquele hospital não seria necessário.

O SR. PAULO GUERRA — A minha pergunta não se prende à necessidade ou não de um hospital na Asa Norte. Entendo — e nisso me permita discordar — que existe a necessidade de um hospital na Asa Norte, apenas ele foi mal localizado, em cima da avenida; Talvez o Governo do Distrito Federal pudesse utilizar aquele prédio, num convênio com a Fundação, e indenizá-lo e localizá-lo num lugar mais adequado e mais quieto, porque o barulho ou ruídos que os doentes terão ali será muito grande.

Quanto à desnecessidade, tenho a impressão e, *data venia*, discordo de V. S^a, que numa cidade cujo crescimento é uma explosão um hospital nunca é demais. Porque, quando Governador de Pernambuco, tive a satisfação e a honra de construir um hospital integrado, Pronto-Socorro e Hospital, para que o doente logo depois de atendido fosse encaminhado e tivesse um leito assegurado, e o hospital possuía 372 leitos. O meu sucessor, meu amigo, numa atitude talvez impensada, disse que eu havia construído um elefante branco. O fato é que seis anos depois esse elefante branco já é pequeno para receber a população de Recife.

Muito obrigado e cumprimento V. S^a.

O SR. PAULO RIOS — Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Srs. Senadores, esta Comissão quer agradecer a presença do Dr. Paulo Rios, cuja exposição deixou evidente a sua visão administrativa, a sua capacidade de trabalho, a sua probidade funcional. S. S^a pintou exatamente dois quadros: o que ele encontrou e o que permanece, demonstrando as falhas que havia e que estavam a reclamar correção pronta e imediata. Quem assistiu, de início, a exposição do ilustre Diretor viu, por exemplo, a medida tomada pela Fundação, no que tange à aquisição de rins artificiais, em número que já se eleva a quatro, quando, anteriormente, só existia um. As providências que se fizeram sentir

no campo das pesquisas dos exames de laboratório, automatizando-se esse serviço, que para atender à necessidade de uma coletividade não pode ficar à mercê de alguns microscópios, o que viria, portanto, retardar o conhecimento dos resultados obtidos, em detrimento da saúde do paciente.

S. S^a mostrou, fora de dúvida, que o problema de saúde ainda está a reclamar algumas medidas, porque se trata de um problema que não é apenas de Brasília, que não é apenas nacional, é um problema mundial. A própria Organização Mundial de Saúde teve oportunidade de fixar esse problema numa frase que bem me recorde ter lido, e que mostra a gravidade da situação e as dificuldades por contorná-la: "O homem não tem saúde porque é subdesenvolvido e a Nação é subdesenvolvida porque o povo não tem saúde".

Então, isso está a demonstrar que o problema se ganha vulto, sobretudo nos países subdesenvolvidos, também não está ausente em países em desenvolvimento, como o nosso.

A Comissão cumpriu o seu dever, teve a satisfação de ouvi-lo, e o ilustre Diretor teve, também, a oportunidade de saber que, aqui, o debate se faz dentro da maior franqueza, porque cada um de nós quer concorrer com a sua contribuição em benefício da causa coletiva.

O ilustre Senador Itamar Franco, inclusive, propôs que a Comissão tomasse algumas medidas, no sentido de pesquisar a fundo determinados fatos. A isto a Comissão não se opõe. V. S^a, Dr. Paulo Rios, foi, inclusive, aqui, surpreendido com perguntas que talvez não imaginasse receber, porque constantes de um documento, de uma cópia de ata que chegou às mãos do ilustre Senador e que, — é preciso se frise — não lhe chegou às mãos pelos meios naturais. E isso é de estranhar porque não se negaria a quem quer que seja, sobretudo a representantes da Oposição, que têm aqui uma missão igual a dos demais que integram a maioria da Casa, um documento através do qual se pudesse conhecer situações que estejam a exigir remédio e correção.

Assim, do mesmo modo que esta Comissão está disposta a atender à proposição do ilustre colega, o nobre Senador Itamar Franco, no sentido de se levarem avante pesquisas para melhor conhecimento do assunto, permita V. S^a Dr. Paulo Rios, que também lhe faça um pedido: pesquise, Sr. Diretor, o modo como esse documento chegou às mãos do Senador, porque se a democracia não pode permitir o silêncio comprometedor, também não pode ser ela veículo para dilação e para felonias.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, peço a palavra, por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Tem a palavra o nobre Senador Itamar Franco, para uma questão de ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não vejo, Sr. Presidente, por que um Senador da República não possa ter, em suas mãos, um documento de um Conselho Deliberativo?

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Pode. Mas, V. Ex^a requereu?

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a, sinceramente, neste instante me surpreende, com a amizade que lhe tenho, com o respeito que me merece, não só como Senador da República, com a expressão: que mande pesquisar como chegou esse documento às minhas mãos. V. Ex^a, sinceramente, neste instante, exorbita da sua condição de Presidente desta Comissão.

O SR. PAULO GUERRA — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Pois não.

O SR. PAULO GUERRA — Nobre Presidente, Senador Heitor Dias, tenho a impressão que V. Ex^a entendeu mal. Um Senador da República, recebendo esse documento — é preciso dizer que não endosso, aqui, os conceitos do nobre Senador Itamar Franco, a respeito das críticas que fez — ele está recebendo um documento público, uma ata de uma reunião, que é, portanto, um

documento público. E V. Exª diminuiria muito a imagem do ilustre Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal se se ativesse a esta minúcia de saber quem mandou entregar aquele documento.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Eu não acho que o nobre companheiro...

O SR. PAULO GUERRA — Permita-me, Sr. Presidente, porque nada melhor do que ser fiscalizado. S. Exª se saiu tão bem aqui, não digo que tenha dado um *show*, porque isto aqui não é um palco, mas deu uma demonstração consciente de que é um homem que está bem capacitado para dirigir uma organização difícil, como é uma Fundação de Saúde Pública. Eu faria um apelo a V. Exª, dentro do meu espírito liberal, que é também o de V. Exª, — isso não é segredo de Estado — no sentido de que V. Exª retirasse o que disse. V. Exª é um homem compreensivo.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Eu posso retirar porque apenas fiz a ele um apelo, mas o que não posso é deixar de condenar o fato; que o documento chegue às mãos de quem quer que seja, pelos meios competentes, eu aceito e aplaudo. Mas não posso compreender, sobretudo se saiu de determinada área onde os princípios de convivência devem estar subordinados às normas da ética que o crédito de confiança impõe.

O SR. PAULO GUERRA — V. Exª permita. Entendo que infeliz deste País em que os homens públicos não tenham coragem de apresentar uma defesa, e que a sua eficiência administrativa esteja também condicionada a um segredo dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Mas, não há segredo, eu disse. O documento poderia chegar às mãos do ilustre Senador pelos meios competentes, ou, pelo menos, quem o enviou assumisse abertamente a responsabilidade.

O SR. PAULO GUERRA — Permita que conclua, embora não pertença à Comissão, é que posso dialogar.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Mas V. Exª nos honra com a sua presença.

O SR. PAULO GUERRA — Tenho por V. Exª o maior apreço e, se V. Exª permitir, amizade.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Muito obrigado.

O SR. PAULO GUERRA — Mas, eu entendi que V. Exª, que tem sido tão feliz na atuação, nesta Casa, talvez tenha-se excedido na condenação da chegada de um documento a um parlamentar, porque são esses documentos que alimentam a nossa atividade, principalmente quando se trata de um documento público. Eu, quando Governador do Estado, quando Prefeito, não temia nenhuma denúncia, não gostaria de das calúnias, mas denúncia — e não pode haver calúnia num documento desse, porque é uma ata — eu não temia, até gostava; é como o caixa ou o tesoureiro que se sente magoado quando o chefe ou o diretor o fiscaliza. Todas as vezes em que se fiscaliza e se encontra tudo certo, o tesoureiro, o diretor, fica mais credenciado perante o seu chefe. Se esse documento veio aqui e o Dr. Paulo Rios provou que as verbas não foram gastas para não serem esbanjadas, não gastou porque elas tinham um sentido específico, não gostou porque, infelizmente, libera-se no dia 29 de dezembro, para que os Diretores façam química erradamente, apresentem recibos, como era hábito antes de 1964, que se apresentasse recibos, em dois dias, de verbas volumosas para se justificar perante o Tribunal de Contas, então o Dr. Paulo Rios foi um homem honesto, correto, e este documento serviu apenas para mostrar que ele é um homem que não esbanja o dinheiro público. Essa denúncia até se fosse por uma carta, tenho a impressão de que não merece esse pedido, esse apelo de V. Exª. A exposição de hoje colocou o Dr. Paulo Rios muito acima, no meu conceito; eu não o conhecia, gostei profundamente da maneira com que ele conduziu, aqui, o debate, expôs a sua atuação à frente da Fundação, mas se ele atender a V. Exª cairá no meu conceito.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Ele não vai me atender, porque o meu apelo não prevalece. Mas, o meu julgamento não posso deixar de fazê-lo.

O SR. PAULO GUERRA — Obrigado a V. Exª

O SR. LÁZARO BARBOZA — Permite V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Tem a palavra o nobre Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, não faço aqui um apelo porque V. Exª já o fez ao eminente Senador Paulo Guerra. Mas, a colocação feita por V. Exª, a respeito de como esse documento chegou às mãos do nobre Senador Itamar Franco, não foi — convenhamos — das mais felizes. Tratando-se de uma ata de reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, é um documento que até por praxe é publicado na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Mas podia ter trazido da imprensa, do Diário Oficial.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Não se trata de nenhum documento com o timbre de reservado, daí porque, data vênua, entendo que o nobre Senador Itamar Franco está escusado de prestar quaisquer explicações a respeito. Tenho por V. Exª, nobre Senador, o maior respeito e uma grande amizade — e V. Exª sabe disso. Então, eu pediria a V. Exª que não fosse assim tão veemente nessa condenação que faz ao nobre Senador Itamar Franco, que, absolutamente, não usou de má fé ou de meios ilícitos para ter em mãos esse documento, mesmo porque não é um documento com a chancela de reservado, não envolve completas hipóteses de interesse da segurança nacional ou coisa que o valha.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Perdão! Eu não estou fazendo nenhuma modificação do meu conceito quanto ao nobre Senador Itamar Franco. S. Exª está utilizando o documento que lhe chegou às mãos. O que condeno é o modo como foi conseguido. Condeno quem mandou. A S. Exª não, pois ele está usando um instrumento que lhe veio às mãos e que é um documento oficial. Eu não mudo o meu julgamento sobre o processo criticado. A minha revolta é, porém, contra quem fez a remessa.

Perdoo, portanto, V. Exª. Não pense que fiz qualquer juízo quanto a sua pessoa. Não modifiquei o conceito em que o tenho.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, apenas para acrescentar mais, que ao invés, a meu ver, de se condenar veementemente a pessoa que fez a entrega desse documento ao Senador Itamar Franco eu até poderia dizer que, de minha parte, merece os meus parabéns, pois até ensajou para que fosse tratado aqui, na Comissão do Distrito Federal, de forma franca, leal e honesta, um caso realmente sério. Porque ao invés de estar alimentando mexericos lá fora, ao invés de estar alimentando suspeitas infundadas, serviu para que o eminente Dr. Paulo Rios pudesse fazer aqui uma digressão franca — como foi do seu feitio e que eu tive a oportunidade de louvar — e a Comissão ficou plenamente esclarecida de que o recolhimento daquela dotação orçamentária foi efetivada para evitar que o gasto fosse feito sem planejamento e sem atender aos legítimos interesses da administração pública. Daí porque, a meu ver, a pessoa que entregou este documento não merece ser culpada de nada.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Vou encerrar a reunião, dizendo que apenas peço desculpas quanto à interpretação que as minhas palavras tenham proporcionado, sobretudo em relação a um homem que merece todo o meu apreço, que é o nobre Senador Itamar Franco. De modo que as minhas palavras não foram a S. Exª. Eu disse que S. Exª foi surpreendido com um documento. S. Exª continua para mim um homem de bem. E esse é o meu conceito no Senado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Realmente. Estranhei isso, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Dias) — Apenas isso, para dar o assunto por encerrado.

Está encerrada a Reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 1, de 1976, que “propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração da Lei, criando o Ministério da Ciência e Tecnologia, e determinando outras providências”.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 1976

Às dezesseis horas do dia primeiro de setembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Luiz Cavalcante, Augusto Franco, Gilvan Rocha, Itamar Franco, Danton Jobim, Otair Becker e Deputados Raul Bernardo, Hélio de Almeida, Paulino Cícero e Octacílio Queiroz, reúne-se extraordinariamente a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a supracitada Proposta, para ouvir a palestra do Engenheiro Geraldo Bastos da Costa Reis, Presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, convidado pelo Sr. Senador Itamar Franco, Presidente da Comissão.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Domício Gondim, Arnon de Mello, João Calmon, Itálio Coelho, Roberto Saturnino e Deputados Parsifal Barroso, Flávio Giovine, Jarmund Nasser, Altair Chagas, Ari Kfuri, Brígido Tinoco, Jorge Uequed e Sílvio Abreu Júnior.

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, concede a palavra ao Sr. Deputado Hélio de Almeida, para fazer a apresentação do convidado. No decorrer da palestra, concordou o Engenheiro Geraldo Bastos da Costa Reis, plenamente, sobre a viabilidade da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, proposta pelo ilustre Deputado Hélio de Almeida.

Durante a palestra, fazem uso da palavra os Srs. Senadores Danton Jobim, Otair Becker e Deputados Hélio de Almeida, Octacílio Queiroz, Paulino Cícero e Raul Bernardo. Antes de encerrar os trabalhos, o Sr. Presidente agradece a presença dos Srs. Congressistas e convidados, prometendo, se possível, antes da apresentação do parecer do Sr. Relator, Deputado Parsifal Barroso, convidar outras personalidades para debaterem o assunto, que julga da maior importância. Comunica, ainda, que o apanhamento taquigráfico da reunião será publicado, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Alfeu de Oliveira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

ANEXO À ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1, DE 1976.

Íntegra do apanhamento taquigráfico, com publicação autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — É com muito prazer que a nossa Comissão recebe, hoje, esta personalidade ilustre, este Engenheiro dos mais conhecidos no Brasil, que é o Dr. Geraldo Reis.

Seguindo praxe da Casa, em nossas Comissões, eu convidaria o Deputado Hélio de Almeida para que fizesse uma saudação, em nome desta Comissão, ao Dr. Geraldo Bastos Reis.

O SR. DEPUTADO HÉLIO DE ALMEIDA — Sr. Presidente, nobres Parlamentares, Srs. visitantes. É um grande prazer apresentar

ao auditório a figura do Engenheiro Geraldo Bastos da Costa Reis, quem me ligam laços de muito afeto. Geraldo Bastos da Costa Reis foi nomeado Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento ao tempo em que o Presidente Jânio Quadros assumiu a Presidência deste País, sendo Ministro da Viação e Obras Públicas o Engenheiro Clóvis Pestana. Isto foi no ano de 1961.

Posteriormente, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, assumiu a Presidência o Presidente João Goulart, que teve como seu Primeiro Ministro de Viação e Obras Públicas o então Coronel Virgílio Távora. Virgílio Távora manteve à frente do DNOS o colega Geraldo Reis. Aos 13 de julho de 1962, tive a honra de assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas no Gabinete Parlamentar dirigido pelo Primeiro Ministro e grande homem público, grande brasileiro Francisco Brochado da Rocha.

Pelas informações que tinha a respeito da atuação de Geraldo Reis, no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, mantive-o no cargo e durante todo o período em que trabalhei à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas aprendi a admirar Geraldo Reis, pelo seu espírito dinâmico, seu trabalho eficiente, sua honestidade a toda a prova e pelos predicados que tinha como administrador. Estava ele terminando um projeto de lei para transformar em autarquia o Departamento Nacional de Obras de saneamento que, na ocasião em que assumiu o Ministério da Viação, era uma repartição pública. Esse Projeto veio à discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e foi, finalmente, aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente João Goulart com alguns vetos que foram, todos eles, rejeitados depois pelo Congresso Nacional e, assim sendo, a lei ficou incólume a qualquer emenda ou alteração e é, realmente, a lei responsável pelo surto de progresso que de 1963 até a presente data vem caracterizando aquela autarquia.

Terminando o meu mandato do qual me desinvesti a pedido, voltei à Presidência do Clube de Engenharia, em 1967, e convidei Geraldo Reis para Secretário-Geral de minha diretoria, cargo que ele já vinha ocupando na administração de Saturnino de Brito Filho. Em 1970, fui reeleito Presidente do Clube de Engenharia e comigo toda a Diretoria do período 67/70. Assim, tive Geraldo Reis como Secretário-Geral do Clube por dois períodos administrativos, ou seja, seis anos.

Em 1973, não desejando candidatar-me novamente à reeleição, por achar que a renovação dos quadros administrativos de entidades de classe é um princípio básico de grande justiça, não me candidatei e fui um dos lançadores da candidatura de Geraldo Bastos da Costa Reis, à Presidência do Clube de Engenharia. Teve ele uma atuação sobremaneira brilhante, inclusive iniciando os serviços de instalação da sede campestre do Clube de Engenharia, para o qual a atual Diretoria comprou um grande lote de terreno em Jacarepaguá, próximo à Barra da Tijuca.

Na quinta-feira passada houve eleições para renovação da Diretoria do Clube de Engenharia e os três únicos ex-Presidentes vivos, ou seja, Maurício Joppert da Silva, Francisco Saturnino de Brito Filho e eu assinamos um manifesto recomendando aos associados do Clube a reeleição de Geraldo Bastos da Costa Reis e de todos os seus companheiros que ele julgasse, devessem permanecer na Diretoria. Teve ele um concorrente, ou melhor, uma concorrente na figura da distinta Engenheira Clara Macordes Simões de Faria, brilhante Engenheira da Rede Ferroviária Federal e antiga Diretora do Departamento Feminino do Clube de Engenharia. A disputa foi muito acirrada e Geraldo venceu as eleições por um apertado escor: teve ele 977 votos e Clara Macordes teve 127. Assim, em breves dias o Clube realizará a cerimônia de posse da sol-dasant nova diretoria, na qual a maioria dos seus membros são participantes da Diretoria que termina, agora, o seu mandato.

Em todos esses cargos em que Geraldo pontificou, incluindo o de Chefe de Gabinete do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao tempo em que foi Diretor-Geral o saudoso colega Régis Bittencourt e o não menos saudoso colega Baptista Pereira, a esses tempo, por algumas vezes, assumiu Geraldo a Direção-Geral interina do DNER, tendo sido, também, Chefe do Gabinete do

Conselho Nacional de Pesquisas, ao tempo em que Baptista Pereira foi o seu Presidente.

Em todos esses cargos, realizando todas as funções a eles ligadas, Geraldo Reis deixou sempre a sua passagem assinalada por uma aura de eficiência notável. É por isso que julgo a Comissão Mista de Senadores e de Deputados que está a analisar a Delegação Legislativa nº 1, concedendo poderes ao Presidente da República para a criação de Ministério da Ciência e Tecnologia, esta Comissão, repito, tem a felicidade de deter, hoje, em seu meio, essa figura de que acabo de falar, de Geraldo Bastos da Costa Reis, que nos dará alguns esclarecimentos, algumas informações e uma pequena aula sobre a conveniência da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Esta era a apresentação que eu desejava fazer, Sr. Presidente, reiterando os meus agradecimentos pela honra que me concedeu V. Exª de fazer tal apresentação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Muito obrigado a V. Exª

Com a palavra o Engenheiro Geraldo Bastos da Costa Reis.

O SR. GERALDO BASTOS — Excelentíssimo Sr. Senador Itamar Franco, Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 1 de 1976, que propõe delegação de poderes ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para elaboração de Lei criando o Ministério de Ciência e Tecnologia; Exmos. Srs. Senadores; Exmos. Srs. Deputados; meu prezado colega, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Inácio de Lima Ferreira; prezados colegas; Senhores presentes:

As palavras do nosso colega Hélio de Almeida, como todos perceberam, são palavras de um grande amigo com quem tive a oportunidade de trabalhar num determinado período de nossa vida pública e depois no Clube de Engenharia. Ele é, incontestavelmente, um grande amigo além do grande líder que sempre foi em nossa classe. Agradeço profundamente ao Hélio, meu velho amigo e companheiro, as generosas palavras a meu respeito.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, meus Senhores, não os surpreenderei com uma conferência na acepção da palavra. Recebi há alguns meses, do nosso colega Hélio de Almeida, um convite para comparecer ao Senado Federal, a fim de manifestar a opinião do Clube de Engenharia sobre esse tema Ciência e Tecnologia, tendo em vista a posição assumida por aquele Clube de lutar pela criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Relutei de alguma forma, porque, como esclareceu Hélio de Almeida, nós estávamos numa campanha eleitoral, em que é uma chapa, como ele esclareceu, mas o presidente tem que assumir, realmente, o comando e a liderança desse trabalho, que não é muito fácil, pelo espírito extraordinariamente democrático predominante naquela entidade. O Hélio, quando me convidou, teve a gentileza de me oferecer um exemplar de uma conferência por ele proferida perante uma Comissão de nome ligeiramente um pouco menor do que o da atual, e ele acentuou esse aspecto ao início da sua conferência, proferida no dia 30 de maio de 1972. Era Presidente dessa Comissão, Comissão especial destinada à elaboração de um ou mais projetos de lei visando a incentivar o setor da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, o Deputado Lins e Silva. Mas, ficamos com muito pouca margem de assuntos, tendo em vista que nessa conferência o nosso colega Hélio de Almeida, com grande brilho e com dados convincentes, abordou o assunto tanto sobre a tecnologia nacional como, também, a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia no novo Estado, resultante da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Em primeiro lugar quero agradecer sinceramente a honra e a deferência com que a Comissão quis distinguir o Clube de Engenharia, tradicional entidade técnica e de classe, quase centenária, com relevantes serviços prestados ao País e à engenharia, convidando o seu Presidente a manifestar-se sobre o tema Ciência e Tecnologia.

Em 1955, tive a grata satisfação de exercer, durante um ano, as funções de Chefe do Gabinete do então Presidente do Conselho Na-

cional de Pesquisas, o eminente e saudoso Professor e dileto amigo José Baptista Pereira. Ilustres técnicos e cientistas participavam então do Conselho Deliberativo daquele órgão, pontilhando os nomes de Lélío Gama, Marcelo Damy de Souza Santos, Bernardino de Matos, Bernardo Geisel, Paulo Sá, Francisco Maffei, Antônio Couceiro, Heitor Grillo, Olímpio da Fonseca, Francisco Sá Lessa e outras grandes expressões do mundo técnico e científico.

Oriundo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do então Ministério da Viação e Obras Públicas, no qual atuei durante mais de 20 anos, com estágio de estudante em quase todos os seus setores técnicos, pude realizar naquele órgão — Conselho Nacional de Pesquisas — uma reforma administrativa e, com a ajuda de José Baptista Pereira e de outros antigos Conselheiros, antiga aspiração dos rodoviários: a criação do Instituto de Pesquisas Rodoviárias, à semelhança do *highway research board*, onde a pesquisa no setor de transportes em geral e no transporte rodoviário em particular ganhasse importância como fonte natural de criação e melhoria dos métodos e processos a que o desenvolvimento induz.

A Ciência e a Tecnologia têm na pesquisa a base de sua evolução. Todavia, a ciência e a tecnologia eram mal compreendidas, sobretudo a primeira, tida como inútil instrumento de administração e governo.

A criação do Conselho Nacional de Pesquisas foi grande estímulo e esperança para a ciência e a técnica nacionais, significando então o reconhecimento oficial do Governo ao relevante papel da pesquisa pura e aplicada na emancipação econômica e social das nações.

Em maio de 1972, o então Presidente do Clube de Engenharia, hoje atuante e ilustre membro desta Casa, o Deputado Hélio de Almeida, pronunciou, perante a douta Comissão Especial destinada a elaborar Projeto de Lei de incentivo à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, brilhante conferência tratando do assunto A Ciência e a Tecnologia no Brasil e A Ciência e a Tecnologia no Estado da Guanabara.

Nós, ao alinharmos o nosso pensamento, procuramos uma outra área que pudesse vir reforçar os argumentos de nosso colega Hélio de Almeida quando aqui esteve há cerca de 4 anos. Então procuramos desenvolver o nosso raciocínio em torno da ligação entre a Ciência e a indústria.

Conclusivamente, naquela época, o Engenheiro Hélio de Almeida apresentou recomendações do Conselho Diretor do Clube de Engenharia pela criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, constituído fundamentalmente por dois Conselhos Nacionais: o Conselho Nacional da Ciência e o Conselho Nacional da Tecnologia. Tal recomendação ainda está de pé no Clube de Engenharia, por isso que aquela entidade insiste na criação do referido Ministério.

No âmbito estadual — no então Estado da Guanabara — no dia 23 de junho de 1967 foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia pela Lei nº 1.336. Referida Lei foi pioneira em toda a América Latina e a Secretaria de Ciência e Tecnologia foi instalada em 1968, com a atribuição de promover e incentivar investigações que interessassem à elevação das condições sócio-econômicas do Estado e que pudessem contribuir para o desenvolvimento do País.

O Primeiro-Secretário de Estado da Secretaria de Ciência e Tecnologia foi o eminente Professor Arnaldo Niskier, empossado em 16 de outubro de 1968 e que desenvolveu naquele órgão excelente trabalho.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia foi extinta pelo Governo Estadual da Fusão.

O Clube de Engenharia assim se manifestou através de nota divulgada pela imprensa:

“A propósito da administração do Novo Estado do Rio de Janeiro que se inicia com a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o Conselho Diretor do Clube de Engenharia, em sua última reunião realizada a 5 do corrente mês (março), adotou a seguinte resolução: 1)

Aprovar voto de congratulações com o Exmº Sr. Governador do Novo Estado do Rio de Janeiro ao princípio de sua gestão e desejar a S. Exª e à sua equipe de trabalho os melhores votos de pleno êxito na missão a que se entregaram. 2) Aprovar, também, voto de louvor pelo motivo da criação de uma Secretaria de Estado de Transportes, para coordenar o conjunto dos diferentes sistemas de transportes, já que em geral é essa a filosofia há muito adotada. 3) Solicitar ao novo Governador do Estado seja reconsiderado o problema da supressão da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, cuja notícia foi recebida com surpresa nos meios técnicos e científicos já que, dita Secretaria prestou ao Estado da Guanabara os mais relevantes serviços e uma vez que suas atribuições são tidas como basicamente indispensáveis na era moderna, ao desenvolvimento do Estado, e que o progresso se apoia indissolubilmente nas grandes conquistas da ciência e da técnica."

Deixou aquela Secretaria considerável acervo de realizações, entre as quais destacamos a construção do Planetário e a publicação de "RIO ANO 2.000", uma visão panorâmica do desenvolvimento científico e tecnológico da Guanabara nas próximas décadas, além de uma programação a cumprir, tal como a construção de um Centro de Tecnologia de Unidades Nucleares e de um Parque Ecológico.

Repetindo palavras proferidas há pouco tempo, por ocasião da abertura de conferência aguardada com certa ansiedade, declaro que aqueles que conhecem a história do Clube de Engenharia não estranham o seu empenho na criação de um órgão a nível ministerial para definir e estabelecer a pesquisa científica e tecnológica, planejar o seu desenvolvimento e as diretrizes básicas do Programa Tecnológico Nacional.

Em 24 de dezembro próximo o Clube de Engenharia completará 96 anos e inestimável tem sido a sua contribuição, séria e correta, na solução de problemas técnicos e científicos que envolvem a valorização da Engenharia e o desenvolvimento do País. Cedo envolveu-se nas campanhas da abolição da escravatura, da proclamação da República e no conflito entre o Governo e a congregação da Escola.

O 1º Congresso de Engenharia e Indústria realizado no Brasil foi promovido pelo Clube de Engenharia em 24 de dezembro de 1900.

Ainda há pouco, a propósito do transcurso do 95º aniversário, "Engenharia e Arquitetura", de Belo Horizonte, dedicou uma página ao Clube de Engenharia — 95 Anos a Serviço do Desenvolvimento Nacional.

Recomendamos a leitura dessa publicação para aqueles que não conhecem esta tradicional entidade de classe, mas vale a pena, neste instante, para mostrar o propósito do Clube de Engenharia e a sua autoridade em recomendar, em lutar pela criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, vamos reproduzir alguns trechos da mesma referindo-se à atuação do Clube no passado:

"A reorganização do antigo "Lloyd", o prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil em Minas, as estradas garantidoras de nossas fronteiras, o porto do Rio de Janeiro, o estudo do carvão nacional, a abertura da Avenida Central, o problema das secas do Nordeste, que mereceu do CE uma série de sugestões da mais alta transcendência, o melhoramento dos meios de comunicação existentes à época, a criação de novas indústrias, estudos como o do Código de Águas, Código de Minas, o da Carta do Brasil, o 2º Congresso Ferroviário Sul-Americano e o Congresso Internacional de Engenharia, no ano do Centenário da Independência do Brasil; o 2º Congresso de Engenharia e Indústria, na nova gestão de Paulo de Frontin (1929), a Regulamentação da Profissão de Engenheiro, em 1933, a construção do Aeroporto do Rio de Janeiro, na ponta do Calabouço, a eletrificação da Central, o Ribeirão das Lajes — essas e muitas outras, muitíssimas outras realizações ou colaborações fazem do Clube de

Engenharia uma entidade de rigorosa utilidade pública, a que deve enormemente o Brasil."

"Como sintetizar as promoções, os gestos lúcidos de apoio integral da entidade quase centenária às grandes iniciativas públicas ou privadas que faziam o nosso País galgar mais rapidamente os caminhos do desenvolvimento, a partir da chamada República Nova, que se iniciara com a Revolução de 1930?

A Questão do Petróleo (1948), a defesa da Hileia Amazônica, ameaçada de internacionalização e defendida com ardor e patriotismo pelo grande estadista Arthur Bernardes, ex-presidente da República, a Defesa do Minério — essas e tantas outras questões foram sendo atacadas a partir da gestão do inesquecível presidente Edison Passos, sucedido em 1955 pelo Prof. Maurício Joppert da Silva (reeleito em 1958, terminado seu segundo mandato em 1961), pelo Engenheiro Hélio de Almeida (eleito em 1961 e sucedido pelo Engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho, cujo mandato se estendeu até setembro de 1967, quando foi reeleito o Engenheiro Hélio de Almeida).

Nesses últimos vinte anos o Clube de Engenharia organizou, entre outros eventos de real importância, um Simpósio sobre os grandes problemas da Guanabara (ocasião em que se debateu a imediata construção do metrô carioca); manifestou-se veementemente contra a decisão do governo Lacerda de contratar os serviços da firma grega "Doxiadis Internacional Associates"; a realização do Seminário Nacional sobre Política de Remuneração do Engenheiro (21 a 25 de junho de 1965); Semana de Debates sobre o problema das favelas; 3º Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria (12 a 18 de setembro de 1966); o Simpósio sobre o Plano Nacional de Habitação e o Planejamento Local Integrado (6 a 10 de março de 1967); Campanha de Defesa da Engenharia Brasileira; Simpósio sobre proteção contra calamidades públicas; o Painel sobre problemas brasileiros."

O Clube de Engenharia sempre participou, com espírito de colaboração, de apoio em favor do desenvolvimento do País. Sempre esteve presente nas grandes lutas em defesa da Engenharia Nacional e pelo desenvolvimento do País.

Procuramos, a partir deste histórico, fazer uma conotação entre os inventos havidos no mundo, há pouco mais de dois séculos, ou seja, em torno de 1733, quando se deu início à Revolução Industrial, ao se obter o primeiro fio de algodão através de uma máquina modelo, de cerca de dois pés quadrados, sem interferência de dedos humanos. Foi daí, em 1733, perto de Sulton Coldfield, que se deu início à Revolução Industrial.

A partir de então, a ciência, a tecnologia e o poder inventivo do homem, vêm contribuindo permanentemente para diminuir a labuta, satisfazer velhas necessidades e criando um nível de vida inconcebível.

Há pouco mais de meio século já eram conhecidos os princípios básicos da energia atômica, tendo sido descoberta no último ano do século passado pelo físico francês Becquerel, a radioatividade natural ou espontânea de certas substâncias, o urânio, de início, que Becquerel mostrou produzir lentamente um desprendimento de energia. Os sábios Curie descobriram mais tarde a existência de outros elementos radioativos naturais, alguns — o rádio, o polônio que se desagregam com maior velocidade — muito mais ativos do que o urânio.

Tais descobertas, durante meio século, não tiveram rumo prático, em virtude da dificuldade de controlar esse fenômeno da radioatividade natural.

Em 1934, com a descoberta de Fermi da chamada cisão dos átomos, entreviu-se um método de controle da energia atômica.

Tomando-se esses dois fatos como extremos — a máquina de Coldfield e a descoberta e controle da energia atômica, quantas descobertas e invenções num período de apenas 150 anos no máximo.

O calor latente, a força motriz, a turbina a vapor, a turbina a gás ou de combustão interna, a propulsão pela reação de um jato de gás. Em 1898 iniciou Santos Dumont a construção de uma aeronave, munida de motor a gasolina na qual levantou vôo de St. Cloud, circundou a Torre Eiffel em Paris e aterrisou no ponto de partida.

A descoberta do Petróleo em Pennsylvania em 1859. A descoberta da fibra sintética.

O poder da ciência não tem limites. Dramática foi a liberação da energia nuclear. Usinas nucleares e reatores. As pilhas atômicas. O invento da lâmpada de filamento de carvão. A válvula eletrônica. Os computadores e aparelhos eletrônicos. Os transistores. Enfim, em apenas pouco mais de 150 anos, quantos inventos para conforto e bem-estar da humanidade, mas também para sua desgraça e destruição.

As conquistas tecnológicas dos últimos cem a cento e cinquenta anos aproximaram os homens e lhes deram possibilidades de comunicações e de informações. Por outro lado, os efeitos da Revolução Industrial agravaram as diferenças entre os países possuidores de uma estrutura capaz de imediata exploração e aproveitamento dos recursos naturais.

As duas grandes guerras aceleraram as atividades técnico-científicas, criando e mobilizando grandes indústrias, fazendo enormes investimentos e explorando a inteligência e a capacidade humanas.

O Clube de Engenharia não quer permanecer à margem da História, pois, como dissemos há pouco, nesses quase cem anos de atuação tem participado intensamente dos principais acontecimentos da vida brasileira.

Parece-lhe ser conveniente e necessária a instituição de um órgão federal, a nível ministerial, que defina, estabeleça e aplique, continuamente, uma Política Tecnológica Nacional. (Palmas!)

Esta é uma introdução, ou melhor, uma apresentação nossa, procurando complementar a conferência feita pelo nosso ilustre colega Hélio de Almeida, em 1972, nesta Casa. Ele abordou mais aqueles aspectos relacionados realmente com as organizações, fez uma conferência brilhante, e eu procurei, então, abordar um outro aspecto que vem reforçar o ponto de vista daquela Casa, em prol da criação desse Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — O engenheiro Geraldo da Costa Reis aceitará perguntas, e tenho o prazer de passar a palavra ao Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM — Uma pergunta: evidentemente que ouvi a referência que S. Ex.^a fez, aqui, à criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia no antigo Estado da Guanabara que representei nesta Casa. Devo dizer que, na época em que foi criada essa Secretaria, não era eu parlamentar, mas jornalista, e tive oportunidade, então, de me bater para que se criasse realmente esse Departamento administrativo e científico, tecnológico, ao mesmo tempo, que pudesse, realmente, conduzir — vamos dizer — a uma orientação do Governo, no sentido de realizar aquilo que é uma das vocações precípua da cidade do Rio de Janeiro, grande centro industrial, grande centro cultural, grande centro universitário, e que está fadado, sem dúvida, a ser um grande centro de pesquisas, sobretudo, voltado para a criação da nossa tecnologia, porque o Brasil é um País que cresce, mas cresce sem tecnologia própria. Evidentemente, todos sabemos disso, é o óbvio. E não há potência sem tecnologia própria. Vimos que há pouco tempo o Secretário de Estado Americano disse que somos uma potência emergente. Mas "emergiremos" muito pouco se não criarmos a nossa tecnologia. Através da adaptação das tecnologias importadas, evidentemente, pois não poderemos partir do nada. Então, a Secretaria de Ciência e Tecnologia tinha uma grande significação pioneira e teve uma atuação realmente brilhante durante os dois Governos em que ela foi preservada.

Quero, pois, neste momento, fazer uma observação, apenas: aquilo que eu temia em relação à fusão aconteceu, isto é, que o Rio de Janeiro abandonasse desde logo aquele setor em que ele começara numa atividade pioneira, evidentemente que não poderia ir muito

longe se não fosse completada com a criação de um Ministério, de uma Secretaria de nível nacional de ciência e tecnologia. E foi, pois, para mim muito agradável, ouvir as referências elogiosas que o nosso ilustre conferencista fez a respeito da criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia no nosso antigo Estado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio de Almeida.

O SR. HÉLIO DE ALMEIDA — Sr. Presidente, prezados companheiros do Congresso, quero fazer apenas três ligeiras observações.

Em primeiro lugar, o conferencista afirmou que se sentiu muito honrado ao receber o meu convite para vir a esta Comissão fazer uma palestra sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia. Acontece, que não fui eu o autor desse convite. Eu apenas transmiti a Geraldo Reis o convite que lhe fazia o Presidente desta Comissão, o nobre Senador Itamar Franco. Faço esta observação apenas a bem do restabelecimento da verdade.

Em segundo lugar, quero levar ao conhecimento dos presentes que, quando em 1972, o Conselho Diretor do Clube de Engenharia aprovou uma recomendação a ser dirigida ao Presidente Médici para a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, esta atitude foi tomada pela unanimidade do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, que reúne em seu seio alguns dos luminares da engenharia nacional.

Finalmente, uma ligeira observação, quanto a um possível erro de datilografia na página 4, quando diz o orador:

"... como sintetizar as promoções e os gestos lúcidos de apoio integral da entidade quase centenária às grandes iniciativas públicas ou privadas que faziam nosso País galgar mais rapidamente os caminhos do desenvolvimento a partir da chamada República Nova que se iniciara com a Revolução de 1920."

Parece que a escrita está dez anos atrasada. Deve ter sido a Revolução liderada pelo grande Getúlio Vargas, em 1930.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Consulto se há mais algum Congressista que queira fazer uso da palavra para alguma pergunta ao Dr. Geraldo Reis. (Pausa.)

O SR. OCTACILIO QUEIROZ — É facilmente respondível, mas sempre fica popularmente uma imagem a se discutir. O Ministério da Ciência não levaria a uma burocratização da ciência sem aquelas condicionais que, muitas vezes, provocam a livre indagação, a livre pesquisa? No Brasil, certos organismos que começam muito promissores, terminam burocratizados e quase que insusceptíveis de motivações novas, originais, às vezes oriundas do povo. Sobre tudo, também, porque considero importantíssima nesse Ministério — **data venia** do meu mestre, Professor Hélio de Almeida, mestre, parlamentar — a circunstância de que o Brasil, País de uma vastidão extraordinariamente grande, tropical, precisa ter uma ciência relacionada a esse meio, uma ciência que envolva os aspectos não só da Física, da Química, como da Ecologia e tudo mais. Esse Ministério, na verdade, dará um aporte, se for realmente dinâmico — podemos visualizar isso — à instauração de uma Ciência no Brasil, talvez quase que inédita para o mundo — o vasto mundo tropical — porque o que temos de mais valioso, podemos confessar, são as regiões de clima temperado, além de outros tipos, e com raridade, na fase atual da humanidade. Num mundo tropical e subtropical, abalado, inclusive, pelo subdesenvolvimento, temos fatores, e, também, por essa padronização que há, por trás disso, interesses, sem dúvida, econômico e imperialista, que dominaram o **know-how**, o conhecimento científico e tudo mais. A formulação da pergunta está um tanto anticientífica, está anticartesiana, mas é, também, de jornalista de província, bem distante dos grandes centros. Mas eu queria, enfim, saber como se evitaria a burocratização disso? Há certos setores departamentais, de Ministérios — pelo menos até bem pouco — que funcionavam só no papel, não tinham atuação nenhuma. Creio que isso só terá o vigor

necessário se for altamente dinâmico e sem esse enquadramento que, numa série de burocratas, muitas vezes, repele o conhecimento científico. V. Ex* que é, naturalmente, um estudioso da História da Ciência, sabe, o quanto esses criadores encontram dificuldades, em meios mesmo adiantados. No Brasil, esse temor não deixa de ser uma coisa a perguntar: burocratizada, empedernida, parada, só no papel, com os aumentos de vencimento, as baixas de vencimento, essas coisas todas não há nada, se me permitem, mais necessário a ser evolutivamente revolido do que o conhecimento científico, haja vista a descoberta, mesmo de Pasteur, que não era dentro dos padrões.

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Acredito que procede a dúvida do ilustre Deputado Octacílio de Queiroz. Apenas, se for em nível ministerial, é quase que uma política dirigida, diretamente, pelo Presidente da República e pelas autoridades da maior responsabilidade. Se esse desinteresse se observar nos escalões inferiores, até vencer todos os escalões superiores, ainda torna mais dramática a situação. Isso depende muito do interesse, e acredito que, com relação aos inventos, às novidades que vão surgindo neste término de século, vão surgir, ainda, muitas surpresas para o mundo inteiro — a esta altura, já estamos na Lua, estamos no Planeta Marte, enfim, são fatos que, há alguns anos, eram tidos, por todos nós, como impossíveis, inacessíveis. Nós, acreditamos, no Clube. Temos debatido, no Clube de Engenharia, esse assunto. Eu trouxe aqui, um volume de material que não me arrisquei a ler e a mostrar — até a organização, as atribuições — houve uma Comissão designada pelo Presidente Costa e Silva, em 1967, da qual fez parte, como representante da classe, o nosso nobre colega, o Sr. Senador Roberto Saturnino.

Já existe até projeto de funcionamento em que esse Ministério deveria constituir-se de dois Conselhos — o Conselho Nacional de Tecnologia e o Conselho Nacional de Ciência. Há estudos profundos no Clube, sobre o assunto. O que achamos é que se nós não desencadearmos o nosso processo de trabalho e de desenvolvimento — e temos que fazê-lo rapidamente e nos maiores escalões governamentais do País, a nível ministerial, se possível — seremos, então, caudatários. Há pouco, se referiu aqui, o ilustre Senador, o nosso prezado amigo, Sr. Danton Jobim, sobre **know-how**. Estamos gastando um absurdo em importação de **know-how**. As notícias da imprensa, de domingo, pelo que me parece — pois estive lendo — informam que é de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros a dívida em **know-how**. Nós temos que estudar. Temos que estimular o espírito inventivo e criador.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Pois não. Ouço V. Ex*

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Tenho sido, aqui, um leigo que vem-se batendo por energia solar, no Brasil, mas eu encontro nos setores científicos do País um ceticismo que não explico. Ainda há pouco, lendo uma publicação, nos Estados Unidos, no ano passado, eles tiveram uma dotação orçamentária só para pesquisa de energia solar, de 60 milhões de dólares, o que foi achado muito pouco. O Brasil, com as possibilidades que tem — eu as considero imensas, nesse aspecto, pode ser uma falsa idéia — noto um ceticismo em muitos setores, inclusive o Sr. Ministro das Minas e Energia e um pouco indiferente a esse problema. Uma fonte de energia, que tudo indica, será a de hoje e, muito mais, a de amanhã, haja vista nos Estados Unidos, Israel, etc.

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Os técnicos e os cientistas, têm necessidade de estudar estes assuntos. E há necessidade, porque eles estão prevendo que, dentro de 20 a 30 anos, talvez, termine o ciclo do petróleo. É uma previsão, é um estudo, e nesta oportunidade, certamente surgirão outras fontes de energia, tal como na Grande Guerra, na Alemanha — viram-se privados da borracha; surgiu a borracha sintética. Enfim, daqui a pouco, teremos o alimento sintético. Não se sabe para onde marchamos. A melhor forma é prevenir-nos, é, talvez, criarmos um organismo poderoso para prever as necessidades futuras. A Futurologia, hoje, é uma ciência. Não dizemos que todas as previsões feitas se realizaram — algumas têm-se realizado. É preciso, portanto, que nós tomemos providências com

antecedência. Daí, a insistência, em nossas discussões internas no Clube de Engenharia, para que se tomasse uma medida, que se processasse a criação desse Ministério, porque é a forma que nós consideramos mais rigorosa desse assunto vir a ser tratado com grande empenho. É preciso que todos nós nos conscientizemos de que temos um futuro pela frente em que as surpresas poderão, realmente, nos apanhar desprevenidos. Então, a melhor forma que nós encontramos no nosso debate é, realmente, a de insistir, dentro das nossas limitações, e valendo-nos do prestígio, do desinteresse daquela entidade de classe e da grande colaboração pela procura das autoridades governamentais, no sentido construtivo, de recomendar e insistir pela criação desse Ministério. Esperamos venha a prevenir, tomar providências no devido tempo, para não nos surpreendermos nesse fim de século.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Otair Becker.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SE) — Sr. Presidente, eminentes Conferencistas:

Sabemos todos que, em nosso País, existe, na área da Secretaria do Planejamento, o Conselho Nacional de Pesquisa. O Ministério da Agricultura tem o seu órgão de pesquisa; o Ministério da Indústria e do Comércio tem, também, o seu órgão de pesquisa, assim como tantos outros. O eminente Conferencista abordou o aspecto do anteprojeto de criação do Ministério da Ciência e da Tecnologia, e se reportou às suas atribuições. Eu gostaria de saber se, nessas atribuições, está implícito eliminar esse paralelismo existente no seio do Governo Federal. E a primeira pergunta; a segunda: se, também nessas atribuições, no que diz respeito à empresa privada, à indústria nacional, estaria implícita metodologia para se fazer acompanhamentos e oferecer um embasamento indispensável, para que, sobre ele, possam os cientistas e os técnicos desenvolverem, criarem, para o Brasil, a nossa tão sonhada tecnologia brasileira.

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Estão previstas — ambas estão previstas — inclusive, temos um artigo, na criação do Conselho Nacional de Tecnologia: a eliminação. Citamos, dentro desse nosso Projeto de Lei, elaborado por esta Comissão de 1967, — “Combateamos a proliferação de setores de pesquisa em vários órgãos” —, a unificação de todos eles e seria isso só possível e viável em nível ministerial, com a força de um Ministério. E o setor de indústria, também é previsto no nosso trabalho no Clube de Engenharia. O clube tem uma ligação muito grande à sua origem; a fundação dele é obra de um industrial. Destacamos esse aspecto há poucos dias quando comemoramos o Dia da Indústria em um almoço, no Clube Militar, quando fomos convidados a saudar aquela data. A indústria sempre está ligada ao Clube de Engenharia, de modo que isto foi previsto no trabalho feito por Saturnino Brito, com outros membros da Comissão, designados no Governo do Presidente Costa e Silva.

O SR. OTAIR BECKER — Vou-me permitir, dado à gentileza e à objetividade com que o conferencista nos responde às indagações, fugir um pouco do tempo, sem evidentemente deixar de registrar o nosso desejo de que, no menor espaço de tempo possível, criemos o nosso Ministério de Ciência e Tecnologia. Mas, até lá, Prof. Geraldo Bastos da Costa Reis, gostaríamos de saber de V. S* como será possível dinamizar, tornar prático, efetivo, autêntico, objetivo e dinâmico o 2º Plano Básico, Científico e Tecnológico deste País, que na sua estrutura literária e nos seus objetivos é maravilhoso, mas na sua aplicação é por demais, repito, difícil, difícil, para não dizer complicado?

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Trabalhei alguns anos no Conselho Nacional de Pesquisas. Participei de sua administração com um dos homens que considero dos mais ilustres, não o considero quase que uma criatura humana, José Baptista Pereira, um gênio no trabalho. Tivemos a oportunidade de assistir às providências por ele tomadas durante um ano de gestão em que ativou, extraordinariamente, as atividades daquele Conselho, que hoje está transformado,

Não sou cientista, sou um simples engenheiro. A minha formação é eminentemente de transportes, engenheiro rodoviário, mas tive a felicidade de passar um ano naquele Conselho e de passar a entender um pouco de ciência, pelo menos para perceber o funcionamento de um reator. De modo que a essa pergunta, eu só poderia ter uma resposta: ter os homens certos, nos lugares certos.

O SR. OTAIR BECKER — Gostaria de ressaltar que não vai nesta indagação nenhuma crítica direta ao responsável pelo órgão no qual temos encontrado a melhor boa vontade, mas que se sente um pouco tolhido dado a complexidade. Dizia bem o eminente interlocutor que me antecedeu: como fazer para eliminar essa burocracia? Até mesmo evitar que ela venha a prevalecer no futuro Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Esta é quase uma resposta como aquela: ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil. Infelizmente a resposta é difícil, considero até melindrosa.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulino Cícero.

O SR. PAULINO CÍCERO (ARENA — MG) — Sr. Conferencista, não tive o privilégio de assistir à conferência de V. S.^a Outros compromissos na Câmara dos Deputados me impediram de estar aqui desde o início da reunião. De sorte que estou participando dos debates que se seguiram à sua conferência. Como pude ver aqui, em rápida leitura, foi brilhante a sua exposição. Não poderia perder a oportunidade para traçar um perfil um pouco diverso daquele que V. S.^a delineou na sua exposição, que vem sendo objeto de algumas exposições feitas pelos eminentes Deputados Octacílio Queiroz e pelo nobre Deputado do Rio de Janeiro, nosso eminente ex-Ministro.

A minha preocupação está exatamente no conflito que se haveria de instalar, no País, no momento em que estruturássemos em um órgão, em um Ministério, a política nacional de Ciência e Tecnologia. A importância da tecnologia para o desenvolvimento econômico e para o desenvolvimento da comunicação nacional não precisa ser destacada. A tecnologia tem sido chamada de fermento para o desenvolvimento, mas para que ela possa fermentar o desenvolvimento harmonioso global e continuado de uma comunidade humana e da humanidade, como um todo, haverá de se fazer não apenas setorialmente, mas em todos os departamentos e seguimentos das atividades humanas, dentro da comunidade humana. Haverá de se fazer na agricultura, na educação, nos sistemas dos meios de transportes, material rodante de vias permanentes, de estradas, na indústria química, metalúrgica, em todas as áreas de atividades que compõem a economia do País. Evidentemente, se um Ministério tivesse a seu cargo a tarefa de promover o desenvolvimento científico e tecnológico e, a seu cargo estivesse a execução objetiva dessa tarefa, fico me indagando se isto não haveria de gerar, num país em que os órgãos são tão cientes e conscientes de suas respectivas jurisdições, conflitos que haveriam de comprometer a eficácia desse Ministério, como órgão promotor do desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia? O mais importante seria criarmos no País — assim, esta seria a grande missão dessa hora política — uma mentalidade nacional da importância da pesquisa científica e tecnológica e, através dessa compreensão e desse estado de espírito, multiplicarmos as verbas, os recursos orçamentários para que esta pesquisa se pudesse fazer a níveis desejáveis. Acredito que o primeiro passo dado pelo Governo, em 1974, fazendo o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, é realmente um degrau no sentido da constituição desse estado de espírito. Mas consolidarmos, estruturarmos — usando a expressão, se não me engano, do nobre Deputado Octacílio Queiroz — institucionalizarmos, num ministério, a responsabilidade de promover esta política, no meu modo de entender, criaria sérios obstáculos no País, pela própria natureza de nossa administração. Acredito que um Conselho que planeje, que tenha a seu cargo a tarefa de ordenar, selecionar áreas, de conceder prioridades, estabelecendo a política a ser seguida e a ex-

ecução a cargo de cada Ministério, parece tarefa muito mais própria e muito mais condizente com a nossa realidade administrativa. Eram as observações que queria fazer a V. S.^a

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Muito obrigado; é um ponto de vista de V. Ex.^a Tenho um, justamente oposto. Acho que a centralização é necessária, também não temos recursos para dispersar tanto, com vários setores de pesquisas, porque há muitos estudos que são uniformes. Então, haveria uma dispersão muito grande de recursos, em nossa opinião. Acredito que nos nossos trabalhos, em nossas reuniões, temos discutido este aspecto, mas há necessidade de unificar as atividades de transporte, no setor do Ministério dos Transportes. Há uma política de transporte, como há uma política de pesquisa, de investigação. Temos, hoje, o setor de estatística que funciona muito bem. É um instituto, apenas, que funciona bem para todo o Brasil. Haveria um grande inconveniente: o de uma grande dispersão de recursos, todos fazendo mais ou menos a mesma coisa, num mesmo sentido. Compreendi o ponto de vista de V. Ex.^a, mas há certa vantagem, o Conselho de Especialização, fortalece.

O SR. PAULINO CÍCERO — Não tive oportunidade de preparar algumas perguntas a respeito para homenagear V. S.^a Não tive conhecimento prévio da reunião, mas indagaria: pelo sistema atual, em que há um plano nacional organizado e dividindo a execução por setores da administração e até de empresas nacionais, pergunto se não é mais fácil, cada um dos setores diretamente envolvidos na pesquisa alocar recursos próprios a essa pesquisa? Por exemplo, as empresas metalúrgicas são diretamente interessadas na pesquisa tecnológica de meios de produção para a siderurgia. Se a execução é descentralizada e executada a nível de empresa, como faz atualmente o PDBCT, evidentemente, elas têm mais interesse em alocar recurso próprio para essa tarefa, e, assim, em outros setores do nosso Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ao passo que a reunificação em um único Ministério poderia deixar de mobilizar os organismos interessados em conceder recursos mais substanciais, de seu próprio orçamento, para pesquisa científica?

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Há um colega nosso, do Clube de Engenharia, que se dedicou muito a examinar o que fazem os outros países. É um colega nosso baiano, prolixo, que fez um trabalho muito interessante a respeito de como se procede em outros países. Alinhou um trabalho enorme, que trouxe apenas, mas que não é, evidentemente, para manusear, o Ministério da Ciência e da Tecnologia. É o Ministério já, que tem aqui, trabalho feito por Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, que tem uma vocação muito grande para o setor da Agricultura, onde foi diretor, por muitos anos, do Instituto de Óleos.

Ele dedicou-se muito ao assunto e tem dado uma contribuição apreciável para o estudo que o Clube de Engenharia vem desenvolvendo, pelo conhecimento do que fazem, do que realizam em outros países. Então, o exemplo americano, mesmo, através do setor de pesquisas, é unificado. Nós quando no Conselho Nacional de Pesquisa pensamos na criação desse Instituto de Pesquisa Rodoviária, era uma luta que o Brasil tinha desde longa data — eu sou rodoviário desde 1939/1940 — era uma luta que existia pelo disciplinamento de escolas de mecânica, para ter elementos habilitados a operar com tratores, com máquinas que eram importadas a CUSTO preço e depois, simplesmente entregues a um operário que não tinha o menor preparo, analfabeto, para operar com aquelas máquinas, e uma operação errada, era uma engrenagem quebrada, e só fomos conseguir a criação desse instituto, também de âmbito nacional, Instituto de Pesquisa Rodoviária, exatamente em 1957.

Quando o professor Baptista Pereira esteve no Conselho, conseguimos através dele e de outros Conselheiros que mencionei aqui nesta palestra, conseguimos criar este Instituto, mas mesmo assim, ele esteve paralisado entre um Governo e outro, naquele período, naquela sucessão de Governo Café Filho — Nereu Ramos, quando entrou o Presidente Juscelino Kubitschek. Estávamos com esse

processo engavetado na Presidência da República, e conseguimos movimentá-lo. Nós tínhamos escrito um trabalho sobre o Instituto de Pesquisa Rodoviária, naquele tempo, no Correio da Manhã, e o Ministro Lúcio Meira viu esse trabalho, chamou o Diretor do Departamento e disse que se interessava por ele. Então, fomos remetidos ao Ministro Lúcio Meira, pelo nosso então Diretor Edmundo Regis Bittencourt, fomos pleitear do novo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisa, a criação desse Instituto, que tem promovido curso em todo Brasil, cursos para polícia rodoviária, para mecânicos, de pavimentação de estrada. Enfim, ele tem atuado em todo o Brasil com a maior flexibilidade. Quer dizer, isto é uma questão da máquina administrativa, na nossa modesta opinião.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao Sr. Hélio de Almeida.

O SR. HÉLIO DE ALMEIDA — Sr. Presidente, mais uma breve observação em adição àquelas já feitas. O nobre Senador Danton Jobim levantou um assunto da maior transcendência, que é a conquista do know-how próprio. Eu queria apenas relembrar que na conferência que fiz, nesta Casa, em 1972, em certo trecho eu disse: "Estamos a comemorar, neste ano, o sesquicentenário da Independência do Brasil, muitas solenidades e comemorações têm sido realizadas. No entanto, acho errada a terminologia Sesquicentenário da Independência do Brasil. O certo, a meu ver, deveria ser Sesquicentenário da Independência Política do Brasil, porque a independência econômica ainda não a alcançamos até hoje, e só a alcançaremos quando tivermos desenvolvido o nosso know-how próprio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Danton Jobim, V. Exª pede a palavra?

O SR. DANTON JOBIM — Apenas para pedir desculpas a V. Exª, porque não sou membro da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Mas é um prazer, Exª

O SR. DANTON JOBIM — ... e vim aqui, por duas razões: em primeiro lugar, pelo interesse que o tema me desperta e, em segundo lugar, porque sou velho admirador e amigo do ex-Ministro e ex-várias coisas importantes neste País, todas exercidas de maneira extraordinária e queria, neste momento, prestar-lhe uma homenagem, por modesta que fosse. Tenho, agora, um compromisso e terei que me retirar da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Muito obrigado pela sua presença, Senador Danton Jobim.

O SR. RAUL BERNARDO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Srs. Conferencistas, desejamos louvar as novas luzes trazidas em relação a essa proposta de Delegação Legislativa nº 1, através da conferência que acaba de pronunciar o ilustrado Engenheiro Geraldo Bastos da Costa Reis, digno Presidente do acatado Clube de Engenharia, cujo pronunciamento conclui pela conveniência e necessária instituição desse novo Ministério, proposto através desse trabalho do ilustre Deputado Hélio de Almeida. Gostaria que o ilustre conferencista esclarecesse em relação à criação em âmbitos estaduais de Secretarias de Ciências e Tecnologia, se também não ocorreu a criação de idêntica Secretaria em relação à do antigo Estado da Guanabara, criada em 1967 e extinta em 68; se não teria ocorrido também, idêntica criação no Estado da Bahia? (Ocorreu). Pois me parece que um dos membros do Ministério da Indústria e Comércio, o professor João Batista Vidal teria sido o titular de uma Secretaria desta natureza.

O SR. GERALDO BASTOS REIS — Exato.

O SR. RAUL BERNARDO — Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para suscitar, em questão de ordem, a V. Exª um es-

clarecimento quanto ao calendário proposto por esta Presidência em relação a essa Delegação Legislativa.

No dia 25 de junho o projeto foi lido em Sessão conjunta. No dia 28, instalada a Comissão e, nos termos do disposto no parágrafo II do Art. 119 do Regimento Comum, esta Comissão Mista deverá concluir o seu parecer, e inclusive me parece que, em relação à Delegação Legislativa, o parecer final será da Comissão ao Plenário do Congresso Nacional.

Então, a Comissão Mista deverá fixar, também, nos termos do Regimento Comum, um prazo não superior a 45 dias para a apreciação pelo Congresso Nacional. Contando esse prazo a partir do dia 28 de junho, estaríamos já com mais de 60 dias. Apenas para saber se V. Exª pretende, nesta Sessão de hoje, estabelecer esse calendário final, para que possamos saber até que dia o Sr. Relator da Comissão, o nobre Deputado Parsifal Barroso, teria para apresentar o seu Relatório, e a Comissão reunida emitir o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Deputado Raul Bernardo esperávamos aqui estivesse hoje o eminente Relator, Deputado Parsifal Barroso. S. Exª, por motivos superiores, não pôde comparecer. É nosso pensamento mantermos contato amanhã com S. Exª e, então, verificar se S. Exª está em condições de apresentar o seu Relatório. Apenas a Comissão, através da sua Presidência, deliberou o seguinte, e vai tentar, inclusive, regimentalmente ver se é possível obter maior prazo junto ao Congresso Nacional. Ela entendeu que antes do parecer do eminente Relator, deveríamos ouvir alguns estudiosos, algumas autoridades no campo da ciência e tecnologia. Realmente, o período eleitoral tem agravado os nossos trabalhos.

O SR. RAUL BERNARDO — A minha preocupação é justamente esta, em relação ao número constante de viagens dos Srs. parlamentares às suas regiões eleitorais, em virtude da próxima eleição de novembro. Tanto que V. Exª vê, sei que vários companheiros gostariam de aqui estar presentes à Conferência do Presidente do Clube de Engenharia, e, infelizmente, não puderam porque estão visitando as suas regiões e eleitorais nos Estados de sua procedência.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente. Eu tive até o cuidado de dizer isto ao Dr. Geraldo Bastos, antes da conferência. Agora, de qualquer forma, Deputado Raul Bernardo, no encontro que teremos amanhã com o Deputado Parsifal Barroso, relativamente ao seu relatório, se é possível ou não a sua apresentação junto à Comissão, vamos também verificar se, dentro do Regimento Comum, será possível dilatar o prazo dos nossos trabalhos. Se for possível, regimentalmente, nós o faremos nesta tentativa de, antes de ouvir o parecer do eminente Relator, debatermos com outras autoridades, como fazemos nesta tarde, o campo específico da ciência e tecnologia.

O SR. RAUL BERNARDO — Eu louvo novamente o desejo desta Presidência, de que ouçamos outros conferencistas, e a minha preocupação é tão-somente na fixação de calendário para que possamos estabelecer nas nossas agendas pessoais essas datas nas quais desejamos, evidentemente, estar presente para discutirmos e votarmos, afinal, a Proposta de Delegação Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — É muito louvável a preocupação de V. Exª

O SR. HÉLIO DE ALMEIDA — Com referência à apresentação do Relatório do Deputado Parsifal Barroso, S. Exª me comunicou que até o fim desta semana apresentaria o seu Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Muito obrigado.

Eu consulto se alguém mais quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Vamos, então, terminar os nossos trabalhos, agradecendo a presença dos Srs. Congressistas, dos nossos convidados, em especial o Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, o Engenheiro Inácio de Lima Ferreira. E ao Dr. Geraldo Bastos da Costa Reis, a nossa satisfação e alegria em aqui estarmos com o

eminente Engenheiro. Por certo, a sua brilhante palestra trouxe, inegavelmente, uma grande contribuição aos elementos desta Comissão, que vão, dentro em breve, ouvir o parecer do eminente Deputado Parsifal Barroso, e com essas luzes poderão ter maiores esclarecimentos para permitir ou não essa Delegação Legislativa ao Senhor Presidente da República. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se a Reunião às 18 horas e 37 minutos.)

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 67, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-Lei nº 1.478, de 26 de agosto de 1976, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, relativos aos fundos de investimentos do Nordeste, da Amazônia e Setoriais, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1976

Às dezessete horas e quinze minutos do dia vinte de setembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Altevir Leal, José Lindoso, Cattete Pinheiro, Henrique de La Rocque, Heitor Dias, Augusto Franco, Evandro Carreira, Agenor Maria e Mauro Benevides e os Deputados Passos Porto, Januário Feitosa, Joel Ferreira e Celso Barros, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 67, de 1976 (CN), que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, relativos aos fundos de investimentos dos Nordeste, da Amazônia e Setoriais, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Helvídio Nunes e Lourival Baptista e os Deputados Gabriel Hermes, Raimundo Parente, Maurício Leite, Antonio Florêncio, Humberto Lucena, Fernando Coelho e Vinicius Cansanção.

Em obediência ao § 2º do Art. 10 do Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Henrique de La Rocque, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. As cédulas são distribuídas e o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Passos Porto.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Agenor Maria	12 votos
Em branco	01 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Passos Porto	12 votos
Em branco	01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador Agenor Maria e Deputado Passos Porto.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Agenor Maria agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a Matéria o Senhor Senador José Lindoso.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Reunião, e, para constar, eu Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 66, de 1976-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.477, de 26 de agosto de 1976, que "dispõe sobre correção monetária nos casos de liquidação extrajudicial ou falência das entidades que especifica, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1976

Às dezesseis horas do dia vinte de setembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Jessé Freire, Luiz Cavalcante, Arnon de Mello, Paulo Guerra, Cattete Pinheiro, Helvídio Nunes, Ruy Santos e Danton Jobim e Deputados João Alves, Célio Marques Fernandes, Newton Barreira, Raymundo Diniz, Nunes Rocha, Alcides Franciscato e Milton Steinbruch, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 66, de 1976-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.477, de 26 de agosto de 1976, que "dispõe sobre correção monetária nos casos de liquidação extrajudicial ou falência das entidades que especifica, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Renato Franco, Dirceu Cardoso, Orestes Quêrcia e Deputados João Gilberto, Frederico Brandão, Juaréz Batista e Henrique Cardoso.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, inteiramente, o Sr. Senador Arnon de Mello que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Sr. Senador Danton Jobim.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Milton Steinbruch	14 votos
Em branco	01 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Ruy Santos	14 votos
Em branco	01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Deputados Milton Steinbruch e Senador Ruy Santos.

Assumindo a Presidência, o Sr. Deputado Milton Steinbruch agradece em nome do Senador Ruy Santos e no seu próprio a honra com que foram distinguidos, designando o Sr. Deputado Raymundo Diniz para relatar a Matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Alfeu de Oliveira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 63, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-Lei nº 1.476, de 20 de agosto de 1976, que "suspende, até o final do corrente exercício a vigência das normas legais e regulamentares autorizativas de destinações especiais dos resultados atribuíveis à União nas empresas públicas e sociedades de economia mista federal".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1976

Às dezessete horas do dia vinte e um de setembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes

os Senhores Senadores Cattete Pinheiro, Augusto Franco, José Lindoso, Henrique de La Rocque, Ruy Santos, Saldanha Derzi e Danton Jobim e os Deputados Antonio Morimoto, Onísio Ludovico, Marcondes Gadelha, Santilli Sobrinho, Genervino Fonseca e Milton Steinbruch, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 63, de 1976 (CN), que "suspende, até o final do corrente exercício a vigência das normas legais e regulamentares autorizativas de destinações especiais dos resultados atribuíveis à União nas empresas públicas e sociedades de economia mista federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Virgílio Távora, Amaral Peixoto e Leite Chaves e os Deputados Homero Santos, Ricardo Fiuza, Celso Carvalho, Nunes Rocha e Aldo Fagundes.

Em obediência ao § 2º do Art. 10 do Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Cattete Pinheiro, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. As cédulas são distribuídas e o Senhor Presidente convida para fun-

cionar como escrutinador o Senhor Deputado Milton Steinbruch.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Danton Jobim	12 votos
Em branco	01 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Ruy Santos	12 votos
Em Branco	01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Danton Jobim e Ruy Santos.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Danton Jobim agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a Matéria o Senhor Deputado Onísio Ludovico.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente, reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e vai à publicação.

MESA

Presidente:
Miguel Pires (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Laurival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder
Petrônio Portella
Vice-líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Maltos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder
Franco Montoro
Vice-líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carneira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quêrcia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

ARENA**Suplentes**

1. Alveir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia
1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 706

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Renato Franco
5. José Esteves

ARENA**Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Benedito Ferreira

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carneira

1. Evaldário Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Henrique de La Rocque

ARENA**Suplentes**

1. Maltos Leão
2. Otto Lehmann
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino

Suplentes

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácia Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623.

Suplentes

- Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castela-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

ARENA**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

ARENA**Suplentes**

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epidácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

ARENA**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quercia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

1º-Vice-Presidente: Luiz Viana

2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

Suplentes**ARENA**

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

Suplentes**ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carneira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Lúcia Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epidácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

Suplentes

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de la Rocque
3. Alexandre Costa

ARENA**MDB**

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala Clóvis Beviláqua — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza

Vice-Presidente: Otto Lehmann

Titulares

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

ARENA**MDB**

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Moura Benevides

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala Epitácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

Suplentes

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

ARENA**MDB**

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Claudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala Ruy Barbosa — Anexo II — Ramal 621

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B.F. Cruz — Ramal 598; Mauro

Lopes de Sá — Ramal 310

SENADO FEDERAL**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL****PARA O ANO DE 1976**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE				
	C.C.J.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:00	C.E.C	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
10:00	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL		C.S.F.C.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	SONIA
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CANDIDO	10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
10:30	C.A.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MARCUS VINICIUS		C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
11:00	C.R.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM		C.L.S.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
11:30	C.S.N.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA	11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA
					C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CLÁUDIO COSTA

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50